



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



# **DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXIV - Nº 082 - SÁBADO, 6 DE JUNHO DE 2009 - BRASILIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL	
<b>PRESIDENTE</b> José Sarney - (PMDB-AP) <b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Marconi Perillo - (PSDB-GO) <b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Serys Slhessarenko - (PT-MT) <b>1º SECRETÁRIO</b> Heráclito Fortes - (DEM-PI) <b>2º SECRETÁRIO</b> João Vicente Claudino - (PTB-PI)	<b>3º SECRETÁRIO</b> Mão Santa- (PMDB-PI) <b>4º SECRETÁRIO</b> Patrícia Saboya - (PDT-CE)  <b>Suplentes de Secretário</b> <b>1º</b> - César Borges - (PR-BA) <b>2º</b> - Adelmir Santana - (DEM-DF) <b>3º</b> - Cícero Lucena - (PSDB-PB) <b>4º</b> - Gerson Camata - (PMDB-ES)

## LIDERANÇAS

<b>Maioria</b> <b>(PMDB/PP) - 20</b> <b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b> Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior ..... <b>Líder do PMDB - 19</b> <b>Renan Calheiros</b> Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto  <b>Líder do PP - 1</b> <b>Francisco Dornelles</b>	<b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PR/PRB/PSB/PC DO B) - 21</b> <b>Líder</b> <b>Aloizio Mercadante - PT</b> Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella ..... <b>Líder do PT - 12</b> <b>Aloizio Mercadante</b> Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns  <b>Líder do PR - 4</b> <b>João Ribeiro</b> Vice-Líder do PR Expedito Júnior  <b>Líder do PSB - 2</b> <b>Antonio Carlos Valadares</b>  <b>Líder do PRB - 2</b> <b>Marcelo Crivella</b>  <b>Líder do PC DO B - 1</b> <b>Inácio Arruda</b>	<b>Bloco Parlamentar da Minoria</b> <b>(DEM/PSDB) - 27</b> <b>Líder</b> <b>Raimundo Colombo - DEM<sup>1</sup></b> Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana ..... <b>Líder do DEM - 14</b> <b>José Agripino</b> Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes  <b>Líder do PSDB - 13</b> <b>Arthur Virgílio</b> Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
<b>PTB - 7</b> <b>Líder</b> <b>Gim Argello - PTB</b> Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	<b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> <b>José Nery - PSOL</b>	<b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
<b>PDT - 5</b> <b>Líder</b> <b>Osmar Dias - PDT</b> Vice-Líder Patrícia Saboya		

<sup>1</sup> Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.

EXPEDIENTE	
<b>José Alexandre Lima Gazineo</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 90ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE JUNHO DE 2009

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 37, de 2009 (nº 45/2009, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões de Real referentes ao mês de abril de 2009, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas..... 22215

Recebimento do Aviso nº 38, de 2009 (nº 584/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando o Relatório das Atividades daquele órgão referente ao 1º trimestre do exercício de 2009..... 22215

##### 1.2.2 – Leitura de requerimento

Nº 694, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2009-Complementar*. Deferido..... 22215

##### 1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Posicionamento em favor da defesa da preservação ambiental, por ocasião do transcurso, hoje, do Dia Mundial do Meio Ambiente. Leitura de poesia de Pablo Neruda sobre a Amazônia. Elenco de proposições de S. Exª, em tramitação, relacionadas ao tema de seu pronunciamento..... 22215

SENADOR JOSÉ NERY, como Líder – Denúncia de autoritarismo praticado pela Companhia Vale do Rio Doce, a qual estaria ameaçando moradores atingidos pela construção de rodovia vicinal, que viabilizará o escoamento de minério do Projeto Salobo, localizado na fronteira dos Municípios de Parauapebas e de Marabá, no Pará..... 22221

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Convite aos brasileiros para conhecerem e cobijarem a Amazônia, para que esta continue sendo brasileira e aumente sua participação no Produto Interno Bruto do País. Registro de matérias jornalísticas relacionadas à defesa do meio ambiente e da Amazônia..... 22222

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Reflexão acerca de política ambiental adequada para a Amazônia. Síntese do drama das cheias no Estado do Amazonas, em relato que descreve a situação de cada município atingido. Registro de matéria publicada no jornal **O Globo**, intitulada “Sucuri de 5 metros aparece em quintal de casa após enchente no Amazonas”. Comentários acerca da oitiva, da qual participou S. Exª, dos ex-diretores do Senado Agaciel da Silva Maia e João Carlos Zoghbi, realizada na última semana..... 22236

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Manifestação, por ocasião do transcurso do Dia Mundial do Meio Ambiente, por uma agricultura e uma pecuária que respeitem um modelo rígido de desenvolvimento sustentável. Registro da realização, hoje e amanhã, em Brasília, do “V Encontro Regional – Projeto Escola Sem Homofobia”. Satisfação com a adesão do Estado do Mato Grosso ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci. Expectativa de que a escolha de Cuiabá como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014, já definida, contribuirá para o desenvolvimento da infraestrutura e economia do Estado de Mato Grosso..... 22246

SENADOR MÃO SANTA – Lamento pela insuficiência de transporte aéreo regional no País. Desconfiança diante de promessa atribuída por S. Exª ao Governador do Estado do Piauí, de que este irá inaugurar um aeroporto internacional no Município de São Raimundo Nonato/PI..... 22251

SENADOR PEDRO SIMON – Elogios à política externa do Presidente dos Estados Unidos da América, especialmente em relação a Cuba e ao mundo muçulmano. Elogios à política externa do Presidente Lula com relação aos países vizinhos. Análise do impasse sobre a definição de quem deverá presidir a CPI da Petrobras. Expectativa de que projeto de sua autoria, que introduz exigência de reputação ilibada como condição para a elegibilidade de candidatos, aprovado pelo Senado, não será priorizado pela Câmara dos Deputados..... 22254

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Lamento, por ocasião do transcurso do Dia Mundial do Meio Ambiente, de que o Senado Federal tenha

aprovado, nesta semana, projeto de regularização fundiária em terras da Amazônia nocivo ao planeta. Esperança de que o Presidente da República vete dispositivos desse projeto. Considerações e propostas de ações políticas sobre a questão ambiental no Brasil..... 22260

SENADOR GILBERTO GOELLNER – Críticas à legislação sobre meio ambiente em vigor e satisfação pela iniciativa e com o teor do projeto de Código Ambiental Brasileiro, apresentado, esta semana, na Câmara dos Deputados..... 22263

SENADOR MARCELO CRIVELLA – Home-nagem ao jovem Roberto Santana de Araújo, morto no último sábado no Morro da Mangueira, na cidade do Rio de Janeiro, vitimado por bala perdida. .... 22267

### 1.3 – ENCERRAMENTO

### 2 – RETIFICAÇÕES

Ata da 63ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 30 de abril de 2009. .... 22269

Ata da 66ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 6 de maio de 2009. .... 22289

Ata da 67ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 7 de maio de 2009. .... 22290

Ata da 70ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 12 de maio de 2009. .... 22305

Ata da 74ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 15 de maio de 2009. .... 22307

Ata da 76ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 19 de maio de 2009. .... 22308

### 3 – PARECERES

Nº 16, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 12, de 2009-CN (nº 397-Seses-TCU, na origem), do Tribunal de Contas da União, que *encaminha ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 581/2009, proferido nos autos do processo nº TC 007.059/2007-7, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 1º/4/2009*..... 22311

Nº 17, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 14, de 2009-CN (nº 461/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, que *encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 715, de 2009, TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativo à fiscalização realizada nas obras de adequação do trecho rodoviário da BR-101, em Pernambuco, TC 007.535/2008-0*..... 22317

## SENADO FEDERAL

### 4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

### 5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

### 8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

## CONGRESSO NACIONAL

### 9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) (Lei nº 9.883, de 1999)

# Ata da 90ª Sessão Não Deliberativa, em 5 de junho de 2009

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Mão Santa, Paulo Paim, Marcelo Crivella e Gilberto Göellner*

*(Inicia-se a Sessão às 9 horas e 12 minutos, e encerra-se às 13 horas e 57 minutos)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Brasília, sexta-feira, 5 de junho de 2009, às 9 horas e 11 minutos, esta é a 90ª sessão não-deliberativa do ano de 2009 do Senado da República do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 37, de 2009** (nº 45/2009, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões de Real referentes ao mês de abril de 2009, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 38, de 2009** (nº 584/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando o Relatório das Atividades daquele órgão referente ao 1º trimestre do exercício de 2009.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

### **REQUERIMENTO Nº 694, DE 2009**

Com fulcro no art. 256, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, requero retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2009 – Complementar, que “regulamenta os §§ 1º e 3º do art. 173 da Constituição Federal, para instituir o estatuto jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, bem como de suas subsidiárias”.

Sala das Sessões, 5 de junho de 2009. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Há oradores inscritos.

Há uma permuta com o Senador Paulo Paim. O primeiro orador seria Mozarildo Cavalcanti, mas vai usar da palavra, por permuta, o Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores, do Estado do Rio Grande do Sul.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Senador Mozarildo Cavalcanti, agradeço mais uma vez ao Senador Romeu Tuma, que me cedeu este espaço.

No dia de hoje, Sr. Presidente, eu não poderia falar de outro tema que não fosse o meio ambiente, pois hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente. Hoje vivemos, com certeza, uma data especial: o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Esta data merece, de nossa parte, uma reflexão muito carinhosa e cuidadosa, Sr. Presidente, por tudo o que representa o meio ambiente, que representa a vida.

Gostaria de iniciar, Sr. Presidente, falando, com muito coração, do nosso querido Planeta Terra. Desde sempre estou unido àqueles que gritam em todo o mundo pela importância da defesa do meio ambiente. Preservar o meio ambiente é preservar a alma, o coração do planeta.

Aqui no Brasil, Senador Mozarildo Cavalcanti – V. Exª conhece bem a área –, esse coração tem nome, um nome belíssimo: a nossa Amazônia. É um coração lindo, modesto e enorme, que é invejado, eu diria, até pelo mundo inteiro. Nós chamamos esse coração simplesmente de coração Amazônia.

Esse coração, Senador Mozarildo, que V. Exª conhece como ninguém, é irrigado de forma permanente

pelas águas dos rios que correm em suas veias, saudando a vida do planeta.

V. Ex<sup>a</sup>, que é médico, falava comigo minutos atrás sobre todos os mistérios do corpo humano. Eu diria que a batida e o pulsar da natureza, em toda a sua plenitude, se fundem com a infinita majestade do universo. A Amazônia das cores, dos aromas, das terras, das flores, dos animais, dos seus habitantes primeiros, os índios, e de todos os brasileiros e brasileiras que conhecem a Amazônia ao vivo, ou somente como eu, que só passei pela Amazônia, podemos vê-la em fotos ou na TV, ou ainda por ouvir em canto e prosa as belezas da nossa querida Amazônia.

Senador Mozarildo, Senador Mão Santa, o manto verde que cobre a nossa Pátria está precisando, cada vez mais, da nossa atenção. O coração da terra brasileira precisa ser embalado por mãos carinhosas e cheias de cuidado, preservando o conjunto da natureza e, como alguém já disse e os Senadores da Amazônia repetem, temos de olhar para a natureza no seu conjunto, olhar a floresta, olhar as árvores, mas olhar também os homens e mulheres que habitam a Amazônia. Enfim, protegê-lo, defendê-lo, respeitá-lo, amá-lo é a nossa função e, quando eu digo 'nossa', refiro-me a toda a população. Se não for por amor, deveríamos cuidar dele pelo menos por temor, pois quando ele adoecer, nossas chances de adoecer aumentam com certeza absoluta.

Precisamos compreender os efeitos da devastação das riquezas do planeta em matéria de meio ambiente. Por exemplo, uma Amazônia mais seca tem influência direta na geração de energia, na agricultura, no abastecimento de água, e não só lá, mas também nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, uma vez que são dependentes das chuvas originadas na Amazônia.

Em 2003 dois pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) publicaram um estudo que demonstrou que, consideradas as taxas anuais de derrubada da floresta, em duas décadas, 31% da mata estará destruída e 24% degradada, o que transformaria a Amazônia num grande cerrado até o final do século.

O Inpe anunciou recentemente que o desmatamento da Amazônia no mês de abril foi de 1.123 quilômetros quadrados e o do período de agosto de 2007 a abril de 2008 foi de 5.850 quilômetros quadrados.

O SAD, que é um sistema não governamental de alerta de desmatamento da Amazônia, por sua vez, informou que houve um aumento de 42% na devastação da nossa floresta quando comparado o primeiro quadrimestre de 2008 com o mesmo período de 2007.

Atualmente a derrubada da floresta tropical aumentou muito... E aqui, Senador Mozarildo, acho interessante, porque eles não falam somente do Brasil. Quando falam da Amazônia, eles falam em todo o complexo. Eles dizem: "Atualmente derrubada de florestas tropicais aumentou muito, principalmente na Indonésia, na Malásia, na Tailândia, em países da África e também no Brasil."

Pesquisa recente demonstrou que cerca de cem mil quilômetros quadrados por ano dessas florestas estão sendo transformadas em áreas dedicadas à agricultura ou a pastagens, quase 20% das quais no Brasil, principalmente na Amazônia.

A resposta ao porquê dessa prática envolve forças consideráveis, que tentam responder à demanda por alimentos no mundo e ao comércio ilegal de madeiras nobres.

Sr. Presidente, conforme consta da pesquisa que fizemos no *site* do Ministério do Meio Ambiente, em cada hectare da Amazônia, desse gigantesco laboratório da natureza, são encontradas de 100 a 300 espécies de árvores. Mas, infelizmente, estudos e tabelas constantes do *site* mostram também que o desmatamento anual registrado na Amazônia é agressivo e precisa ser muito bem controlado.

A Amazônia possui uma forte relação com a água, que constitui a base de sua sobrevivência. A região apresenta uma produção hídrica da ordem de cerca de 64% da vazão média total da bacia e 10% da média mundial. A nossa floresta amazônica abriga um quinto da água doce do planeta.

Senador Mozarildo, faço questão de receber o seu aparte, que, aliás, eu meio que o provoquei com olhares, mas o fiz porque V. Ex<sup>a</sup> conhece a Amazônia e, mais do que ninguém, pode ilustrar este meu pronunciamento, que fiz baseado em dados que o gabinete pesquisou junto aos órgãos que atuam nessa área.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Paim, acho muito importante que o debate de alto nível, o debate desapaixonado seja estabelecido, sobre o Brasil, suas diversas regiões, sobre como foi a evolução e o progresso nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, mas me preocupo muito, porque, hoje, a Amazônia está transformada na Geni daquela música do Chico Buarque: todo mundo joga pedra na Geni. Se nós olharmos dados também oficiais, dados de satélites – e eu não sei onde começou o parâmetro zero dessa avaliação –, veremos que hoje 17% da Amazônia foram mexidos. A propósito, Senador Paim, fico preocupado também com as palavras usadas, que são palavras de uma inquisição moderna e que estão na cabeça de pessoas até bem intencionadas. Refiro-me a palavras



como “devastação”, que V. Ex<sup>a</sup> já repetiu algumas vezes aí. Será que há algum brasileiro, a não ser algum louco, que vá para a Amazônia simplesmente para devastar? O que pode ter acontecido em relação a esses 17% que foram mexidos pelo homem: inicialmente, construção de cidades; construção de fortificações pelos primeiros; e hoje, nós temos milhares de Municípios na Amazônia. Há assentamentos feitos pelo Governo Federal em várias épocas, antes do chamado regime militar e depois dele. Getúlio Vargas já teve, em 1943, a preocupação de criar territórios federais na Amazônia com o objetivo de garantir a nossa soberania e o desenvolvimento da região. O meu Estado foi fruto da criação de um território federal, como o foi o Amapá, como o foi Rondônia e o Acre, que, anexado ao Brasil, já começou como a figura de território federal; aliás foi o primeiro. Então, essa chamada devastação, na verdade, podemos dizer que foi decorrente da ocupação ou, como gostam os antropólogos, da antropização da região, quer dizer, a presença do homem na região. Outra palavra que usam com frequência é “grilagem”, como se grilagem tivesse sido inventada na Amazônia. A grilagem existe em grande proporção no Nordeste ainda, no Centro-Oeste e até mesmo no Sul.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – E aqui em Brasília.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – E aqui em Brasília. Outra palavra: “predação”. Quer dizer, qualquer atividade do homem na Amazônia é predatória. E a outra palavra, para ficar em quatro, Senador Paim, é “contaminação”. Então, com isso, vai-se inibindo qualquer coisa que, como diz o Presidente Lula, se possa fazer na Amazônia. Não se pode, portanto, explorar minerais, porque isso contamina os rios, contamina não sei o que. Os próprios índios, sabe qual é o costume deles, Senador Paim? Eles derrubam a mata, queimam e plantam suas roças – a maior parte delas destina-se à subsistência – e, depois, vão para outra área e fazem a mesma coisa. É uma prática costumeira deles, que, obviamente, nós assimilamos e até, digamos, pioramos. Então, acho que nós temos de realmente ver esses números e nos aprofundar, ver o que há por trás deles. Ora, se em 509 anos, desde o Descobrimento até aqui, o homem – posso até estar afrontando algumas cabeças de alguns ecólatras ao dizer “só” – só mexeu em 17% da Amazônia, então nós precisamos de mais quinhentos anos para mexer na metade dos 83% que não estão mexidos, mas é evidente que, àquela época, não tínhamos mecanismos modernos para fazer a derrubada de árvores etc. O que eu quero dizer, Senador Paim – e V. Ex<sup>a</sup> frisou –, é que nós temos de estabelecer o equilíbrio entre meio ambiente – aí

entendidos fauna e flora – e ser humano. Diria até de forma inversa: entre ser humano e meio ambiente. É evidente também que, há algumas décadas, não havia consciência da importância do meio ambiente como se tem hoje. Conheço alguns locais onde, por exemplo, existia um rio importante ou um igarapé, como se diz lá na Amazônia, um riacho menor, que desapareceu porque as suas nascentes, suas margens principais, foram sendo mexidas, plantadas, enfim. E realmente, ao longo do tempo... E também houve as variações climáticas naturais. Acho interessante que, quando se fala em meio ambiente e aquecimento global, só se diz que a culpa é do homem, como se não houvesse explosões solares, atividades vulcânicas e variação normal do clima. Para existir vida na Terra, foi preciso haver a deglaciação: era só gelo e, com a deglaciação ocorrida, tornou-se possível o surgimento da vida no mundo. Queria muito que nós pudéssemos evoluir nesse debate de maneira científica, desapassionada, sem ideologia, buscando, sim, um diagnóstico que possa servir de indicativo para o que deve ser feito, como disse o Presidente Lula em sua primeira campanha e está começando a implementar agora. Precisamos de um bom diagnóstico para que possamos dizer: isso se pode fazer na Amazônia, em tal lugar, com segurança; isso não se deve fazer e não se pode fazer por causa disso e daquilo. Agora, ficarmos escravos de teses e números produzidos no exterior e reproduzidos aqui é muito ruim. Eu disse ontem aqui em meu pronunciamento que, como Presidente da Subcomissão da Amazônia, nós já começamos a fazer um debate científico. Ouvimos o Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, a Presidente da Embrapa, o Presidente da Associação Brasileira de Ciências e o Ministério de Ciência e Tecnologia. Não pode haver como está havendo por parte do Ministério do Meio Ambiente...ontem, aliás, eu ouvi a declaração do Ministro Minc: “Eu, com o apoio dos ambientalistas não saio daqui, porque os ruralistas querem comer uma picanha de Minc”. Não pode ser tratado assim um Ministério da importância que tem o Ministério do Meio Ambiente, dessa forma apaixonada, irresponsável mesmo. Temos de levar em conta que o ser humano é o primeiro e mais importante ator do conjunto Meio Ambiente.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo, veja como é importante o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que conhece muito bem a Amazônia e que preside hoje uma comissão que está discutindo a questão da Amazônia.

Algumas décadas atrás, falar em Amazônia, falar em defesa do meio ambiente e falar de ecologia era algo restrito a alguns. Hoje, todos nós temos aumen-

tada a nossa consciência da importância da Amazônia e, conseqüentemente, do meio ambiente.

Neste momento, antes de conceder um novo aparte, tomo a liberdade, Senador Mozarildo, Senador José Nery, Senadores que já estão chegando ao plenário, de ler um poema de Pablo Neruda sobre o nosso querido Amazonas.

Diz Pablo Neruda:

Amazonas,  
Capital das sílabas da água,  
Pai patriarca, és  
A eternidade secreta  
Das fecundações,  
Te caem os rios como aves, te cobrem  
Os pistilos cor de incêndio,  
Os grandes troncos mortos te povoam  
de perfume,  
A lua não pode vigiar-te ou medir-te.  
És carregado de esperma verde  
Como árvore nupcial, és prateado  
Pela primavera selvagem,  
És avermelhado de madeiras,  
Azul entre a lua das pedras,  
Vestido de vapor ferruginoso,  
Lento como um caminho de planeta.

Enfim, Sr. Presidente, a bacia amazônica possui uma biodiversidade de grande magnitude, com suas matas de terra firme, matas de igapó e matas de várzea, com suas árvores de copas gigantescas e a distribuição de cerca de três mil espécies de peixes.

A população mundial triplicou no século XX, o consumo de água aumentou seis vezes. Essa elevação, associada à industrialização e crescente urbanização, provocará aumento de demanda por água potável, que é uma das mais sérias ameaças ao desenvolvimento e à paz no planeta, na visão do Conselho Mundial de Água.

Poderíamos e perguntar: e a biopirataria? O desvio ilegal das riquezas naturais (flora, águas e fauna) e do conhecimento das populações tradicionais sobre a utilização dos mesmos?

Há poucos dias li uma reportagem que falava que o Greenpeace rastreou o comércio dos produtos pecuários das indústrias que funcionam no Norte e verificaram que marcas famosas de diferentes países usam produtos que podem ser provenientes exatamente da Amazônia. O relatório apontou diversos compradores de couro em outros países que, de certa forma, acabam sendo corresponsáveis pelo desflorestamento.

De acordo com a ONG, o consumo cego da matéria-prima está alimentando o desmatamento e as mudanças climáticas no mundo.

Não podemos ignorar que o Governo está somando esforços na defesa do meio ambiente – e volto a falar da Amazônia. Exemplo disso é o fato que criou um grupo de trabalho para formatar o Fundo de Preservação da Amazônia. Esse fundo, ao contrário dos outros, não dará assento nos conselhos aos doadores e os investimentos serão feitos e coordenados através do BNDES.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador José Nery.

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Senador Paim, é com enorme satisfação que cumprimento V. Ex<sup>a</sup> nesta manhã. O pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> está direcionado a chamar a atenção de todos nós, do Congresso, dos brasileiros, da humanidade, para a importância, a obrigação da nossa luta em defender e compreender a preservação ambiental naquilo que ela é fundamental, associada ao processo de desenvolvimento. Desenvolvimento que não pode, de maneira alguma, deixar de considerar essa questão ambiental em qualquer projeto, em qualquer iniciativa produtiva. Ocorre que a situação em que nós vivemos no mundo, tenho dito e repetido nos últimos dias, é de total insustentabilidade. E eu diria que é uma situação até de insanidade. Parece não nos comover os desastres ambientais, as catástrofes naturais que ocorrem todos os dias em todas as partes do mundo – aquecimento global com graves consequências para a própria produção agrícola, para a vida na terra, a vida de todos os seres humanos, a vida das plantas, a vida dos animais, a vida de todos os seres vivos. No entanto, parece que nós caminhamos numa marcha de insensatez rumo ao abismo, porque a ganância para acumular, produzir, não pode estar acima do direito fundamental inalienável à vida. E nós temos uma visão e uma concepção de que meio ambiente não são apenas os recursos naturais. Meio ambiente é compreendido como o que nós chamamos de um contexto da nossa sociobiodiversidade, os meios naturais e a presença do homem junto. Portanto, o desenvolvimento e a defesa que fazemos do meio ambiente equilibrado é justamente no sentido da preservação da vida. Porque de nada adianta preservar recursos naturais se não estiver associado à harmonia de todas as formas de vida na Terra. Portanto, eu queria me congratular com V. Ex<sup>a</sup> por seu pronunciamento neste dia tão marcante, sugerindo que façamos no próximo ano – e essa sugestão apresentei durante a sessão especial, nesta semana, de comemoração ao Dia e à Semana do Meio Ambiente – uma grande mobilização



nacional em 2010, envolvendo toda a sociedade e todos os segmentos da sociedade brasileira. Por último, fiquei muito contente ao vê-lo recitar o poema de Pablo Neruda, ele que escreveu **Mil Razões para Viver**. Nós também temos, com toda a certeza, mil razões para viver e lutar por um meio ambiente equilibrado, economicamente justo, capaz de garantir o bem-estar a todos. Meio ambiente compreendido na sua amplitude, na sua complexidade, porque só assim nós poderemos ter a certeza e a garantia do prolongamento da vida na Terra por longos, longos anos e séculos. Do contrário, a catástrofe anunciada cada vez mais nos retirará essa possibilidade. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> e meus cumprimentos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador José Nery, quero passar a palavra, de imediato, ao Senador Adelmir Santana. Mas, antes, Senador Adelmir Santana, permita que eu fale esta frase que eu acho que tem toda uma sintonia com o que falou aqui o Senador José Nery e que eu entendo V. Ex<sup>a</sup> também poderá avançar.

Foi já prometido o zoneamento econômico e ecológico da Amazônia para 2009, quando deverão ser estabelecidas as regras para o agronegócio na região – na linha que falou José Nery. Eu sei que V. Ex<sup>a</sup> vai poder ilustrar ainda mais o meu pronunciamento. Ninguém quer proibir o agronegócio. Nós queremos que haja aquilo que aprendemos a chamar de desenvolvimento sustentável.

Senador Adelmir Santana, por favor.

**O Sr. Adelmir Santana** (DEM – DF) – Senador Paim, eu pedi um aparte para me congratular com V. Ex<sup>a</sup> no discurso que faz sobre o Dia Mundial do Meio Ambiente e, ao mesmo tempo, para fazer uma observação. Já se disse, no passado, que todo dia é dia de índio, todo dia é dia disso ou dia daquilo. Na minha visão, todos os dias são dias do meio ambiente. É preciso que todos nós tomemos consciência da importância, como bem disse o Senador José Nery, da vida, o que representa a questão da água na vida de todos nós. Mesmo biologicamente, todos nós sabemos, mais de 70% da nossa constituição é de água. Daí a importância da água, como V. Ex<sup>a</sup> colocou, até fazendo alguns comparativos de percentuais sobre o uso de água. Eu me recordava aqui da minha infância – e o Senador Mão Santa é testemunha disso –, o rio que separa o Estado do Maranhão e do Piauí, o rio Parnaíba, com mais de mil quilômetros, não tem tantos anos assim, era um rio navegável. Era um rio que saía do Alto Parnaíba e ia até o mar. Navegável, com grandes calados. A família de Mão Santa, inclusive, era uma família milionária, que tinha navios e barcos naquela região.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Eu não sabia desse detalhe.

**O Sr. Adelmir Santana** (DEM – DF) – E transportavam grandes riquezas. Era, portanto, uma grande estrada, de mais de mil quilômetros. O que se vê hoje, pouco mais de 50 anos depois, é esse rio sendo atravessado, caminhando por dentro do próprio leito. Um total descaminho que foi dado àquela via, de grande importância para aqueles dois Estados. Por isso, eu queria reafirmar que todo dia é dia do meio ambiente. Seria muito interessante que todos os organismos governamentais, todas as forças de Governo – municipal, estadual, federal – tivessem essa consciência e fizéssemos disso, quem sabe, até nos próprios conteúdos programáticos dos nossos colégios, no primeiro grau, no segundo grau, enfim, fosse matéria obrigatória “ensinamentos sobre a preservação do meio ambiente”, que não se restringe apenas à questão amazônica, mas no dia a dia de todos nós: as nascentes, a preservação de nascentes, a preservação de pequenos rios, pequenos igarapés. Somente assim, quando houver essa consciência geral, de todos, da importância da natureza, da importância da água, da importância, enfim, de todos os recursos naturais para a própria sobrevivência do homem na terra, aí, sim, nós teremos uma preservação integral do meio ambiente. É preciso que tomemos essa consciência, que os governantes tenham essa consciência, que haja essa consciência na população desde a primeira escola, para que não tenhamos fatos como esse que eu acabei de relatar. Isso ocorre no País inteiro. Então, se desperdiçou uma via de mais de mil quilômetros por falta de cuidados, e o próprio caboclo, trabalhador daquelas áreas, que faz a sua cultura de subsistência, muitas vezes não saberia como preservar. Mas, se tivesse tido todo o ensinamento de como não desmatar as margens, as matas ciliares, não fazer isso ou aquilo, certamente nós teríamos mantido uma via de grande importância para aqueles dois Estados a que me referi e em outros Estados em que também ocorreram a mesma situação. Parabenizo a V. Ex<sup>a</sup> pelo tema que levanta esta manhã.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, Senador Adelmir Santana, dizendo que V. Ex<sup>a</sup> – e o meu pronunciamento avançará nessa área – mostra claramente que como é bom que está havendo uma preocupação enorme com a Amazônia, mas é preciso também – eu concordo na íntegra e quero assinar embaixo – que haja uma preocupação com o conjunto do planeta, enfim, no nosso caso, com todo o País, na questão da defesa do meio ambiente. A Amazônia é um símbolo, com certeza absoluta, mas

isso começa desde da defesa do meio ambiente lá na sala de aula.

Então, os meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

O bioma amazônico deverá ser uma das áreas de restrição total para expansão da cana-de-açúcar, que serão definidas pelo zoneamento agroecológico da cultura.

O desmatamento é um problema sério – e não quero aqui falar somente da Amazônia –, que precisa de medidas urgentes para ser erradicado. A Radioweb vinculou um boletim sobre uma pesquisa SOS Mata Atlântica e do Inpe, com dados do desmatamento no Brasil. O levantamento mostra que 103 mil hectares da floresta foram devastados nos últimos três anos. Repito: o levantamento mostra que 103 mil hectares de floresta foram devastados nos últimos três anos.

Só o Município de Jequitinhonha, em Minas, derubou 2.500 hectares.

Uma notícia boa foi publicada esta semana. De acordo com estudo realizado pela revista americana **Conservação Biológica**, 12,8% das terras do planeta estão protegidas hoje, pelo menos no papel. Em 1985, o percentual em documentos era de apenas 3,48, ou seja, a preservação do meio ambiente está avançando de forma acelerada, pelo menos a partir de documentos, com o cuidado necessário na maior parte do mundo.

As mudanças climáticas também são consequências do desmatamento e têm feito estragos em todo o Brasil. No Rio Grande do Sul, foram 250 Municípios em situação de emergência devido à estiagem, um milhão de pessoas sofrem com a seca.

Em uma manhã apenas, 14 decretos tinham sido encaminhados à Defesa Civil. Diversas prefeituras paralisaram parte ou totalmente suas atividades para economizar o abastecimento de água. A lavoura do milho e soja, além da produção de leite – já está tendo repercussão nas prateleiras dos supermercados – registram perdas enormes; e o preço do leite está disparando.

Por outro lado, nas regiões Norte e Nordeste, um milhão de pessoas foram afetadas pelas enchentes. Tudo isso mostra que algo está errado, e nós todos temos que nos mobilizar em defesa do meio ambiente.

Diante dos problemas de agressão à natureza que temos vivenciado, todos nós temos a responsabilidade de entrar nesse palco para ajudar o nosso ecossistema.

Com o objetivo de defender nosso patrimônio, Sr. Presidente, tomei a liberdade de apresentar a PEC 23/2008, que altera os arts. 52 e 243 da Constituição Federal, para dispor que o Senado Federal participe

ativamente de todo envolvimento de compra e arrendamento de terras rurais localizadas principalmente na Amazônia Legal e dá outras providências.

Considerando-se as relevantes modificações que ultimamente têm ocorrido no cenário econômico nacional e internacional, em especial a crescente importância dos biocombustíveis e o consequente aumento de interesse mundial na exploração agrícola de terras, bem como as recentes notícias acerca de compra em grande escala por estrangeiros de propriedades rurais no Brasil, parece necessário estabelecer algum tipo de controle do capital estrangeiro no que concerne ao acesso à terra.

Na verdade, menos que a imposição de restrições, o que devemos discutir e propor é um simples implemento para que o Estado brasileiro atue na fiscalização sobre os atos de aquisição de terras levados a cabo por estrangeiros, que passam aí a depender da aprovação do próprio Senado Federal.

Por fim, com o mesmo objetivo de aumentar o controle público sobre aquela região, ou seja, nas terras compradas por estrangeiros, sugerimos o acréscimo do § 2º ao art. 243 da Constituição, de forma a determinar que as glebas rurais nas quais se constate o desmatamento ilegal e criminoso possam ser confiscadas. Dessa forma, buscamos coibir essa gradual e alarmante extinção da mais rica biodiversidade do Planeta, que vem sendo perpetrada, de forma afron-tosa, aos olhos de todos nós.

Lembro aqui que foi aprovado no Senado o PL nº 112, de nossa autoria, que institui normas para licitações e contratos de Administração Pública, para determinar ao Poder Público que priorize a compra de papel reciclado. Esse projeto está na Câmara dos Deputados. Os dados mostram que, se dermos prioridade ao papel reciclado, nós estaremos economizando a vida, defendendo a vida de milhões de árvores.

Ainda na Câmara, Sr. Presidente, apresentei o Projeto de Lei nº 4.178, de 1998, que dispõe sobre a coleta, o tratamento e a destinação final do lixo tecnológico. Lixo tecnológico é aquele gerado a partir, por exemplo, de aparelhos eletrodomésticos e seus componentes, incluindo os acumuladores de energia (bateria e pilha) e produtos magnetizados de uso doméstico, industrial, comercial e de serviços que estejam em desuso e sujeitos à disposição final.

Posso citar, em termos de números, dados que nos preocupam. De acordo com o Grupo de Impacto Ambiental (GIA), são 106 mil latas de alumínio jogadas no lixo a cada trinta segundos; 170 mil pilhas produzidas a cada 15 minutos; um milhão de copos descartáveis jogados no lixo a cada seis horas em voos comerciais;

60 mil sacolas plásticas descartadas a cada cinco segundos; dois milhões de garrafas plásticas jogadas fora a cada cinco minutos; 426 mil celulares saem de circulação diariamente.

Sr. Presidente, gostaria de deixar, ao final, algumas reflexões para cada um de nós.

A “escassez ecológica” é o retrato da relação que o ser humano mantém com o meio ambiente e a finitude dos recursos naturais é consequência desse mau relacionamento.

Hábitos simples, como tirar o automóvel da garagem para ir ao mercadinho da esquina, ou ao cabeleireiro, que fica a duas quadras de casa, deixar a luz acesa em todos os espaços da casa, permanecer com a torneira aberta enquanto a roupa é estendida no varal, são fatores de degradação ambiental, e para mudar a cena basta, muitas vezes, um simples gesto.

Se, por exemplo, evitarmos buzinar no trânsito, estaremos colaborando para evitar a poluição sonora, outro problema ambiental sério que ocorre nas grandes cidades e que, além de ocasionar uma progressiva redução da capacidade auditiva nas pessoas, favorece o aumento de problemas psicossociais, como a agressividade, as neuroses, o *stress* etc.

Sr. Presidente, ao nos preocuparmos em separar cuidadosamente o lixo orgânico do lixo seco estaremos contribuindo também.

Somos nós que possuímos a capacidade de transformar a realidade para melhor a partir de atitudes, às vezes simples, como o plantio de uma árvore, ou mais complexas, como a modificação de processos industriais poluentes.

Lembro-me do acidente ocorrido recentemente lá no meu Estado, no rio dos Sinos, que foi considerado extremamente grave, por causa da poluição, matando milhares e milhares de peixes quase que diariamente.

Sr. Presidente, será que os nossos olhos seriam capazes de suportar a dor de ver destruída, por exemplo, grande parte dos nossos rios, cachoeiras, lagos, mares e florestas, completamente desprovidos de cores, inundados em mau cheiro? Será que suportaríamos a dor de ver nossas crianças sufocadas pela poluição do ar, pela falta de água?

O quanto somos capazes de suportar? Esta é uma boa pergunta. O que podemos fazer para que isso não aconteça? Quando nosso corpo está acenando com alguma doença – é um sinal –, nós nos desesperamos em encontrar a cura para o mal que nos aflige. Pois bem, creio que o coração da natureza está dando sinal. Creio que, se não socorrermos a natureza, salvando-a do mal que nós mesmos imputamos a ela,

lamentavelmente nossos corpos acabarão sofrendo as consequências. E espero, sinceramente, que não seja considerado tarde demais para a cura.

A pergunta que eu deixo para cada um de nós, brasileiros e brasileiras, é: será que nós abrigamos a natureza em nossa alma da mesma forma que ela tem nos abrigado há longa data?

Que espaço a natureza ocupa, de fato, no nosso coração?

E a última frase, Senador Mão Santa: que os nossos olhos e os nossos corações possam repousar descansados, na certeza de que nossos sentimentos e nossas ações farão o que for necessário para preservar a vida do nosso Planeta.

Viva 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente!

Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela tolerância de V. Ex<sup>a</sup> mais uma vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Essas foram as palavras do Senador Paulo Paim.

Nas sessões de sextas-feiras, os Senadores falam para a Pátria, para o povo do Brasil, externando as suas idéias, as suas convicções.

O Paulo Paim manifestou suas preocupações quanto à Amazônia.

Convidamos para usar da palavra, como Líder do PSOL, o Senador José Nery, que representa o Pará.

Alternadamente, chamaremos um Senador inscrito, que será o Mozarildo Cavalcanti, de Roraima. Em seguida, o Líder Arthur Virgílio.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, neste Dia Mundial do Meio Ambiente, quero me reportar a fatos concretos que envolvem a grande e poderosa empresa brasileira Vale do Rio Doce e a sua atuação no Estado do Pará, especialmente nas regiões sul e sudeste, onde estão os seus grandes projetos de mineração.

Recebi denúncia subscrita por três advogados trabalhistas de Parauapebas – Carlos Viana Braga, Geraldo Pedro de Oliveira Neto e Rubens Motta de Azevedo Moraes Júnior –, dando conta de posturas autoritárias da Companhia Vale no trato com a população pobre da região. E mais: tal postura tem contado com a subserviência da Prefeitura de Parauapebas e do Judiciário local, demonstrando a grande influência política que essa empresa possui no Pará, provocando total dependência dos poderes públicos, quando são feitos pleitos que causarão prejuízo ao poderoso grupo privado.

O caso envolve ameaças aos moradores atingidos pela construção de rodovia vicinal, que viabilizará o es-

coamento de minério do Projeto Salobo, localizado na fronteira do Município de Parauapebas e de Marabá.

Segundo os advogados, o aludido Projeto, dentro das suas infraestruturas básicas, ampliará e pavimentará uma vicinal já existente para escoamento do minério extraído até a base da linha de ferro, na área do Assentamento Palmares I, para posterior prosseguimento ao porto de São Luís.

Denunciam os advogados, em primeiro lugar, que a Prefeitura de Parauapebas, por meio do Convênio nº 9/2007, firmado com a Companhia Vale do Rio Doce, assumiu que todas as faixas de terras atingidas seriam doadas, ou seja, doou, através de um convênio, faixa de terra que não lhe pertencia. Denunciam que, ao serem constituídos advogados dos moradores atingidos, esses começaram a sofrer ameaças da Vale, as quais podemos resumir da seguinte forma:

- 1ª ameaça – que a presença dos advogados somente atrapalharia as negociações, e que ninguém trataria nenhum assunto com advogado, e se os colonos persistissem não haveria pagamento algum;
- 2ª ameaça – que aqueles que permanecessem com advogados seriam excluídos dos projetos sociais da Vale na região, principalmente o Projeto da Escola Agrícola, que está sendo realizado na APA – Área de Proteção Ambiental;
- 3ª ameaça – que a estrada passaria de qualquer forma, e caso não aceitassem corriam o risco de nada receber, ou de ocorrer que o dinheiro da indenização fosse revestido à instituição de caridade;
- 4ª ameaça – a Vale investigava a vida da pessoa afetada, e se algum familiar seu trabalhasse na empresa, coagia o familiar e o atingido, com insinuações de dispensa ou perseguição, fato comprovado pelo depoimento gravado e pela renúncia de poderes de uma cliente, que segue anexo;
- 5ª ameaça – que não adiantava persistir em não negociar, pois se os colonos têm três advogados, a Vale tem centenas, e que mais cedo ou mais tarde poderia vir até a polícia para obrigar a passagem da estrada, sendo certo que caso isso ocorresse nada mais receberiam.

Os advogados se queixam que a Prefeitura tem se negado a fornecer documentos processuais, de que o próprio advogado da Vale é quem transportou mandado de segurança impetrado pelos referidos advogados até o juiz da comarca, dentre outras irregularidades.

Esse fato deixa claro que existe uma distância considerável entre a cara e bonita propaganda desta

empresa, onde todos os brasileiros são induzidos a concebê-la como modelo de desenvolvimento sustentável e apoio a projetos sociais, e a verdadeira face conhecida pelo povo pobre do Estado do Pará: autoritarismo, danos ambientais ingerência política e controle econômico de estruturas que deveriam estar apoiando seus eleitores e não seus financiadores.

Portanto, diante dessa denúncia, quero chamar a atenção da Justiça do Pará. Com a palavra a Prefeitura de Parauapebas e a própria Companhia Vale do Rio Doce.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Os nossos cumprimentos ao Líder do PSOL que tão bem representa o Pará e os mais humildes, necessitados e sofridos deste País.

Ele mostrou sua galhardia, defendendo na última discussão sobre a posse de terra da Amazônia que a terra deve ser de quem nela nasce, de quem nela mora e de quem nela trabalha, e teve o nosso apoio independente.

Convidamos para usar da palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti. Ele representa o PTB e o Estado de Roraima, e é um dos mais profundos conhecedores e defensores da melhoria da qualidade de vida do povo da Amazônia.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, que preside esta sessão, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, senhores e senhoras telespectadores da TV Senado, que nos assistem neste momento, ouvintes da Rádio Senado, que também nos acompanham, Sr. Presidente, os oradores que me antecederam, como não poderia ser diferente, falaram sobre o Dia Mundial do Meio Ambiente. Eu não quero fugir à regra. Realmente o Dia Mundial do Meio Ambiente deve ser um dia para reflexão, para se pensar efetivamente que meio ambiente é esse. É o meio ambiente só das árvores, dos cerrados, dos pampas, dos animais, isto é, da fauna e da flora, ou é também o meio ambiente em que, principalmente, deve estar como prioridade o ser humano?

Eu tenho dito que esta questão no Brasil todo, principalmente na Amazônia, deve ser analisada de maneira não fundamentalista, e fundamentalista sob qualquer viés – religioso ou comercial –, porque, na verdade, por trás disso está, muitas vezes, a questão comercial para ganhar dinheiro à custa desses assuntos. Mesmo achando que não devia colocar nada religioso nessa questão, quero começar o meu pronunciamento lendo um trecho de *Gênesis*, da Bíblia, portanto, que diz:



Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; tenha ele domínio sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam pela terra.

Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou.

E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra.

E disse Deus ainda: Eis que vos tenho dado todas as ervas que dão semente e se acham na superfície de toda a terra e todas as árvores em que há fruto que dê semente; isso vos será para mantimento.

E a todos os animais da terra, e a todas as aves dos céus, e a todos os répteis da terra, em que há fôlego de vida, toda erva verde lhes será para mantimento. E assim se fez.

Ora, Sr. Presidente, creio que não só os cristãos mas também os seguidores de outras religiões acreditam que a terra, os animais que nela habitam, a flora, as árvores que dão semente, estão para servir exatamente àquele que foi feito à imagem e semelhança de Deus, que é o ser humano. Mas é evidente também – e aí vou pelo viés científico – que nós não podemos pegar ao pé da letra o que está dito, e eu tenho certeza de que Deus, na sua sabedoria, pode não ter explicitado, mas deve ter deixado na mente dos homens que não era para destruir a terra, que não era para acabar com todos os animais, tanto que ele fala nos animais domésticos.

Então o grande desafio – e eu disse aqui num aparte que fiz ao Senador Paulo Paim – é nós buscarmos de maneira equilibrada, desapixonada, entender que o meio ambiente é o conjunto formado pelo ser humano e os seres, sejam vegetais ou animais, que estão na Terra. Esse é o meio ambiente. Pensar no meio ambiente sem ser humano talvez seja pensar no meio ambiente de Marte. Esse é o meio ambiente sem ser humano. Então devemos ter em mente que a primeira coisa com que se tem de preocupar ao se falar em meio ambiente é o ser humano.

E aí vou me transportar para o meio ambiente da Amazônia. Tenho reiteradas vezes dito aqui – não vou parar de dizer, porque é preciso que se repita – que não podemos na Amazônia viver uma espécie de

ecoterrorismo contra a Amazônia. E já se formaram palavras, jargões que estão na mente de todo mundo. Um dia desses, Senador Mão Santa, os meus netinho me perguntaram: “Vô, é verdade que os homens estão destruindo a Terra? É verdade que os homens estão fazendo o aquecimento global?”

Isso está colocado de maneira muito forte. São palavras, digamos assim, de uma inquisição moderna. Naquela época eram hereges, bruxos, pecaminosos etc. que tinham de ser varridos da face da terra e até queimados em fogueiras. Hoje, palavras como devastação, predação, contaminação, grilagem, são palavras de uma inquisição moderna contra a Amazônia, contra o povo que está na Amazônia.

Eu disse ontem aqui, fazendo uma comparação, Senador Cristovam, qual é a importância que a Amazônia tem para o Brasil.

Tendo em vista a área geográfica, a Amazônia Legal representa 61% e realmente deve ter importância para o Brasil. Mas se considerarmos o aspecto econômico, que, infelizmente, é o que está na mente dos governantes e de muitos intelectuais, o que é a Amazônia para o Brasil? Representa apenas 8% do PIB nacional; não tem valoração econômica em termos da riqueza monetária nacional. Quanto à população, tem 25 milhões de habitantes. É muita gente! É a população da Venezuela e de muitos países da América do Sul. Mas é pouco, se compararmos com São Paulo, por exemplo, que sozinho, tem 41 milhões de habitantes. Aí perde o valor em termos de quantidade de habitantes, comparado com o sul e o sudeste do Brasil. Aí, lógico, ao transformar essa população em eleitores, Senador Paim, realmente perde significação. O eleitor da Amazônia perde para o eleitor de São Paulo, mas nós não podemos ficar nesse tratamento desigual em relação à Amazônia, principalmente tratamento desumano, em relação às pessoas que moram na Amazônia.

É muito bom tratar de um tema quando não nos envolvemos com a realidade dele. Por exemplo, se eu for falar de câncer, todo mundo sabe o que é câncer. Mas será que alguém já teve câncer? Alguém já tratou de alguém com câncer, para saber como é realmente o sofrimento de uma pessoa que tem câncer? Isso é que eu falo sempre.

Tem muitos amazonófilos no exterior, muitos amazonófilos na Avenida Paulista, em Ipanema. Pergunta: Quantas vezes foram à Amazônia? Quantos Estados da Amazônia eles conhecem? Eles realmente conhecem a realidade, por exemplo, das comunidades indígenas? De como vivem? Ou das comunidades quilombolas, que são poucas na Amazônia, mas existem? Dos ribeirinhos?



Aliás, vou até falar sobre os ribeirinhos daqui a pouco. Fui surpreendido, porque ontem foi publicada, Senador Cristovam, uma portaria regulamentando a vida dos ribeirinhos na Amazônia. Regulamentando! Uma portaria! Com certeza – eu tenho certeza, não tenho nem dúvida – ninguém das comunidades ribeirinhas foi ouvido. Ninguém! Então, quero dizer e convidar mesmo o Senado, que tem apenas 81 Senadores e representação igual de todos os Estados.

A Amazônia Legal inclui Estados que muita gente pensa que não é da Amazônia, como é o caso do Maranhão. Parte do Maranhão é da Amazônia. O Estado do Mato Grosso também é da Amazônia. O Estado do Tocantins. Então, alguns Estados que, em termos de divisão geográfica do Brasil, estão na Região Centro-Oeste são da Amazônia Legal. Possuem o chamado bioma amazônico. E Estados como o Maranhão, que é da Região Nordeste, parte deles têm o bioma amazônico. Há esse conjunto de pessoas que moram nessas regiões onde há uma diferença enorme.

E outra coisa: acho uma desfaçatez, para não dizer uma hipocrisia, quando ouço até “cientistas” – entre aspas, pela afirmação que fazem – dizerem que a Amazônia é um bioma só. Que a atriz Christiane Torloni diga isso eu compreendo. Ela está emocionalmente envolvida, com certeza, por ecôlatras, ou ecoterroristas, que estão escrevendo um *script* para ela, para ela representar. E eu até disse aqui, num outro pronunciamento meu: é interessante, ela está fazendo um trabalho magnífico na novela “Caminho das Índias”, Senador Gilberto, de uma mulher alienada, que nem sequer percebe o que está acontecendo na sua família, que tem um filho esquizofrênico. E ela devia perceber isto: não fazer um papel de atriz, em que ela é excelente, nessa questão da defesa cega da Amazônia. Diz que coletou, Senador Mão Santa, um milhão e tanto de assinaturas. De onde? De amazônidas? De pessoas que moram lá na Amazônia? Ela foi lá coletar assinaturas? Não, deve ter sido em Ipanema ou em Copacabana que ela coletou as assinaturas. Agora, assinatura para quê? Uma ONG, que ela agora comanda, “Amazônia para sempre”. “Para sempre” o quê? “Para sempre” por quê? Para que e para quem? Por isso que ontem eu disse que nós vamos aqui criar uma ONG, Senador Gilberto, que é a ONG “Amazônia do Brasil”, a “A Amazônia para sempre”, que é a ONG que ela preside, para sempre, dos amazônidas e dos brasileiros.

Espero que, neste Dia do Meio Ambiente... Senador Cristovam, já vou conceder um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, mas eu queria ler, primeiramente, algumas manchetes dos jornais de hoje. Começo com a **Folha de S.Paulo**:

“ONGs atacam – ainda bem que o jornal colocou entre aspas – ‘desmonte’ ambiental no governo Lula”. Aí diz: “Regularização começa por local que mais desmata”.

Em seguida, mostra perguntas e respostas tentando esclarecer a questão da regularização fundiária aprovada pelo Congresso. Aliás, ontem eu vi em um noticiário, Senador Adelmir, mostrando que o Senado aprova regularização fundiária na Amazônia para quem invadiu terras. Primeiro, deveria ter dito que Senado aprova medida provisória encaminhada pelo Presidente Lula, alterada na Câmara dos Deputados e referendada no Senado. O Senado foi a Casa revisora que manteve o que a Câmara fez, reviu e não alterou. Deveria dar a informação completa, porque o povo pode não acompanhar direito a tramitação e fica imagem de que o Senado inventou, aprovou à revelia do Presidente Lula, à revelia da Câmara dos Deputados, à revelia de todo mundo.

Aí vem aqui outra declaração interessante do nosso folclórico Ministro Carlos Minc: “Estão pedindo o meu próprio pescocinho”. Vi a declaração na televisão. Estão querendo uma picanha dele, ou seja, que os ruralistas estão pedindo uma picanha do Carlos Minc, mas que ele vai ficar lá porque tem o apoio dos ambientalistas.

Aí o jornal **O Globo**, Senador Cristovam: “O luto dos ambientalistas”. “ONGs: ‘Motivos político-eleitorais’”. Que ONGs? Depois nós vamos dissecar isso aqui.

Aí um editorial da **Folha de S.Paulo**: “Luz no ambiente”. “Polarização ideológica impede debate técnico e sereno sobre a urgente atualização do Código Florestal brasileiro”.

E a jornalista Míriam Leitão escreve um artigo intitulado “A Insensatez”. Justamente ela analisa, Senador Gilberto, que essa polarização de um extremo e de outro só leva à insensatez, porque não acredito que ninguém que tenha um palmo de terra na Amazônia não tenha, hoje, conhecimento das modernas necessidades de se preservar o meio ambiente. Lá, não existem psicopatas que derrubam árvore só para vê-la cair. E é preciso, aí sim, empenho do Governo Federal. E não estou aqui particularizando a questão no Governo Lula, não, mas o Governo Lula, só no penúltimo ano de Governo, já na metade, é que mandou a medida provisória que trata da regularização fundiária, que é o passo principal que deveria ter sido dado, Senador Cristovam, lá no comecinho, talvez no Império ainda, quando começaram a mandar gente para a Amazônia.

E uma outra coleção de artigos aqui. Greenpeace afirma que “o Governo é sócio dos desmatadores”;

em outro artigo, o Greenpeace diz que “Governo dá verba para desmate”. E uma série de outras manifestações de ONGS – sempre as ONGS, não é!? O próprio Tribunal de Contas diz, numa matéria publicada no Jornal **O Globo**, que esbarra em sigilos e liminares para poder averiguar certas ligações da Petrobras com as ONGS.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que queremos – e já começamos a fazer, Senador Cristovam, que participou de um aparte – é um debate técnico da questão, sobre o que se deve fazer na Amazônia e o que não se pode fazer na Amazônia.

Ouvimos o Diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, o Inpa, que tem um trabalho muito importante, apesar da precariedade do pouco número de doutores, por exemplo, para fazer pesquisa, apesar da dificuldade de ter até mestres para pesquisa e do pouco recurso para manter. Porque não basta mandar um mestre passar lá um tempo; ter-se-ia que fixar esses pesquisadores na Amazônia, mas o Governo não incentiva isso.

A Presidente da Embrapa em exercício fez uma brilhante exposição sobre o importante trabalho que a Embrapa vem fazendo no Brasil há muitos anos, mas também padece do mesmo mal: não tem autorização para contratar pesquisadores.

Então, a Amazônia não tem hoje, a inteligência da Amazônia não produziu ainda pesquisas próprias e conclusões técnicas próprias para dizer isso aí. E é isso que nós queremos fazer. Inclusive, o Senador Geraldo Mesquita lançou uma idéia aqui, e eu queria fazer um apelo aos Senadores e Deputados, nesse sentido. Acho que quase todos Senadores, inclusive eu, todo ano, destina nem que seja apenas R\$50 mil para o Hospital Sarah Kubitschek aqui em Brasília, para a Rede Sarah. Por quê? Porque essa Rede presta serviço a todo o Brasil. O meu Estado mesmo é muito atendido pela Rede Sarah. Essa é uma forma de fazermos que essa Rede funcione bem aqui, digamos assim, já que não a temos lá. Então, por que não destinarmos, pelo menos R\$10 mil, R\$20 mil de cada emenda parlamentar, já que todo mundo quer tanto a Amazônia, para, por exemplo, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia?

Por que o Governo não deixa que seja aprovada a minha emenda constitucional, já aprovada no Senado e em tramitação na Câmara, que tira 0,5% do que se arrecada com Imposto de Renda e com IPI para destinar às instituições federais de ensino superior? Porque querem manter a Amazônia isolada. Aí, sim, a palavra preservar significa isolar. Até tem a ver mesmo. Quando se usa um preservativo, o que se está fa-

zendo? Está-se isolando o contato de bactérias ou de vírus com o órgão genital. É isto que talvez se queira fazer na Amazônia: colocar um grande preservativo em cima da Amazônia. E aí não se faz mais nada na Amazônia, ninguém pode fazer mais nada, nem ir para a Amazônia.

Senador Cristovam, quero dizer do prazer de conceder um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senador Mozarildo, acho que é um prazer mútuo. Em primeiro lugar, porque ouvi uma frase sua que considero fundamental, de que ninguém é psicopata para querer destruir os recursos naturais em que vive. Acho que essa frase é um ponto de partida bom para o nosso debate. Em segundo lugar, porque carece esta Casa de embates, e as minhas ideias não vão ser, talvez, iguais às suas, ressalvada essa frase e outros pontos de que também comungo. Quero dizer, em primeiro lugar, que a Amazônia tem de ser uma questão nacional, como o Nordeste, como São Paulo. São Paulo é uma questão nacional. Os paulistas não aceitam isso, mas vivem de exportar os seus produtos para o resto do Brasil. São Paulo é uma questão nacional. Eu, como nordestino, ressinto-me de que, se, há cinquenta anos, a Sudene tivesse tido um enfoque nacional em vez de querer copiar São Paulo no Nordeste, hoje estaríamos em situação diferente. Então, como questão nacional, vale a pena olhar o que aconteceu com o resto do Brasil para buscarmos um rumo para a Amazônia. Veja o Sudeste: destruímos 90% das florestas, estamos destruindo o rio integrador do território brasileiro – o rio São Francisco é um rio moribundo –, e para onde foi o dinheiro resultante das florestas? O povo ribeirinho continua sem água, sem esgoto – até por isso a morte do rio –, continua vivendo de Bolsa Família, como a gente sabe, em muitas regiões, tanto da Bahia como de Minas Gerais. Não podemos deixar que aconteça com a Amazônia o que aconteceu com essa região, que destruiu suas florestas, destruiu a vida dos seus rios e deixou seu povo na penúria. Acho que esse deve ser um ponto de partida. Dado esse ponto de partida, nós não podemos cair – a jornalista Miriam Leitão tem razão – na insensatez. Não podemos tratar os brasileiros que moram na Amazônia como animais. Aliás, em alguns momentos, eu reconheço, até os animais estão mais bem protegidos hoje pelas leis. Não podemos deixar, não podemos transformar a população da Amazônia em guardas-florestais. Mas não podemos, em nenhuma hipótese, imaginar um processo de destruição das florestas e dos rios. O senhor manifestou que isso seria coisa de algum doente patológico. O povo não é doente, mas, lamentavelmente, há pessoas doentes, e o

sistema é doente, porque não dá valor à árvore inteira, apenas a árvores derrubadas, quando vira madeira. Por isso que, nos dados que o senhor deu sobre o PIB da Amazônia, a gente deixa de levar em conta qual é o patrimônio que a Amazônia tem de valor. É o primeiro ponto. Se a gente colocasse a floresta como um patrimônio e conseguisse atribuir um valor à existência da floresta, aí a gente poderia, olhando com olhos de amazônidas, cobrar um valor, uma rentabilidade por essa floresta, quando a gente definir valor. Para mim, um erro que estão cometendo os ecologistas que ficam presos só à proteção e aqueles que querem o direito das outras regiões de explorarem o recurso é não imaginar que a floresta em pé tem um valor. Por isso, ela tem direito a uma remuneração de parte do Brasil inteiro. Eu tentei, Senador Arthur Virgílio, na campanha quixotesca que eu fiz para a Presidência – quixotesca, para mim, não é nenhum pejorativo, mas apenas uma constatação científica da realidade –, a ideia do **royalty** verde, que é um projeto que eu tenho aqui. Por que quem tira petróleo recebe um **royalty** e quem mantém uma floresta não recebe **royalty**? Por que a gente não transfere, então, parte do valor do petróleo para o desenvolvimento, Sr. Presidente?

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Não falei para a proteção, mas para o desenvolvimento. Mas o desenvolvimento que mantém também a própria riqueza, porque um desenvolvimento que cria riqueza destruindo riqueza é, sim, um desenvolvimento paranoico, esquizofrênico, doente, bipolar. O Senador Arthur Virgílio gosta muito de citar pessoas que são bipolares na República. Não há sentido criar riqueza destruindo riqueza. Isso fizemos no Sudeste, isso fizemos ao longo do São Francisco, isso fizemos com a Mata Atlântica. Não pode ser assim. Temos que descobrir um jeito de ter renda para essa população e, ao mesmo tempo, ter a floresta, combinada tanto naquele sentido de ela poder ser derrubada e reconstruída, recuperada, como naquele sentido de ela ser mantida, sim, porque, em alguns casos, tem que ser mantida. Finalmente, se o Senador Mão Santa me der mais um minuto, quero parabenizar o seu neto, que o senhor citou. Quero dizer que a minha esperança está na geração dele. A geração nova não vai ter mais esse debate. A nova geração – não falo dos estudantes universitários, nos quais não tenho muita esperança mais, sinceramente –, essa geração do seu neto, essas crianças já nascem com alguma coisa que a minha não teve: o amor à natureza. Não esqueço que, quando derrubei algumas árvores para fazer uma obra no *campus* da UnB,

a minha filha disse: “Você está derrubando árvores”. Eu disse: “Mas vou plantar mais”. E ela disse: “Mas nenhuma que você plante agora é a mesma que você derrubou”. Ela passou a ter um sentimento de relação como se a natureza fosse um ser vivo. É isso que nos falta. Eu sou engenheiro mecânico e o que aprendi foi a derrubar floresta. O maior orgulho nosso era projetar uma motosserra. Era esse o nosso maior orgulho. Depois, virei economista. O nosso maior orgulho era aumentar o PIB, não importa quantas árvores fossem destruídas. Temos que reorientar, temos que reorientar o conceito de riqueza, de patrimônio, para incluir a natureza, inclusive os bichinhos. O Presidente tratou um peixe, não sei qual, com desprezo. Temos que respeitar os animais, temos que respeitar as florestas. Agora, a nossa inteligência, a fuga da insensatez está em descobrir como considerar isso um patrimônio e como considerar isso com o direito a uma remuneração, seja pelo uso, seja inclusive sem ser pelo uso. Eu acho que o caminho que nós não seguimos no Nordeste a Amazônia devia seguir: escolas boas, de qualidade, em todos os lugares onde essas pessoas moram. Se a gente tiver uma população bem educada, ela vai saber como fazer uso desse recurso.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Obrigado.

Senador Mão Santa, eu gostaria de ouvir o Senador Gilberto, para depois dar a resposta a ambos os apartes e encerrar o meu pronunciamento, considerando a tolerância que V. Ex<sup>a</sup> já me deu.

**O Sr. Gilberto Goellner** (DEM – MT) – Senador Mozarildo, hoje comemoramos o Dia Mundial do Meio Ambiente e estamos nos dedicando a esse tema. V. Ex<sup>a</sup> tem sempre, costumeiramente, se dedicado integralmente também a esse tema. V. Ex<sup>a</sup>, oriundo do Estado de Roraima, eu, do Estado do Mato Grosso, como a Senadora Serys e o Senador Jayme Campos, temos... Todos estamos comovidos com esse tema, um tema de repercussão nacional e mundial...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Gilberto Goellner** (DEM – MT) – ... o patamar que existe hoje ainda de conservação no País. Eu vejo que um País que tem 450 milhões de hectares, dos 800 milhões de hectares que possui, ainda com floresta nativa é um exemplo para o mundo. Então, temos muito a comemorar. A Europa só tem 0,3%. O que nós precisamos hoje, realmente, aqui no Congresso, é de nos debruçarmos sobre um novo código ambiental, o que o País não possui. Então, façamos deste dia o início do debate de um novo grande código ambiental. Eu farei um pronunciamento daqui a pouco, quando

chegar a minha vez, em que apresentarei esse tema dentro de uma proposta...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT)** – ... proposta do código ambiental que já foi protocolada na Mesa da Câmara Federal, o Projeto de Lei nº 5.367, que já está disponível a todos os Parlamentares, a todos os cidadãos brasileiros. É um projeto muito avançado, é um projeto que realmente tem como objetivo a preservação da flora brasileira, do ar, das águas, do solo. Enfim, é uma mudança drástica de paradigmas, de questões relacionadas ao meio ambiente, que tira de vez esse código florestal, esse emaranhado de leis, decretos – são mais de 1.600 hoje – que estão a confundir o povo brasileiro, tanto urbano quanto rural. Então, por isso, parabeno V. Ex<sup>a</sup> pelo seu esforço em favor do meio ambiente, que tem marcado sua participação no Senado Federal. Muito obrigado.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)** – Muito obrigado, Senador Gilberto.

Quero, Sr. Presidente, a sua tolerância para poder responder aos dois apartes e encerrar o meu pronunciamento. Sei que V. Ex<sup>a</sup> já me deu tempo bastante, mas, para tratar da Amazônia, considerando seu tamanho em relação ao Brasil, é preciso mais tempo mesmo.

Quero dizer, ouvindo os dois apartes, que, primeiramente, a Amazônia não está na agenda nacional, nunca esteve. Não há um plano nacional de desenvolvimento da Amazônia, observadas as diferenças intrarregionais da nossa região. Não são a mesma coisa o Mato Grosso, do Senador Gilberto, da Senadora Serys, e o meu Estado de Roraima; não são a mesma coisa o Estado de Roraima e o Estado do Acre. Há diferenças regionais enormes.

Depois, Senador Cristovam, dados oficiais mostram que, em 509 anos, o ser humano mexeu em 17% da Amazônia. Nesses 17%, Senador Cristovam, estão as grandes cidades de Belém, Manaus, as capitais do Mato Grosso e os milhares de Municípios que lá existem, além, é óbvio, das áreas que foram implantadas como assentamentos do Incra e que tinham a obrigação legal, pelo Governo Federal, de desmatar 50% para poder ter o título.

Então, não vamos ficar olhando muito no retrovisor, não. Os dados atuais são esses. Temos 83% da Floresta Amazônica em pé. Agora, em pé para quê? É preciso saber que árvores podemos derrubar – e precisamos derrubar, porque é um ser vivo que nasce, cresce, produz e morre. O mais importante na Ama-

zônia é a biodiversidade, e a biopirataria está fazendo a três por dois.

Ontem mesmo, denunciei aqui, Senador Arthur Virgílio, que a Comissão da Câmara estava ouvindo o proprietário de um hotel lá em Humaitá que tinha, dentro do hotel, um laboratório de biotecnologia para pesquisar a flora e a fauna, alguns insetos até. E aí é aquela história: extrai o produto ativo da fauna ou da flora, produz o medicamento lá na Europa, patenteia; e nós aqui somos apenas detentores da matéria-prima.

É nisso que bato. Nós temos que ter ciência e tecnologia na Amazônia para fazer pesquisa, para produzir o que nós precisamos – cosméticos, medicamentos e outros produtos que podem sair da nossa biodiversidade.

Quanto às árvores, por exemplo existe o mogno. O mogno tem outra utilidade senão ser aproveitado como madeira? Agora, é para fazer adoidadamente? Não, não é não. É para fazer de maneira inteligente e sustentável, com manejo. Todo mundo hoje tem consciência...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)** – Se não tinha no passado, porque não havia nem informação, tem hoje. Agora, eu temo muito é que muitas informações, como no passado, sejam manipuladas em favor de certos fundamentalismos.

Eu quero é convidar os brasileiros a conhecerem a Amazônia, a cobiçarem a Amazônia, para continuar sendo brasileira; e a cobiçarem a Amazônia para ser produtiva, incluída realmente nas prioridades nacionais e não apenas olhada como uma região que tem apenas 8% do PIB, que tem “apenas” 25 milhões de habitantes – vou botar esse “apenas” entre aspas, porque, se tivesse 10 habitantes, já mereceria atenção; imaginem tendo 25 milhões de habitantes. O Presidente Lula dá tanta atenção a países que não têm nem um milhão de habitantes e não dá atenção à Amazônia? Está começando agora, eu reconheço, está começando agora. E aí tem uma reação enorme do seu próprio Partido e das ONGs.

Sr. Presidente, eu quero pedir a V. Ex<sup>a</sup> que sejam transcritas, como parte do meu pronunciamento, as matérias a que me referi aqui.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



# ONGs atacam 'desmonte' ambiental no governo Lula

No Dia do Meio Ambiente, 23 entidades criticam medidas do Executivo e do Legislativo

**Paulo Barreto, da ONG Imazon, diz que presidente 'no fundo não liga para a área ambiental' e tem interesse eleitoral em obras**

**AFRA BALAZINA**  
DA REPORTAGEM LOCAL

A atual tentativa de "desmonte" da legislação ambiental brasileira não permite a comemoração deste Dia Mundial do Meio Ambiente. A opinião é de 23 entidades ambientais de peso. Em nota divulgada ontem, elas afirmam que este é um momento de preocupação e pesar.

O motivo da inquietação são as medidas do Executivo e do Legislativo, já aprovadas ou em processo de aprovação, que "demonstram claramente que a lógica do crescimento econômico a qualquer custo vem sobrepondo o compromisso de construir um modelo de desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente adequado e economicamente sustentável".

Os problemas mais graves começaram em novembro do ano passado, afirmam. O governo criou um decreto que elas

dizem pôr em risco a maior parte das cavernas brasileiras e baixou impostos para a produção de carros sem exigir a melhora nos padrões de consumo de combustível (diferentemente do que fez o presidente dos EUA, Barack Obama).

Para as entidades, porém, a situação mais grave refere-se à medida provisória 458, que trata da regularização fundiária na Amazônia e foi aprovada antecorrelatada pelo Senado.

A medida irá permitir que 67,4 milhões de hectares de terras públicas da União na Amazônia — equivalente aos territórios de Alemanha e Itália somados — sejam doados ou vendidos sem licitação, até o limite de 1.500 hectares.

"A título de regularizar as posses de pequenos agricultores ocupantes de terras públicas federais na Amazônia, [a medida] abriu a possibilidade de legalizar a situação de uma grande quantidade de grileiros, incentivando o assalto ao patrimônio público, a concentração fundiária e o avanço do desma-

tamento ilegal", afirma a nota.

Para Paulo Barreto, do Imazon, a regularização é necessária. Entretanto, diz, a medida aprovada, em vez de beneficiar somente a população carente, gerará inúmeras distorções.

Segundo ele, a tentativa de desmontar a legislação ocorre em parte porque o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "no fundo não liga para a área ambiental" e também, porque tem interesse eleitoral em acelerar obras — e os controles ambientais atrapalharam o processo.

As entidades também reclamam que há um ano não são criadas novas unidades de conservação. Há várias propostas paradas na Casa Civil.

## Regularização começa por local que mais desmata

**MARTA SALOMON**  
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

A regularização fundiária da Amazônia, cujas regras foram aprovadas na noite de anteontem no Senado, começará pelos municípios que registraram os maiores índices de desmatamento na região: 33 deles têm terras públicas da União passíveis de serem doadas ou vendidas aos atuais ocupantes.

Até o final do ano, a meta do governo é cadastrar os ocupantes de 90 mil imóveis, numa extensão de 21 milhões de hectares, maior que o Estado do Pa-

rá. Isso equivale a pouco menos da terça parte do território que o governo pretende regularizar no período de três anos.

Terá direito ao título quem comprovar ter ocupado a terra até dezembro de 2004. Propriedades com até cem hectares serão doadas. As demais, até 1.500 hectares, terão um preço simbólico ou definido com base em tabela do Incra, de R\$ 70 a R\$ 1.200 por hectare. As propriedades com até 1.500 hectares serão vendidas sem licitação, com prazo de 20 anos para pagar e três anos de carência.

"Vamos checar imóvel por imóvel se não há denúncia de grilagem ou disputa pela terra", disse o coordenador da regularização, Carlos Guedes de Guedes. Ele informou que os históricos de conflito agrário na região serão consultados para evitar que grileiros (portadores de títulos falsificados) sejam beneficiados. É a maior preocupação dos ambientalistas.

Quando não houver problemas, o título poderá ser concedido num prazo de 60 a 120 dias após o cadastramento.



### Internet

O governo também usará o microblog Twitter para colher denúncias de posse irregular das terras. Assim como funciona hoje a lista suja do trabalho escravo, o ministério lançará na internet o nome de quem se cadastrou para receber títulos de terras na Amazônia ao lado da localização da propriedade. As denúncias serão analisadas pela Ouvidoria Agrária.

Na última semana deste mês, o cadastramento dos ocupantes será iniciado em Porto Velho (RO), Alta Floresta (MT) e Marabá (PA). Em Lábrea (AM), o cadastramento vai começar em julho, por causa das chuvas.

O trabalho pode começar antes da sanção da lei pelo presidente Lula, que deve ocorrer nos próximos dias. Para este ano, o custo previsto da regularização é de R\$ 70 milhões.

Ontem, o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), principal mentor da proposta de regularização fundiária, avaliou que as mudanças feitas pelo Congresso no texto não abalaram os princípios básicos do programa: "Aquele temor de que o Congresso alterasse muito, por pressão da bancada ruralista, não se concretizou. Eram fantasmas".

Ele estuda a possibilidade de pedir o veto à venda de terras públicas a pessoas jurídicas. Segundo Cassel, a possibilidade de venda de parte dos imóveis três anos após a regularização "é preferível" à transferência da propriedade por meio de contratos de gaveta.

### Mudanças

As alterações feitas pelo Congresso no texto original da MP editada pelo governo no início de fevereiro permitirão a venda das propriedades acima de 400 hectares três anos, em vez de dez, após a concessão do título, e o reconhecimento da ocupação por parte de empresas.

A bancada do PT no Senado pedirá que o presidente Lula vete artigos da medida provisória que regulamenta a situação

fundiária na Amazônia. A senadora Marina Silva (PT-AC) quer que Lula vete os incisos 2 e 4 do art. 2º, que autorizam a regularização de terras ocupadas por prepostos; o art. 7º, que permite a transferência de terras da União a pessoas jurídicas e a quem já possui outras propriedades rurais; e o art. 13, que dispensa a vistoria prévia.

O senador Aloizio Mercadante (SP), líder do partido no Senado, defendeu que a medida deveria garantir a certificação de propriedade somente para quem vive do sustento da terra.

### PERGUNTAS E RESPOSTAS

Interesses envolvidos na regularização fundiária



**POR QUE O GOVERNO QUER FAZER A REGULARIZAÇÃO?**

Porque, sem saber quem ocupa as terras públicas na Amazônia, o governo não tem como punir quem desmata irregularmente



**POR QUE O FEZ POR MP E NÃO POR PROJETO DE LEI?**

Foi a forma encontrada para agilizar a regularização



**COMO CHEGARAM À EXTENSÃO QUE SERÁ REGULARIZADA?**

A extensão de 674 milhões de hectares corresponde às terras públicas da União na Amazônia Legal. São essas terras que poderão ser doadas ou vendidas, até o limite de 2.500 hectares por imóvel



**POR QUE IMÓVEIS MENORES TERÃO PRAZO DE 10 ANOS PARA SEREM VENDIDOS?**

O argumento é que eles serão objetos de doação ou venda por valor simbólico



**POR QUE O AMBIENTE SAÍRAM INSATISFEITOS?**

Parte deles teme que grileiros também se beneficiados. Avalia a proposta privatiza terras públicas a preço baixo



**POR QUE OS RURALISTAS RECLAMAM?**

Eles rejeitam exigências ambientais. Defendem preço simbólico — entre R\$ 3 e R\$ 5 por hectare — para imóveis até 1.500 hectares



**QUAL O CRITÉRIO PARA DEFINIR O ANO DE 2004 COMO LIMÍTROFE PARA TER DIREITO À TERRA?**

Esse foi o ano do último recadastramento de terras na Amazônia



**O QUE ACONTECE COM QUEM SE INSTALOU DEPOIS DE 2004?**

Não terá direito ao título da terra, cuja destinação será definida pelo governo



**COMO FORAM FIXADOS OS VALORES DAS TERRAS?**

O preço varia de acordo com o tamanho do imóvel: até 1 módulo\*, doação, entre 1 e 4, preço simbólico, entre quatro módulos e 1.500 hectares, preço mínimo da tabela do Incra, que varia de R\$ 70 a R\$ 1.200 o hectare



**ESTA MEDIDA PREMIA QUEM FEZ GRILAGEM OU USOU DE VIOLÊNCIA PARA CONQUISTAR TERRA?**

O governo afirma que tentará separar os agricultores que ocuparam as terras de forma pacífica dos que forjaram documentos. Em princípio, imóveis objetos de disputa não serão regularizados

**COMO O GOVERNO PRETENDE FISCALIZAR O QUE ACONTECE POR LÁ?**  
Os imóveis serão monitorados por um

período de dez anos.  
Radares do Sistema de Proteção da Amazônia serão usados no trabalho

\*Cerca de 100 hectares

## QUEM GANHA E QUEM PERDE

Com a regularização fundiária aprovada pelo Congresso

### GANHA

>> Quem ocupou terras na Amazônia até dezembro de 2004 e que terá direito aos títulos; são cerca de 296 mil imóveis em 436 municípios

>> O governo, porque ganhou instrumentos para regularizar as terras e identificar os ocupantes, o que permitirá combater o desmatamento

>> Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), principal mentor da proposta de regularização, aprovada no Congresso com poucas modificações

>> Carlos Minc (Meio Ambiente) por ter evitado a derrubada do item que permite à União retomar imóveis que desmataram acima do permitido

>> Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos), coordenador do PAS\* que estabeleceu a regularização como prioridade para a região

### PERDE

>> ONGs ambientalistas que apontam benefícios a grileiros e tentaram impedir a venda das terras da região a preços simbólicos e sem licitação

>> Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente, que não conseguiu aprovar alteração para que fosse impedida a venda das terras antes de 10 anos

>> Ruralistas comandados pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que não conseguiram impedir exigências ambientais na regularização

>> Mangabeira Unger, que manobrou dentro do governo para conduzir a regularização mas não conseguiu tirar a tarefa das mãos do Desenvolvimento Agrário

## ‘Estão pedindo meu pobre pescocinho’, afirma Minc

Kátia Abreu diz que não tem mais ‘diálogo’ com ministro

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA  
DA AGÊNCIA FOLHA, EM CURITIBA

Com frases de efeito do tipo “estão pedindo meu pobre pescocinho”, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) disse ontem que ficará no cargo e voltou a criticar os ruralistas. Já a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) afirmou não ter mais condições, como presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), de dialogar com Minc.

Há duas semanas, o ministro confronta ruralistas a quem chamou de “vigaristas”. levan-

do a senadora a pedir sua demissão. "Estão querendo tirar uma picanha do Carlinhos Minc", disse ontem durante audiência pública na Câmara. Apesar das ironias, ele admitiu que se excedeu no episódio.

Kátia Abreu, que estava ontem no Paraná, onde participou de conferências sobre agronegócio, disse que "esse cidadão [Minc] tem preconceito explícito contra nós". "Conosco, o diálogo [com Minc] é praticamente impossível. Minha agenda não tem mais espaço para ele", disse ela. "Ninguém chama ninguém de vigarista agora".

O ministro resolveu partir para o ataque depois de uma série de derrotas sofridas na queda de braço com setores do governo. Uma importante foi a redução, determinada por Lula, na taxa de compensação ambiental cobrada de empresas.

Ontem, ele afirmou ter sido enquadrado por Lula ainda na semana passada. "Como ministro obediente em relação ao meu chefe, desde que não seja

para dar licença [ambiental] sem cumprir as leis, não farei mais polêmicas públicas com os ministros", disse Minc.

Abreu afirmou que Minc não deve ocupar cargos públicos para defender interesses de uma classe. "O ministro do Meio Ambiente tem que se preocupar com o ambiente e não com os ambientalistas, assim como o ministro Reinhold Stephanes [Agricultura] deve se preocupar com a produção e não com os ruralistas."

Em outro momento, Minc diz que vai procurar Abreu para conversar. "Eu sempre o respeitei. Quem encerrou e fechou as portas foi ele", disse ela.

Minc voltou ontem mesmo ao tom crítico. "O país vive um momento grave e há quem queira esfaquear a legislação", disse. Segundo o ministro, um "senhor fez um estudo dizendo que o Brasil é uma grande uni-

dade de conservação", sem espaço para agricultura.

"O Ministério do Meio Ambiente refuta esses dados como mentirosos", afirmou. Essa crítica já havia sido feita e, nessa ocasião, Minc disse que "o ministro Stephanes sempre leva

[com ele] um senhor que fez" o estudo sobre engessamento.

Stephanes está na Rússia. Sua assessoria informou que faz parte da agenda apresentar estudos ao presidente referentes à sua área e que ele não rebaterá declarações de Minc.

A ministra Dilma Rousseff negou ontem, em São Paulo, que exista uma "briga ambiental" entre integrantes do governo. "Essa briga não existe. São diferentes óticas que todo governo tem. Cada um dá a sua ótica. Agora, tem que haver um entendimento", disse ela.

Colaborou a Reportagem Local

# O luto dos ambientalistas

Entidades criticam governo e Congresso por 'desmonte' de proteção ao meio ambiente

Soraya Aggag

SÃO PAULO

**A**s principais organizações ambientalistas brasileiras e internacionais divulgaram ontem um manifesto denunciando o que chamaram de desmonte da estrutura legal e administrativa de proteção ambiental do país. Patrocinado pelo governo federal e pelo Legislativo, o "desmonte" seria provocado pelo chamado "lobby da insustentabilidade". O Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado hoje, deve ser de luto, segundo as organizações.

— O governo e o Congresso só estão olhando para as eleições do ano que vem, enquanto desmontam nossas leis conquistadas a duras penas. A esquizofrenia da política ambiental brasileira tem crescido ao ritmo da tensão pré-eleitoral — disse o supervisor de Conservação da WWF-Brasil, Cláudio Maretti.

As entidades criticam recentes medidas dos poderes Executivo e Legislativo, já aprovadas ou em processo de aprovação, como a medida provisória da Amazônia (MP 458) aprovada recentemente pelo Senado e que, na avaliação das entidades, "privatiza" a floresta. A lista de medidas criticadas começa com a mudança do Decreto 6514, que exigia o cumprimento da legislação florestal, em novembro, cinco meses depois de sua edição.

"Pouco mais de um mês depois, (o governo) revogou uma legislação da década de 1990 que protegia as cavernas brasileiras para colocar em seu lugar um decreto que põe em risco a maior parte de nosso patrimônio espológico". E continua:

"Em fevereiro deste ano, uma das medidas mais graves veio à tona: a MP 458, que, a título de regularizar as poses de pequenos agricultores ocupantes de terras públicas federais na Amazônia, abriu a possibilidade de se legalizar a situação de uma grande quantidade de grileiros, incentivando o assalto ao patrimônio público, a concentração fundiária e o avanço do desmatamento ilegal", diz o texto.

— Foram 30 anos de luta pela Amazônia lançados no lixo. Com a nova ofensiva da bancada ruralista, o Senado deu de mão beijada aos grileiros a luta de Chico Mendes, de irmã Dorothy. Um governo que se diz popular

deveria ter vergonha disso — disse Paulo Adário, do Greenpeace.

## ONGs: "Motivos político-eleitorais"

• O documento aponta que, enquanto a MP 458 era aprovada na Câmara, outra MP (452) trouxe uma regra que acaba com o licenciamento ambiental para ampliação ou revitalização de rodovias, "destruindo um dos principais instrumentos da política ambiental brasileira e feita sob medida para se possibilitar abrir a BR-319 no coração da Floresta Amazônica, por motivos político-eleitorais".

As organizações afirmam que a bancada ruralista se animou a propor a revogação tácita do Código Florestal, pressionando pela diminuição da reserva legal na Amazônia e pela anistia a todas as ocupações ilegais em áreas de preservação permanente. "Essa movimentação já gerou o seu primeiro produto: a aprovação do Código Ambiental de Santa Catarina, que diminui a proteção às florestas que preservam os rios e encostas, justamente as que, se estivessem conservadas, poderiam ter evitado parte significativa da catástrofe ocorrida no Vale do Itajaí no ano passado".

As entidades não citaram o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, no manifesto. Muitas avaliam que sua demissão seria mais uma vitória dos ruralistas. Assinaram o texto o Greenpeace, a WWF-Brasil, Amigos da Terra, Conservação Internacional Brasil, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, Instituto de Estudos Socioeconômicos, Instituto Socioambiental, Instituto Terra Azul, Mater Natura, Rede de ONGs da Mata Atlântica e Sociedade Brasileira de Espeleologia, entre outras.

## Lula assina manifesto pela Amazônia

• BRASÍLIA. Após nove meses tentando uma audiência com o presidente Lula, o movimento Amazônia para Sempre, encabe-

çado pelos atores Christiane Torloni e Victor Fasano, conseguiu ontem que ele assinasse o manifesto que pede o fim do desmatamento na Amazônia. A causa já conta com mais de um milhão de assinaturas, incluindo a de três ex-presidentes — José Sarney, Itamar Franco e Fernando Henrique —, de governadores e, agora, de Lula.

Os artistas estiveram com Lula acompanhados do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Fasano saiu confiante de que conseguiu convencer o presidente a não permitir retrocessos na legislação ambiental, em discussão no Congresso.

— Ele está de acordo que os ganhos ambientais não podem ser perdidos e que, daqui para a frente, temos só que ganhar.

— Hoje foi marcado um gol, que demonstra que esta Casa está sendo observada. Temos que saber quem é a favor da preservação e quem é a favor de pegar um dinheiro e botar na cueca — completou Christiane.

## OPINIÃO

### EXEMPLAR

• A RELEVÂNCIA da condenação do superintendente do Incra em São Paulo, Raimundo Pires Silva, por tentar repassar recursos públicos ilegalmente para uma cooperativa ligada ao MST, não está apenas no fato de a Justiça reafirmar o papel de guardião do estado de direito.

DEVE-SE, TAMBÉM, ao caráter exemplar do caso, prova incontestável dos malefícios decorrentes do aparelhamento do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário permitido pelo governo Lula.



## Minc admite que foi enquadrado

Ministro se compromete com Lula a não mais criticar colegas

**Catárina Alencastro  
e Bernardo Mello Franco**

• **BRASÍLIA E SÃO PAULO.** Em meio ao fogo cruzado no governo e com o setor agropecuário, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, negou ontem que corra risco de ser desmido e voltou a alfinetar os ruralistas, dizendo que eles estão atrás da "picanha do Carlinhos". Apesar de afirmar que está "firmissimo" no governo, admitiu que foi repreendido pelo presidente Lula por expor publicamente suas diferenças com os ministros Alfredo Nascimento (Transportes), Reinhold Stephanes (Agricultura) e Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos).

— O presidente Lula realmente manifestou para mim que achava mais adequado que o que não tiver consenso seja tratado dentro do ministério e arbitrado por ele, o que delimita razão a ele. (Estou) Firmissimo. Tremet polidores — disse Minc. — Tem muita gente querendo tirar uma picanha do Carlinhos Minc, mas a gente vai avançar com o presidente Lula. Não é ruralista, que nomeia ou demite ministro. Vou resistir dignamente.

Minc teria se comprometido a não criar mais polêmicas com os colegas. — Sou obediente e não farei mais polêmicas públicas com os ministros.

**Líder do governo  
diz que situação é crítica**

O presidente Lula confirmou sua viagem à Bahia hoje, para comemorar com Minc o Dia Mundial do Meio Ambiente. O ministro, que esteve com o presidente ontem, disse que não tratou da crise que enfrenta internamente no governo.

— Quinta-feira (retrasada), estive com o presidente Lula e ele disse que estava muito contente com o ministério por três razões: primeiro porque o desmatamento da Amazônia caiu pela metade; segundo porque o número de licenças dobrou e terceiro porque eu tinha bom humor.

A líder do governo no Congresso, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), reconheceu que o meio ambiente vem sendo alvo de ataques:

— Está crítico. Está aquecido o debate ambiental, como se meio ambiente e produção fossem coisas antagônicas.

A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, minimizou as divergências no setor dentro do governo.

— Essa briga não existe. Essa briga é a ação de diferentes óticas que todo governo tem. Cada um na sua ótica. Agora, tem de ter o entendimento.

Mais cedo, em audiência pública na Câmara dos Deputados sobre a inclusão do cerrado e da caatinga na lista de patrimônios naturais, Minc admitiu erros:

— Cometo erro, mas mais acertos que erro. Espero errar do lado certo do que errar entregando o Brasil para quem quer acabar com a Caatinga e o Cerrado. Podem chiar, podem pedir a cabeça, vou continuar combatendo a impunidade ambiental. Aqueles que acham que com insultos, provocações, podem pedir o meu pobre pescadinho, estão muito enganados. Não perdem por esperar.

COLABOROU: Adair Antunes Barbosa

## PT pressiona Lula por veto a MP

Minc elogiara texto que, para senadores petistas, estimula grilagem

• **BRASÍLIA.** Menos de um mês após anunciar uma "vitória histórica" na negociação do texto da medida provisória 459 na Câmara, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse ontem que o governo deve formar um grupo de ministros para analisar o texto aprovado anteriormente no Senado. A cautela com o texto da MP, que trata de regularização de terras na Amazônia, só surgiu depois de a proposta receber pesadas críticas de senadores petistas.

Ontem, o líder do PT no Senado, Aloizio Mercadante (SP), informou que o partido pedirá a Lula que veto trechos da MP que facilitam ainda mais a legalização de terras ocupadas ilegalmente na Amazônia. Em nota, Mercadante disse que a bancada petista está unida e chamou o texto de "MP da grilagem". O texto aprovado no Senado é igual ao negociado por Minc na Câmara.

A ex-ministra do Meio Ambiente

Marina Silva (PT-AC) pediu a Lula que veto ao menos três artigos. Ela divulgou uma carta pública ao presidente em que classifica a MP de ameaça à preservação da floresta e ao compromisso de conter o desmatamento.

— Temos pessoas que regaram o solo da Amazônia com seu sangue, como Chico Mendes e a irmã Dorothy, além de juizes e procuradores que dedicam a vida a essa causa. Por isso, apelo para que o presidente Lula, com quem tenho uma relação de mais de 30 anos, que, em nome dessa história e do futuro da Amazônia, faça esse gesto — disse.

Os petistas devem pedir a derrubada de mudanças feitas na Câmara por influência da bancada ruralista, como a extensão do direito de titulação das terras a pessoas jurídicas e grileiros que não vivem na área ocupada. Segundo ambientalistas, isso permitirá que empresários que moram em áreas distantes da floresta usem laranjas pa-

ra comprar terras da União.

Outro ponto criticado pelo PT é a redução, de dez para três anos, do prazo em que os novos donos das terras públicas ficarão impedidos de revendê-las. Segundo o texto, a regra só valerá para áreas superiores a 400 hectares. Para os pequenos possesores, o prazo foi mantido em dez anos, como previa o texto original.

Ontem, após reunião com Lula, Minc disse que agora tem restrições ao texto aprovado:

— Pode ser que alguns ministros pegam veto a alguns artigos. Ele (Lula) pode acatar ou não. A princípio, gostaríamos que o projeto fosse aprovado como saiu do governo. Houve alguns pontos que choraram muito e temos que saber se é aceitável para o governo o desfiguramento (sic) de pontos importantes que constavam do projeto original. Essa decisão não será tomada individualmente. (Catárina Alencastro e Bernardo Mello Franco) ■



# Editoriais

editoriais@uol.com.br

## Luz no ambiente

**Polarização ideológica impede debate técnico e sereno sobre a urgente atualização do Código Florestal brasileiro**

 O CÓDIGO Florestal data de 1965, quando os 4,2 milhões de km<sup>2</sup> da floresta amazônica brasileira se encontravam quase intactos. A maior diversidade biológica do planeta ocupava nada menos que metade do país. Hoje o bioma já perdeu mais de 17% de sua cobertura vegetal.

Como toda legislação, o código precisa adaptar-se a novas realidades. Isso pode ocorrer por meio de alterações pontuais, como até agora, ou por uma revisão que corporifique um novo consenso nacional sobre esse patrimônio natural sem par.

Como demonstra o caderno especial publicado hoje pela *Folha*, a população brasileira atribui grande valor à preservação das matas. Identifica em madeireiros e fazendeiros seus inimigos, visão que não deixa de estar contaminada pelo maniqueísmo.

A dificuldade se soma ao fato de que prevalece hoje, no setor político e empresarial, o dissenso sobre o código. Representantes da agropecuária movem campanha contra seu mais controverso dispositivo, a exigência legal de preservar 80% da mata nativa nas propriedades localizadas na Amazônia, modificação introduzida em 2001, no governo Fernando Henrique Cardoso —antes bastavam 50%.

Alguns defendem voltar ao patamar anterior, que já seria o mais alto do país (no cerrado a reserva é de 35% e nos demais biomas, 20%). Outros, que a re-

composição da cobertura possa ser feita com espécies não nativas da Amazônia, caso do dendê, cultivo de alto valor comercial.

Muitos produtores se preocupam, com razão, com os critérios para definir as áreas de preservação permanente. As APPs são partes da propriedade rural em que a manutenção da cobertura nativa é exigida por lei, como margens de rios, encostas e topos de morro.

A definição do que seja topo de morro é das mais problemáticas. Dependendo de como o fiscal do Ibama ou o Ministério Público a interpretam, culturas inteiras podem parar na ilegalidade. Entre os casos mais citados estão cafezais, vinhedos e plantações de maçã em áreas montanhosas.

Essa insegurança jurídica de certo não favorece investimentos num setor de importância crescente para a economia nacional. Seria, contudo, fácil de eliminar. Bastaria legalizar áreas de cultivo tradicionais e consolidadas, pois seria um contrassenso colocá-las sob risco.

Esse espírito pragmático teve acolhida no próprio código, que admite redução da reserva legal em áreas da Amazônia, desde que indicada no zoneamento ecológico-econômico —um guia, elaborado em âmbito estadual, que disciplina os usos da terra. O ânimo para a cooperação e o enfrentamento técnico de desafios concretos também vigorava no grupo de trabalho formado pelas pastas da Agricultura, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário. Até desandar, no final de 2008, em polarização estéril.

Ou se retoma o caminho anterior, ou agricultores e ambientalistas continuarão travando uma batalha de panfletos. É do interesse do país que os dois lados cedam em parte de suas exigências.

# MÍRIAM LEITÃO

PARANÁ ECONÔMICO

## A insensatez

• O confronto entre ruralistas e ambientalistas é completamente insensato. Mesmo se a questão for analisada apenas do ponto de vista da economia, são os ambientalistas quem têm razão. Os ruralistas comemoram vitórias que se voltarão contra eles no futuro. Os frigoríficos terão que provar aos supermercados do Brasil que não compram gado de áreas de desmatamento.

Até a China começa a mudar. Nos Estados Unidos, o governo George Bush foi para o lixo da história. O presidente Barack Obama começa a dirigir o país em outro rumo. Está tramitando no Congresso americano um conjunto de parâmetros federais para a redução das emissões de gases de efeito estufa. O que antes era apenas um sonho da Califórnia, agora será de todo o país.

Neste momento em que a ficha começa a cair no mundo, no Brasil ainda se pensa que é possível por abaixo a maior floresta tropical do planeta, como se ela fosse um estorvo.

A MP 458, agora dependendo apenas de sanção presidencial, é pior do que parece. É péssima. Ela legaliza, sim, quem grilou e dá até prazo. Quem ocupou 1.500 hectares antes de primeiro de dezembro de 2004 poderá comprá-la sem licitação e sem vitória. Tem preferência sobre a terra e poderá pagar da forma mais

camarada possível: em 30 anos e com três de carência. E, se ao final da carência quiser vender a terra, a MP permite. Em três anos, o imóvel pode ser passado adiante. Para os pequenos, de até quatrocentos hectares, o prazo é maior: de dez anos. E se o grileiro tomou a terra e deixou lá trabalhadores porque vive em outro lugar? Também tem direito a ficar com ela, porque mesmo que a terra esteja ocupada por "preposto" ela pode ser adquirida. E se for empresa? Também tem direito.

Os defensores da MP na Câmara e no Senado dizem que era para regularizar a situação de quem foi levado para lá pelo governo militar e, depois, abandonado.

Conversa fiada. Se fosse, o prazo não seria primeiro de dezembro de 2004.

O mundo está caminhando num sentido, e o Brasil vai em direção oposta. Em acelerada marcha para o passado.

O debate, as propostas no Congresso, a aprovação da MP 458, os erros do governo, a cumplicidade da oposição, tudo isso mostra que a falta de compreensão é generalizada no país.

A fritura pública do ministro Carlos Minc, da qual participou com gosto até o senador oposicionista Tasso Jereissati (PSDB-CE), é um detalhe. O trágico é a ação pluripartidária para queimar a Amazônia.

Disseram que era para beneficiar os pequenos posseiros. Conversa fiada. Se fosse, não se permitiria a venda ocupada por um preposto, nem a venda para pessoa jurídica.

A lei abre brechas indecorosas para que o patrimônio de todos os brasileiros seja privatizado da pior forma. E a coalizão que se for-

mou a favor dos grileiros é ampla. Inclui o PSDB. O DEM nem se fala porque comandou a votação no Senado, através da relatoria da líder dos ruralistas, Kátia Abreu.

Mais uma vez, Pedro Simon (PMDB-RS), quase solitário, estava na direção certa.

A ex-ministra Marina Silva diz que o dia da aprovação da MP 458 foi o terceiro pior dia da vida dela.

— O primeiro foi quando perdi meu pai, o segundo, quando Chico Mendes morreu — desabafou.

Ela sente como se tivesse perdido todos os avanços dos últimos anos.

Minha discordância com a senadora é que eu não acredito nos avanços. Acho que o governo Lula sempre foi ambíguo em relação ao meio ambiente, e o governo Fernando Henrique foi omissivo. Se tivessem tido postura, o Brasil não teria perdido o que perdeu.

Só nos dois primeiros anos do governo Lula, 2003 e 2004, o desmatamento alcançou 51 mil Km<sup>2</sup>. Muitos que estavam nesse ataque recente à Floresta serão agora "regularizados".

O Greenpeace divulgou esta semana um relatório devastador. Mostrando que 80% do desmatamento da Amazônia se deve à pecuária. A ONG deu nome aos bois: Bertin, Marfrig, JBS Friboi são os maiores. O BNDES é sócio deles e os financia.

Eles fornecem carne para inúmeras empresas, entre elas, as grandes redes de supermercados: Carrefour, Wal-Mart e Pão de Açúcar.

Reuni ontem no programa Espaço Aberto, da GloboNews, o coordenador do estudo, André Muggiatti e o presidente da Abras (Associação Brasileira de Supermercados), Sussumu Honda. O BNDES não quis ir.

A boa notícia foi a atitude dos supermercados. Segundo Sussumu Honda, eles estão preocupados e vão usar seu poder de pressão contra os frigoríficos, para que eles mostrem, através de rastreamento, a origem do gado cuja carne é posta em suas prateleiras.

Os exportadores de carne ameaçam processar o Greenpeace. Deveriam fazer o oposto e recusar todo o fornecedor ligado ao desmatamento. O mundo não comprará a carne brasileira a esse preço. Os exportadores enfrentarão barreiras. Isso é certo.

O Brasil é tão insensato que até da anêmica Mata Atlântica tirou 100 mil hectares em três anos.

Nossa marcha rumo ao passado nos tirará mercado externo. Mas isso é o de menos. O trágico é perdermos o futuro. Símbolo irônico das nossas escolhas é aprovar a MP 458 na semana do Meio Ambiente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido de acordo com o Regimento.

O Senador Mozarildo mostrou suas preocupações quanto à falta de planejamento na Amazônia, na Região Amazônica, principalmente em pesquisas científicas.

Convidamos, para usar da palavra, como Líder, o Senador Arthur Virgílio.

Ele é Líder do PSDB e representa o Amazonas. Esse Amazonas é 60% do mapa, mas aqui está quase como a pesquisa do Presidente Luiz Inácio.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Sem revisão do orador.) – Atualmente, o Senador Arthur Virgílio, cá entre nós, representa tudo, não é, Sr. Presidente? Se o senhor falar no Amazonas, se o senhor falar na Petrobras ... O que o senhor falar, ele está em todas aqui. Meus cumprimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Maior do que o Amazonas, do que a Amazônia, é do

tamanho do Brasil. E as raízes dele no Itamaraty lhe dão o tamanho do universo.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Representa o Rio Grande do Sul, representa tudo, Sr. Presidente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – O meu medo de representar tanta coisa é que acabo não representando bem ninguém, não é? Ou nada. Esse é que é o medo.

Mas, enfim, Sr. Presidente, eu agradeço muito.

Sr. Presidente, antes de mais nada, uma consideração bem curta sobre essa questão do meio ambiente: o aparte do Senador Cristovam Buarque foi primoroso, sintetiza tudo o que eu penso. Nós não podemos transformar a Amazônia num museu, e não podemos predá-la, Senador Gilberto. Nós temos que preservar a galinha dos ovos de ouro e, ao mesmo tempo, explorar com racionalidade as riquezas que a natureza prodigalizou à população brasileira por meio

da Amazônia. E eu me refiro ao minério, à cobertura florestal, ao gás natural. A questão é se ter o limite e a ponderação da sustentabilidade.

Por exemplo, o gasoduto Coari-Manaus, que entrará mais cedo ou mais tarde em funcionamento, tem gás para dez anos, doze anos, a depender do ritmo do crescimento econômico do Estado. Obviamente, vai ter que se fazer um outro gasoduto lá do Juruá, do Município de Carauari, no Juruá, até Urucu; e daí para Coari, para se manter a troca de energia poluente por uma energia limpa. Então, esse é o preço que se vai ter para ter uma matriz energética limpa. Alguns dizem que não dá para fazer um novo gasoduto. Mas claro que dá. Vai fazer o quê? Vai voltar à termelétrica a diesel, que fica poluindo o tempo todo?

Então, as intervenções sobre a natureza sempre vão acontecer. Agora, devem acontecer em níveis de sustentabilidade, com cuidado, com rigor científico, enfim.

Em relação a esse projeto tão discutido, eu votei a favor dele por entender que o Governo tinha boa intenção de fazer o início de combate à grilagem. É melhor alguma regulamentação do que nenhuma. É melhor o início de uma regulamentação do que nenhuma regulamentação.

E votei com a Senadora Marina dois destaques. Perdemos por dois votos. Votei com ela dois destaques por entender que esses destaques aperfeiçoariam o projeto. Se o Presidente Lula apuser o veto a esses destaques, eu entendo que seria uma medida saneadora, uma medida correta e justa.

Por outro lado, eu, então, comemoro com muita tranquilidade o Dia do Meio Ambiente, por entender que nós não podemos separar economia de meio ambiente. Não podemos. E não podemos separar o homem, que deve ser o beneficiário das intervenções sobre a natureza e da própria preservação da natureza, das nossas preocupações fundamentais.

Então, vivo muito de perto as agruras do meu povo, muito de perto, e sei que ninguém toma conta da floresta melhor do que o povo do Amazonas. E deve ser assim com o povo do Pará, com o povo de Roraima, do Senador Mozarildo. Mas o povo do Amazonas toma conta. Quem preda não é o caboclo, não é o ribeirinho. Tenho medo de uma madeireira asiática que venha com a pior das intenções para tentar tirar o máximo de lucro em curto prazo. Quem preda é quem, porventura, esteja fazendo biopirataria. É um Johan Eliasch da vida, que compra terra às barbas do governo do Estado, às barbas do Governo Federal de maneira terrivelmente grave, mas o povo do Amazonas não preda.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, ainda não há informações otimistas sobre as cheias do Amazonas.

As águas só começaram a baixar em meados deste mês, lentamente, porém. A situação é séria – não é para menos. Segundo o Serviço Geológico do Brasil, esta é a terceira maior cheia dos últimos 50 anos no Amazonas. Atualmente, em Manaus, são 11 os bairros e mais dez comunidades rurais atingidos pela cheia, de acordo com dados da Defesa Civil municipal. O saldo aponta mais de duas mil casas das áreas de risco que já tiveram seus assoalhos atingidos pela água do rio e igarapés. Somente na zona rural de Manaus, há 220 casas com marombas, ou seja, abrigos ou plataformas flutuantes, usados para abrigar o gado e outros animais domésticos e para proteger as famílias. As marombas permitem que as famílias fiquem fora do alcance das águas até o momento em que as próprias águas superam o nível das marombas. E é lamentável quando isso acontece.

O rio Negro subiu avassaladoramente. Não há como deixar de presenciar, com dó ou comiseração, as cenas que foram o atual cotidiano de áreas manauaras e de quase todo o interior amazonense. A situação é desesperadora. São populações inteiras, infelizmente, desassistidas ou não assistidas, como seria de se esperar. É, portanto, chegado o momento de atendimento redobrado, inclusive para a recuperação das áreas cobertas pelas águas.

Tenho visitado as áreas mais atingidas e, com base também em relatos que obtenho pessoalmente de prefeitos e vereadores, sintetizo aqui o drama das cheias em meu Estado. E, mais uma vez, alerto que o Amazonas está, de fato, sob estado de emergência.

Eis o relatório:

Anamã, no Alto Solimões. É a área mais atingida. Todas as suas ruas estão alagadas, impedindo as atividades normais nesse Município de quase 9 mil habitantes. A situação ali, como em Barreirinha, terra do poeta Thiago de Mello, é mais do que desesperadora. As autoridades médicas improvisaram um mini-hospital flutuante para, ao menos, atendimento de emergência.

Anori. Estive com a Prefeita Sansuray Soares Xavier e dela obtive dados contrariantes. A zona rural está totalmente submersa, com perda também total das plantações. A sede municipal está com mais da metade da área atingida pelas águas, causando problemas a mais de duas mil famílias. Dessas, 300 perderam tudo do pouco que tinham.

Autazes. O Prefeito Raimundo Wanderlan Sampaio tem feito o que pode e lamenta não poder ir além. Há pouco tempo, chegaram ao Município alimentos e remédios para, ao menos, minimizar os problemas de 700 famílias. Em todo o Município, são mais de quatro mil famílias atingidas. A produção agrícola foi toda



perdida, além da morte de animais, como gado e cavalos. Cinco escolas deixaram de funcionar. Uma delas está sendo usada para o alojamento de 150 famílias atingidas, dez delas com perda total. Duas estradas interditadas. O transporte rodoviário e o serviço de ônibus pararam, principalmente nos distritos de Sampaio e Novo Céu.

Aqui faço uma observação para ilustrar o que, de fato, ocorre no meu Estado. O Prefeito Wanderlan recebeu a informação da Defesa Civil de que deverá chegar ao Município material de alvenaria, destinado a obras de reconstrução. Inútil. A realidade da região amazônica é outra. Ali, as casas são de madeira, pelo que o Prefeito Wanderlan pediu-me que apelasse ao Ministro da Integração no sentido de que, em vez de tijolos e cimento, enviasse a Autazes madeira, telhas e pregos, que estes, sim, serão úteis à dura tarefa de reconstrução. A realidade do interior do Amazonas é outra. Ali, as habitações são de madeira.

Barreirinha. Relatou-me o Prefeito Mecias, que é um índio, uma figura especialíssima da etnia sateré, que, dada a gravidade da situação, com o Município praticamente submerso, parte da população foi obrigada a buscar abrigo em Parintins, Município irmão e vizinho. A Defesa Civil distribuiu 1.314 sacolas de alimentos até o final do mês passado. O Governo do Estado fez entrega de 1.300 cartões magnéticos no valor unitário de R\$300,00, e a Prefeitura de Parintins cedeu a Barreirinha uma lancha, uma ambulância, equipe de médicos, remédios, etc.

Benjamin Constant. Nesse município do Alto Solimões, que tem 30 mil habitantes, foram atingidas 32 comunidades, atingindo 980 famílias. O Prefeito José Maria Júnior providenciou a distribuição de tábuas, pregos e outros materiais para reconstrução de casas destruídas pelas águas. O Governo Federal distribuiu à população atingida algumas sacolas de alimentos. De parte do Governo do Estado, foram distribuídos cartões magnéticos para saques de dinheiro.

Borba. A Defesa Civil informou-me que 2.137 pessoas foram cadastradas no Programa SOS Enchente. Calcula-se que 3.500 famílias necessitam de algum tipo de ajuda. As áreas de várzea, usadas para plantações, estão inteiramente submersas.

Do Vereador Alcemir Dias, em nome do Prefeito Careca Holanda, figura extremamente competente esse prefeito, também de Borba, recebi mensagem inteirando-me da situação no Município. Com base em dados da Defesa Civil de que ele dispõe, 2.137 pessoas foram cadastradas no programa SOS Enchente e deverão obter benefícios. No entanto, disse-me o vereador, o número de famílias prejudicadas é maior, chegando a 3.500 famílias. Todas necessitam de aju-

da. Elas não podem realizar plantio nenhum, pois as áreas de várzea estão totalmente submersas. Entende o ilustre Vereador Alcemir que não há como ignorar o drama vivido pelos amazonenses, o que sugere a união de todas as forças políticas no sentido de uma atuação conjunta, visando a minorar os danos impostos ao povo borbense.

Itacoatiara. Nesse Município, formidável área foi atingida pelas águas, com prejuízo também para todos os Municípios vizinhos, como Urucurituba, por exemplo.

Manacapuru. Esta cidade transformou-se num conjunto de casas cercada por enorme área alagada. E, obviamente, a zona rural foi integralmente atingida.

Parintins. Em Parintins, também conversei com dirigentes da Associação dos Pecuáristas local, que me colocaram a par da situação aflitiva em que vivem as populações do Município, confirmando o que vejo e o que enfrenta o Prefeito Bi Garcia. O Presidente da APP, Francisco Haraldo Dinelly de Souza, e mais Geilson Teixeira dos Santos, compuseram um minucioso Relatório Expositivo acerca dos prejuízos, propondo, ao mesmo tempo, esforços conjuntos de todos, para que se torne possível enfrentar a atual e aflitiva situação.

Em Parintins, como consta do Relatório, as águas do rio Amazonas ultrapassaram a marca registrada em 2006, época em que ocorreu a maior cheia dos últimos três anos. A Associação dos Pecuáristas preocupa-se com a situação, sobretudo no momento em que o mundo e o País enfrentam grave crise financeira. Com as cheias, as terras se tornam impraticáveis. Os pecuaristas viram-se obrigados a levar o gado para regiões mais distantes. Em decorrência da limitação das pastagens, os custos de produção elevam-se. Todos os insumos ficam mais caros, entre eles, rações, sais minerais, medicamentos veterinários e mão de obra. Há, inclusive, risco de perda de 20% do rebanho.

No setor agrícola, não há como dar sequência ao plantio de alimentos, frutas ou juta.

O Relatório da Associação dos Pecuáristas propõe a concessão imediata de crédito de custeio pelos agentes financeiros, especialmente o Banco do Brasil. O crédito é essencial para o alimento do rebanho por um período de seis meses. Além disso, pede o equacionamento urgente das dívidas vencidas e a vencer este ano e no próximo.

Como providências estruturais, sugere:

- 1) retomada do processo de regularização fundiária;
- 2) implantação e estruturação, em Parintins, de escritórios do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas e do Instituto de Terras do Amazonas;



- 3) criação de programa de saneamento do rebanho contra brucelose e tuberculose, na mesma dimensão do que foi feito em relação à aftosa;
- 4) construção, também em Parintins, de abatedouro com o Serviço de Inspeção Federal;
- 5) implantar e equipar, em Parintins, laboratório de análises de zoonoses;
- 6) abertura de linhas de crédito rural para obras de infraestrutura rural, recuperação de pastagens para recuperar o rebanho.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Amazonas é a Terra das Águas, mas, não obstante, sofre como o Nordeste as consequências das cheias. Algumas observações apressadas podem concluir que, em lugar de tantos e imensos rios, as cheias não acarretariam problemas para as populações, especialmente as ribeirinhas, acostumadas a conviver com as águas. Puro engano. Basta olhar a própria Capital e constatar a invasão do rio Negro ruas adentro.

Agora, vai começar a vazante, com suas doenças – verminoses, leptospirose, hepatites – e seu perigo: cobras, lacraias, poraquês; arraias. Pelo menos mais dois meses de sofrimento extra pela frente na vida de meu povo.

Volto às cheias, porém, para dar a ideia da extensão do drama vivido pelos amazonenses, através de notícia publicada pelo jornal **O Globo**, sob o seguinte título: “Sucuri de 5 metros aparece em quintal de casa após enchente no Amazonas”. O fato ocorreu no Município de Barreirinhas, que foi um dos mais prejudicados pela cheia. Informou o jornal que “as cobras estão buscando alimentos em áreas urbanas por causa das enchentes que afetam várias cidades do Amazonas”. A cobra – como ainda informa **O Globo** – estava próxima ao galinheiro da casa do morador Marco Antônio dos Santos, pronta para dar o bote nas galinhas – e, quem sabe, nas pessoas. Ele disse que teve medo quando viu o tamanho do animal. Imagine o pavor que tomou conta das famílias daquela área. Não se trata de invenção, mas de fato.

Devo lembrar que a vida na Amazônia, a Terra das Águas, difere muito em relação às demais regiões do País. Muitas casas das famílias de ribeirinhos ficam sobre palafitas. São construções de madeira muito utilizadas nas margens dos rios na Amazônia, em áreas do Pantanal e, ainda, na Bahia e em São Vicente, em São Paulo, nas imediações da ponte do mar pequeno.

A diferença é que a Amazônia é uma imensa floresta, com uma biodiversidade fantástica, que inclui animais selvagens, além de cobras gigantescas como a sucuri. Nas ocasiões das cheias e em parte

das vazantes, os amazonenses passaram a viver sob o signo do medo.

O povo amazonense é um herói. Meu coração se emociona com ele. Meu caráter o respeita. Minha vida a ele pertence.

Solicito a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que mande inserir nos Anais a anexa matéria, publicada em **O Globo**, ao mesmo tempo em que faço uma comunicação muito triste.

Não podemos deixar de mencionar o homem nunca.

Nós temos como resultado dessas enchentes quatro vítimas fatais, todas elas crianças: um menino de 5 anos, Saulo Fróes de Matos, no Paraná de Moura, Município de Urucurituba; um menininho de 11 meses, no Município de Barreirinha; um outro menino no Município de Manacapuru e agora me informa a radialista Suzi Cevalho, de Tefé, que mais uma criança é tragada pelas águas no Município de Tefé.

Temos de saber misturar, disse o Senador Cristovam e foi muito feliz, saber misturar, equilibrar e misturar as duas coisas. A preocupação que temos de ter sempre com preservar a floresta, preservar a galinha dos ovos de ouro, mas não esquecer nunca a vida das pessoas, que somam 25 milhões de almas habitando a Região Amazônica. Eu estou falando de quatro mortes e quatro mortes são um fato para servir de luto para todos nós que temos consciência.

Por outro lado, eu gostaria de me socorrer do Senador Pedro Simon, porque eu tenho, Senador Pedro Simon, pavor a cometer injustiças e pavor ainda maior de sofrê-las.

Eu leio hoje aqui, na coluna da jornalista Sonia Racy, algo que não foi o melhor momento da jornalista que eu tanto admiro e eu imagino que ela própria fará a retificação. Senador Simon, a jornalista Sonia Racy dá a entender que o seu projeto, que foi por mim entusiasmadamente apoiado, o que estabelece o impedimento de fichas sujas se candidatarem, esse projeto teria passado por desatenção de seus colegas.

É uma notícia que não ofende apenas a mim, ofende a todos, porque o seu projeto não foi votado por *sponte propria*, não foi votado por combustão espontânea. Ele foi votado porque o Senador Demóstenes o colocou na pauta. Ele foi discutido, foi debatido e foi votado, sem dúvida, conscientemente, por todos que ali estavam, por todos que entendiam, no Senado, que era hora de se estabelecer, nos moldes que V. Ex<sup>a</sup> propunha, que, primeiro, ficha suja não se candidataria. Segundo, o suposto ficha suja teria a chance de se livrar dessa pecha, com a votação, em última instância, até o prazo do registro da candidatura.

Do jeito que ela coloca, parece que V. Ex<sup>a</sup> teria se beneficiado de um cochilo de seus colegas, ou seja, seus colegas, todos supostamente fichas sujas, teriam bobeado, e o projeto, então saneador, teria passado. Não é assim.

Eu, por exemplo, queixo-me porque tenho a minha vida. Não faço profissão de ética. Procuro ser ético na forma de me comportar, enfim, mas não faço disso bandeira. Fiquei profundamente decepcionado – já disso isso a alguns colegas –, quando aqui há um escândalo que pode envolver Senadores. Um escândalo que envolveu dois Diretores da Casa, foi marcada uma oitiva a que compareci, e percebi ainda o poder do Dr. Agaciel Maia, porque entrei na Secretaria-Geral da Mesa e fui recebido por uma muito simpática funcionária, pessoa que está acostumada a obedecer ao Dr. Agaciel. Eu perguntei a ela: “É aqui a reunião?”. Ela falou: “Não. A reunião que vai receber o Dr. Agaciel é na Presidência”. Eu disse: “Olha, desculpa, mas a senhora está enganada. Ele não vai ser recebido. Ele vai ser inquirido por mim e por outros Senadores. Não sou do cerimonial. Eu respeito muito quem é, mas eu não sou do cerimonial. Eu tenho outro papel. Não vou receber ninguém. Eu vou inquirir o Dr. Agaciel”. Inquirir duramente como o fiz. E fiquei contristado, porque... E não fiz nenhuma denúncia disso, enfim. Contristado, porque, no momento, eu estava só. Depois, chegou o Senador Tasso Jereissati; depois, chegou o Senador Tião Viana; depois, chegou o Senador Adelmir; chegou o Senador Agripino Maia; chegou mais um outro Senador, o Senador Antonio Carlos Júnior e foi travado um debate.

Eu fiquei contristado porque, cadeiras vazias e aquela sensação... O Sr. Zoghbi fazendo o jogo do humilde e o Sr. Agaciel fazendo o jogo do altivo. O Sr. Zoghbi fazendo o jogo de empurrar a culpa para a esposa, para o filho, para a babá e o Sr. Agaciel fazendo o jogo do “não tenho nada a temer, tanto que vim sem advogado”, enfim. E eu falei, tentando cumprir meramente com o meu dever, falei tudo o que eu achava que devia falar e disse que aquilo ali era uma montagem para acabar com aquele processo o mais rapidamente possível, e a maior prova disso eram as cadeiras vazias a minha volta.

Então, eu entendo que talvez o Senador Simon devesse se comunicar com a jornalista, Sonia Racy e dizer que há um grande equívoco, que não houve cochilo de seus Colegas e que Colegas seus, honrados como V. Ex<sup>a</sup>, apoiaram o seu projeto por quererem uma política mais moral e não porque, supostamente, fossem os desavisados e que, se fossem avisados, não deixariam de aprovar um projeto que foi tão debatido e

que é tão admirável, colocado na pauta das discussões por uma pessoa admirável e admirada como V. Ex<sup>a</sup>.

Com muita honra.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS)** – A inquirição a que V. Ex<sup>a</sup> se refere eu fiquei sabendo no dia seguinte. Cobrei da minha Assessoria: “Mas como que é?!”, “Não, eu não sabia também”. Mas ouvir o ex-Diretor-Geral, uma situação da maior importância, fiquei com vergonha de não ter ido. Era a minha obrigação ter ido. Era minha obrigação ter ido. E cobrei duro da minha assessoria – cobrei duro da minha assessoria –, mas não sabia. Quero dizer do fundo do coração...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – Eu acredito.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS)** – ... fiquei sabendo depois, quando a imprensa publicou. Não tive a mínima idéia de que tinha de ter reunião. Era uma reunião a que todo o Senado tinha de estar presente. Não tinham por outra coisa, mas para conhecer, para estar a par das coisas que estão acontecendo. Eu felicito V. Ex<sup>a</sup> pelo ato de ter feito a convocação. Felicito V. Ex<sup>a</sup> pelo trabalho que fez lá. E me envergonho, por isso peço desculpas. Mas lhe digo do coração: eu não sabia, eu não fiquei sabendo. Não estava na minha agenda, ninguém me avisou e eu só fiquei sabendo quando já tinham feito a reunião. Com relação à gentileza, à referência de V. Ex<sup>a</sup>, V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Eu também recebi muitas manifestações iguais a de V. Ex<sup>a</sup>, cobrando de mim. Mas quer dizer que o Pedro Simon quer um foro especial para parlamentar, não acontecer com ele, e não sei o quê! Eu acho que eu fui de uma profunda infelicidade no meu pronunciamento, em que eu disse uma coisa e entenderam outra. Em primeiro lugar, Senador, são dois tipos de projetos. Uma das teses é esta para a qual a OAB e a CNBB estão colhendo assinaturas, para fazer um projeto popular, de 1,1 milhão de assinaturas. Ficha suja não pode ser candidato, que é a tese que os Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil inteiro defendem. E que é a tese que o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral também defende. Mas é uma tese que perdeu no Supremo. Ela ainda não é majoritária, mas é um grande debate. Tenho aqui dois projetos. O primeiro deles estabelece que quem tem ficha suja não pode ser candidato – aí vem o que o pessoal não entende. A gente tenta defender a tese de que quem tem ficha suja não pode ser candidato. O que não pode acontecer é, daqui a pouco, um cidadão que não gosta do Arthur Virgílio entrar com um processo alegando não-sei-o-quê, ou alguém que não gosta do Pedro Simon fazer o mesmo.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Eu acho que ou a gente termina com o foro privilegiado ou muda o foro privilegiado, não pode ser um foro para a gente ficar livre sempre. Pelo contrário, o foro privilegiado deve ser uma garantia de que o homem público vai ser julgado. São milhões de processos, diz a Justiça que é um processo atrás do outro, processos e mais processos, que não tem como dar prioridade ao julgamento do político que vai ser candidato. Ora, esse é o mais importante de todos! É preciso que o processo do político que vai ser candidato tenha prioridade e seja discutido. Que se proíba a candidatura de quem tem ficha suja, mas que o julgamento seja feito antes da eleição.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Perfeito.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Senador, isso termina com a impunidade! Termina com a impunidade! Agora, o projeto que nós votamos não é esse, o projeto que nós votamos é outro. Aliás, já está na Constituição quando trata de matéria eleitoral: não será candidato quem...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – ... não tem moral ilibada, moral limpa.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Como o Ministro do Supremo.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Como o Ministro do Supremo, como o candidato ao Banco do Brasil, como o candidato à Presidência do Senado. Nesses casos todos, a pessoa tem de ter a ficha de bons antecedentes. Então, a gente acrescenta: essa ficha também tem de ser exigida do candidato. É isso o que foi aprovado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – É isso mesmo. Obrigado, Senador Simon.

Refiro-me apenas ao fato de que é bom se esclarecer aos jornalistas de que não havia...

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – (intervenção fora do microfone)

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Simon.

Senador Cristovam, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senador Arthur Virgílio, eu também quero que, se baterem no senhor por essa proposta, batam em mim, porque sou solidário com ela. Nós precisamos é explicá-la melhor. Agora, Senador Arthur Virgílio, eu só tomei conhecimento dessa oitiva – nesse caso, sim, eu cochilei – na quarta-feira, quando o senhor disse: “Senti sua falta”. Corretamente V. Ex<sup>a</sup> fez essa cobrança. Agora, a minha assessoria diz que não me avisou porque era da

Mesa Diretora; acharam que, com isso, eu não iria ter nem assento na oitiva. De qualquer maneira, a porta é aberta e, se eu soubesse, eu teria ido. Digo isso por uma simples razão: eu sou representante do Distrito Federal. Todos os servidores desta Casa são eleitores no Distrito Federal, são pessoas daqui, e eles hoje se sentem incomodados com grande parte dessas notícias que foram cometidas por uma cúpula e que terminam respingando em muitos dos servidores desta Casa. Eu tenho a obrigação de defendê-los para mostrar que há uma diferença entre os servidores do Senado que entraram, que fizeram concurso, que trabalham todos os dias e recebem os seus salários, nada mais, e a cúpula, que, segundo notícias que tivemos, se locupletou com o poder de decisão para escolher empresas terceirizadas e outros tipos de coisas. Eu não fui porque houve o cochilo de eu não ter sabido que haveria essa oitiva. A gente tem assessores para nos informar dessas coisas importantes. Eles dizem que a convocação foi para os Senadores que fazem parte da Mesa, e eu não sou da Mesa.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Cristovam. Eu aceito suas explicações, sei da sua boa vontade para com a apuração.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS. Fora do microfone) – Eu não soube da oitiva. Foi uma reunião da Mesa?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Não, foi uma sessão aberta para todos os Senadores. E mesmo que fosse da Mesa, isso não impediria que o Senador fosse. Mas foi aberta, foi decorrência de requerimento meu que teve de ser firmado também pelo Senador Marconi Perillo, porque era um requerimento que teria de ser endossado por alguém da Mesa.

A sessão foi aberta e foi feita com muita condescendência em relação aos dois depoentes, porque, por exemplo...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – ... foi aberta para a imprensa, mas não fez parte, como faz a sessão plenária, da cobertura ordinária da TV Senado, não fez. A TV Senado pode ter dado um *flash*, mas não fez como aqui: Todas as tolices que eu estou falando aqui, agora, estão sendo transmitidas, na íntegra, para o público da TV Senado e da Rádio Senado. Lá não foi assim.

Na verdade, não deixou de ser chocante, porque era a hora de nós termos colocado mais coisas, com mais pessoas. O que eu denunciei basicamente – e acusei frontalmente o Dr. Agaciel, que negou – foi o seguinte. Eu disse: “O senhor montou um projeto de intimidação dos Senadores em cima das tais passa-

gens”. E aí não deixei de dar uma cutucada, que eu acho que é justa, acho que e a imprensa deve fazer a sua autocrítica: a imprensa comprou de maneira não refletida essa história de querer criminalizar o que era legal.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Já concluo Senador.

Com essa irreflexão, eu vejo que se chegou a um clima que, talvez, tenha levado à intimidação de tantos Senadores que poderiam estar muitos ativos nessa luta.

Eu fiz a opção de dizer: “Olha, eu não devolvo um tostão de passagem nenhuma que eu dei, porque eu não fiz nenhuma na ilegalidade, nenhuma”. Ninguém me vê choroso aqui, até porque essa não é uma característica minha. Eu posso chorar com a morte da criança de Tefé ocorrida hoje, eu sou muito emotivo. Agora, vir choroso dizer que vou devolver passagem... Essa história não existe, porque eu dei na lei, dei com a cabeça erguida, com altivez, não tenho o que esconder.

Eu disse a ele: “O senhor se enganou muito. Se o senhor fez isso imaginando que a mim iria intimidar, o senhor literalmente quebrou a sua face, porque o senhor simplesmente cutucou a onça. E a onça não recua quando sente que está sendo atacada, não recua”.

O que tínhamos de investigar era a venda de passagens lá e a corrupção aqui, a venda de passagens na Câmara e a corrupção aqui. E dizer: a sociedade, daqui para frente, quer um uso restrito, mais sóbrio, melhor – assim como se foi avançando no conceito de nepotismo –, para as passagens aéreas. Mudou.

Agora, como parte da imprensa resolveu criminalizar o que não era crime, vi que muitos Senadores ficaram achando: “Será que vou ser o próximo a ser noticiado?” Eu estava pouco ligando se eu fosse o próximo. Não deixei nunca de falar grosso aqui e não vou deixar nunca de falar grosso, porque não cometi crime algum. Quem tem de fazer essa reflexão é a parte da imprensa que entrou nessa e que fez, quem sabe, indiretamente e sem querer, o jogo do Sr. Agaciel Maia: as vozes foram emudecendo aqui, foram emudecendo, emudecendo, emudecendo. Em alguns momentos, dá uma sensação de solidão pelo fato de a gente ter de ficar tentando mostrar que o essencial era se ver roubo. Não estou falando de passagem legal cujo ritmo e rumo de uso deveriam ser mudados. Eu estava falando de roubo, de licitação fraudada, de apropriação de dinheiro público. Estava falando de roubo, não estava falando de costume que deve ser alterado. O costume já foi alterado. Isso aí já foi resol-

vido. Daqui para a frente, já é diferente a forma de se utilizar as passagens.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur, a Senadora Serys...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – É um segundo só.

Daqui para a frente, se um conselheiro tutelar me disser que precisa ir a Salvador, vou dizer-lhe: “Não posso ajudá-los mais”. Cansei de fazer isso, mas não posso mais fazer. Antes eu fiz. É crime? Eu ia ficar morrendo de medo... Imagine eu comprando remédio para dor de barriga porque ia sair no jornal... É só não me conhecer para achar que sou de ter dor de barriga em algum momento da minha vida a não ser quando como acarajé apimentado, é não me conhecer.

Agora, houve um erro, sim, de parte da imprensa que comprou essa tese que foi jogada de cima para baixo para tentar emudecer o Senado da República.

E eu disse para o Dr. Agaciel que eu não emudeceria nunca. Eu quero o fim desse inquérito e quero ver o que vai resultar dele, porque este Senado não pode ser desmoralizado nem por senador que acoberte essa gente, nem por essa gente que abusou do dinheiro público e abusou de uma Casa que é o sustentáculo da democracia e que não pode ser desmoralizada ....

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Eu não admito que esta Casa seja desmoralizada enquanto eu estiver aqui, até porque eu não aceito nada que proponha a minha própria desmoralização. Se desmoralizam a Casa a que eu pertença, desmoralizam a mim próprio. E eu não estou falando em nada corporativo não, ao contrário: estou dizendo que é para investigar a fundo tudo o que houver de errado aqui. Agora, não inventem crimes por um lado e não deixem crimes impunes por outro. E não inventem crimes falsamente por um lado, deixando livres os verdadeiros criminosos, que praticaram os delitos sobre os quais a imprensa deveria estar se debruçando, cobrando a apuração e a punição dos verdadeiros culpados.

Eu agradeço ao Senador Simon e ao Senador Cristovam, porque tenho certeza de que serão sempre dois atentos Senadores; assim como o Senador Mão Santa, atentos Senadores na luta por costumes políticos morais, decentes e justos.

Muito obrigado. Eu peço desculpas à Senadora Serys, que, como eu, vai viajar e tem direito de fazer o seu pronunciamento, certamente também sobre o Dia do Meio Ambiente. Muito obrigado a todos.



**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO  
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.**

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ainda não há informações otimistas sobre as cheias no Amazonas. Ontem chegaram notícias dizendo que as águas só começarão a baixar em meados de junho, lentamente, porém. A situação é séria. Não é para menos. Segundo o Serviço Geológico do Brasil, essa é a terceira maior cheia dos últimos 50 anos no Amazonas.

As inundações são preocupantes. Anteontem, por exemplo, o nível do rio Negro subiu dois centímetros nas regiões cortadas por igarapés em Manaus. Portanto, só aparentemente há motivo para respirar aliviado nos 42 municípios atingidos, a começar pela Capital, Manaus.

Atualmente, em Manaus, são 11 os bairros e mais dez comunidades rurais atingidos pela cheia, de acordo com dados da Defesa Civil Municipal. O saldo aponta mais de 2 mil casas das áreas de risco que já tiveram seus assoalhos atingidos pela água do rio e igarapés. Somente na zona rural de Manaus, há 220 casas com marombas, ou seja, abrigos ou plataformas flutuantes usados para abrigar o gado e outros animais domésticos.

O rio Negro está subindo a uma média de 1 centímetro por dia. Até ontem, a cota do Rio Negro era de 29,08 metros, muito próxima da cota máxima histórica registrada em 1953, com 29,69 metros.

Não há como deixar de presenciar, com dó ou comiseração, as cenas que foram o atual cotidiano de áreas manauras e de quase todo o interior amazense.

A rigor, com o nível em ascensão, a situação é desesperadora. São populações inteiras, infelizmente, desassistidas ou não assistidas como seria de se esperar. É, portanto, chegado o momento de atendimento redobrado, inclusive para recuperação das áreas ainda cobertas pelas águas.

No final da semana, sobrevoei as áreas mais atingidas e, com base também em relatos que obtive pessoalmente de prefeitos e vereadores, sintetizo aqui o drama das cheias em meu Estado. E uma vez mais alerto que o Amazonas está, de fato, sob estado de emergência.

Eis o relato:

**Anamã, no Alto Solimões**

É a área mais atingida do Estado. Todas as suas ruas estão alagadas, impedindo as atividades normais nesse município de quase 9 mil habitantes.

A situação ali, como em Barreirinha, é mais do que desesperadora. As autoridades médicas improvisaram um mini-hospital flutuante, para ao menos atendimento de emergência.

**Anori**

Estive com a Prefeita Sansuray Xavier e dele obtive dados contristadores. A zona rural está totalmente submersa, com perda também total das plantações. A sede municipal está com mais da metade da área atingida pelas águas, causando problemas a mais de 2 mil famílias. Destas, 300 perderam tudo.

**Autazes**

O Prefeito Raimundo Wanderlan Sampaio tem feito o que pode e lamenta não poder ir além. Há duas semanas chegaram ao município alimentos e remédios para, ao menos, minimizar os problemas de 700 famílias. Em todo o município são mais de 4 mil famílias atingidas. A produção agrícola foi toda perdida. Também há informação de morte de animais, como gado e cavalos. Cinco escolas deixaram de funcionar. Uma delas está sendo usada para alojamento de 150 famílias atingidas, dez delas com perda total. Duas estradas estão interditadas. O transporte rodoviário e o serviço de ônibus estão paralisados, principalmente nos distritos de Sampaio e Novo Céu.

Aqui faço uma observação, para ilustrar o que de fato ocorre no meu Estado. O Prefeito Wanderlan recebeu a informação da Defesa Civil de que deverá chegar ao município material de alvenaria, destinado a obras de reconstrução. Inútil. A realidade da região amazônica é outra. Ali as casas são de madeira, pelo que o Prefeito Wanderlan pediu-me que transmitisse apelo ao Ministro da Integração que, em vez de tijolos e cimento, envie a Autazes madeira, telhas e pregos, que, aí sim, serão úteis na dura tarefa de reconstrução. A realidade do Amazonas é outra: ali, as habitações são de madeira.

**Barreirinha**

Relatou-me o Prefeito Messias que, dada a gravidade da situação, com o município praticamente submerso, parte da população foi obrigada a buscar abrigo em Parintins.

A Defesa Civil já distribuiu 1.314 sacolas de alimentos, até o final do mês passado. O Governo do Estado fez entrega de 1.300 cartões magnéticos, no valor unitário de R\$300,00.

A sede do município está com 90% submersa e o número de desabrigados chega a mil pessoas.

**Benjamin Constant**

Nesse município de 30 mil habitantes, foram atingidas 32 comunidades, atingindo 980 famílias. O Prefeito José Maria providenciou a distribuição de tábuas,

pregos e outros materiais para reconstrução de casas destruídas pelas águas. O Governo federal distribuiu à população atingida algumas sacolas de alimentos. Da parte do Governo do Estado, foram distribuídos cartões magnéticos para saques de dinheiro.

### **Borba**

A Defesa Civil informou-me que 2.137 pessoas foram cadastradas no programa SOS Enchente. Calcula-se que 3 mil e 500 famílias necessitam de algum tipo de ajuda. As áreas de várzea, usadas para plantações, estão inteiramente submersas.

Do Vereador Alcemir Dias, também de Borba, recebi mensagem inteirando-me da situação no Município. Com base em dados da Defesa Civil, de que ele dispõe, 2.137 pessoas foram cadastradas no programa SOS Enchente e deverão receber benefícios. No entanto, disse-me o Vereador, o número de famílias prejudicadas é maior, chegando a 3.500 famílias. Todas necessitam de ajuda. Elas não podem realizar plantio nenhum, pois as áreas de várzea estão totalmente submersas.

Relatou-me ainda o Vereador o que presenciou em recente visita às áreas atingidas, constatando que o Governo da União e a bancada de Parlamentares do Amazonas não estão omissas. Ao contrário, buscam inteirar-se da realidade que hoje entristece o Amazonas.

Entende o ilustre Vereador que não há como ignorar o drama vivido pelos amazonenses, o que sugere a união de todas as forças políticas no sentido de uma atuação conjunta visando a minorar a situação.

### **Itacoatiara**

Nesse município quase toda área foi atingida pelas águas. As cheias prejudicam também os municípios vizinhos.

### **Manacapuru**

Esta cidade transformou-se num conjunto de casas cercada por enorme área alagada.

### **Parintins**

Em Parintins, também nesse último final de semana, conversei com dirigentes da Associação dos Pecuaristas local, que me colocaram a par da situação aflitiva em que vivem as populações do município.

Mantive contatos com Presidente da APP, Francisco Haraldo Dinelly de Souza, e com Geilson Teixeira dos Santos, Relator de minucioso Relatório Expositivo acerca dos prejuízos.

Essa Exposição de Motivos sugere esforços conjuntos de todos, para que se torne possível enfrentar a atual e aflitiva situação.

Em Parintins, como consta do Relatório, as águas do Rio Amazonas já atingiram 8,91 metros de lâmina,

ultrapassando a marca registrada em 2006, época em que ocorreu a maio cheia dos últimos três anos.

Chamo a atenção dessa Casa e, em especial, das autoridades federais e estaduais para o alerta que faz o bem elaborado texto da Exposição:

“A tendência é de continuidade da cheia, podendo atingir, entre 10 e 20 de junho, o nível que ocorreu em 1953. Nesse ano, tivemos no Amazonas a maior cheia do século passado. A cheia atingiu em Manaus 29,11m.”

A Associação dos Pecuaristas preocupa-se com a situação, sobretudo no momento em que o mundo enfrenta uma das piores crises financeiras, de extensão global.

Com as cheias, as terras se tornam impraticáveis para qualquer tipo de cultura agrícola. Os pecuaristas viram-se obrigados a levar o gado para regiões mais distantes.

Em decorrência da limitação das pastagens, os custos de produção elevam-se. Todos os insumos estão mais caros, entre eles rações, sais minerais, medicamentos veterinários e mão de obra. Há, inclusive, risco de perda de 20% do rebanho.

No setor agrícola, não há como dar sequência ao plantio de culturas de alimentos, de frutas ou de juta.

O Relatório da Associação dos Pecuaristas propõe a concessão imediata de crédito de custeio pelos agentes financeiros, especialmente o Banco do Brasil. O crédito é essencial para o alimento do rebanho por um período de seis meses. Além disso, pede o equacionamento urgente das dívidas vencidas e a vencer este ano e no próximo.

Como providências estruturais, sugere: retomada do processo de regularização fundiária;

implantação e estruturação, em Parintins, de escritórios do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas e do Instituto de Terras do Amazonas;

criação de programa de saneamento do rebanho contra brucelas e tuberculose, na mesma dimensão do que foi feito em relação à aftosa;

construção, também em Parintins, de abatedouro, com o Serviço de Inspeção Federal;

implantar e equipar, em Parintins, Laboratório de Análises de Zoonoses;

abertura de linhas de crédito rural para obras de infraestrutura rural, recuperação de pastagens para recuperar o rebanho.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Amazonas é a “Terra das Águas”, mas, não obstante sofre, como o Nordeste, as conseqüências das cheias. Algumas observações apressadas podem concluir que, em lugar de tantos e imensos rios, as cheias não acarretariam problemas

para as populações, especialmente as ribeirinhas, acostumadas a conviver com as águas. Puro engano. Basta olhar a própria Capital e constatar a invasão do Rio Negro, ruas a dentro.

Por isso, reclamo desta tribuna imediatas providências para que as populações locais sejam socorridas. Socorridas, sim, porque a situação é de SOS.

Para dar uma idéia da extensão do drama vivido pelos amazonenses, junto a este pronunciamento notícia publicada ontem pelo jornal **O Globo**, com o seguinte título: “Sucuri de 5 metros aparece em quintal de casa após enchente no Amazonas”.

O fato ocorreu no município de Barreirinhas, que é um dos mais prejudicados pela cheia. Informa o jornal que *“as cobras estão buscando alimentos em áreas urbanas por causa das enchentes que afetam várias cidades do Amazonas”*.

A cobra – como ainda informa **O Globo** – estava próxima ao galinheiro da casa do morador Marco Antônio dos Santos, pronta para dar o bote nas galinhas. Ele disse que teve medo quando viu o tamanho da cobra.

Imaginem o pavor que tomou conta das famílias daquela área. Não se trata de invencionice, mas de fato. É uma das consequências das inundações que

ocorrem no meu Estado e que, por tudo isso, pedem providências imediatas.

Devo lembrar que a vida na Amazônia, a “Terra das Águas”, difere muito em relação às demais regiões do País. Muitas casas das famílias de ribeirinhos ficam sobre palafitas. São construções de madeira sob pilotis muito utilizada nas margens dos rios, na Amazônia, áreas do Pantanal, como, ainda, na Bahia e em São Vicente-SP (nas mediações da ponte do mar pequeno).

A diferença é que a Amazônia é uma imensa floresta, com uma biodiversidade fantástica que inclui animais selvagens, além de cobras gigantescas, como as sucurs. Nas ocasiões de cheias, as cobras sobem pelas palafitas e, pelas janelas, entram nas residências dos ribeirinhos.

Não é difícil imaginar que, além das perdas materiais, que não são pequenas, os amazonenses passaram a viver sob o signo do medo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**MANAUS - Uma sucurs com cinco metros de comprimento foi morta, nesta terça-feira, depois de aparecer no quintal de uma casa em Barreirinha, a 328 quilômetros de Manaus. As cobras estão buscando alimentos em áreas urbanas por causa das enchentes que afetam várias cidades do Amazonas. A cobra estava próxima ao galinheiro da casa do morador Marco Antônio dos Santos, pronta para dar o bote nas galinhas. Ele disse que teve medo quando viu o tamanho da cobra.**

**Leia também: Atração turística de Manaus, encontro das águas também é causa da cheia**

**- A cobra ficou muito tempo parada, deu tempo para eu pegar a espingarda e o arpão. Foi a primeira vez que eu matei uma cobra. Quando ela estava no arpão, vi que era grande e chamei o vizinho para me ajudar. No arpão ficou muito brava - disse ele.**

**A esposa de Marco Antônio disse que levou um susto.**

**- A reação que tive foi de segurar a corda para prender o bicho. Na hora que ele jogou o arpão, o bicho me puxava pela corda. As mães precisam ter cuidado com seus filhos. Uma cobra dessa engole uma pessoa - afirmou.**

**No município de Anamá, a 168 quilômetros de Manaus, a cheia do rio Solimões aumenta o número de pessoas picadas por animais peçonhentos. Como a cidade ficou toda alagada, as pessoas ficam expostas ao perigo.**

**De acordo com informações da auxiliar de saúde do município, Sônia Maria, o maior número de vítimas de picadas de cobras e arraias está na sede do município. Ela informou que nos últimos dois meses, com a subida do rio, foram registrados 20 casos de picadas de cobras e ferradas por arraias, um número que representa quatro vezes o registro do mesmo período do ano passado. O morador aposentado Pedro Rocha diz que os problemas causados pela cheia está obrigando os moradores a deixarem a cidade.**

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Atentamente eu ouvi e queria me manifestar para o Pedro Simon.

O Supremo Tribunal Federal está certo. Sabe por quê? Eu lhe daria um exemplo só – um quadro vale por dez mil palavras.

Eu tenho 66 anos de político e procuro ler a história do Brasil. O político mais honrado que eu conheci – o mais honrado, falou o líder do PSDB, tudo foi ele que plantou – foi Mário Covas. Tem 64 processos contra Mário Covas. É vida suja? Mário Covas é santo. Ele inspirou. Agora, foi o maior líder deste momento, de tal maneira que os seus adversários muito fortes – o PT, que hoje está no Governo – lhe impingiram 64 processos. Ele está com esses processos mas está no céu. Não conheço, Pedro Simon, nenhum político de vida tão limpa como Mário Covas. Eu o conheci pessoalmente. Eu levei a comenda maior do Piauí, a Grã-Cruz Renascença, lá na UTI, porque ele não pôde assistir. Então, o Supremo Tribunal Federal é que está certo. Mário Covas tem 64 processos. Para mim foi o mais puro da história do Brasil.

Com a palavra a Senadora Serys.

Paim, eu o convidaria para presidir a sessão, pois eu também vou viajar.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT

– MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje, antes de iniciar a minha fala – aliás, vou falar sobre quatro temas –, eu queria fazer uma saudação aos Srs. Vereadores do nosso querido Município de Nova Xavantina, lá em Mato Grosso, perto da nossa Barra do Garças: Vereador Capelari, José Antunes, Bosco. Sejam muito bem-vindos ao nosso Senado, Srs. Vereadores!.

Hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente. Muito já foi dito nos últimos dias a respeito. O meio ambiente depende tanto, senhoras e senhores, do agricultor, que pode ou não usar inseticidas, quanto do morador das grandes cidades, que podem reduzir o uso de sacolas plásticas e, principalmente, de nós, parlamentares, que podemos garantir leis que combatam abusos ou que incentivem boas práticas ambientais, a união de todos pela defesa das nossas riquezas naturais, buscando a abolição do modelo de desenvolvimento poluidor, implantado ao longo do século XX.

Acreditamos na agricultura e na pecuária, que respeitem um modelo rígido de desenvolvimento sustentável.

O Brasil tem um território imenso, grande parte dele agricultável, sem que se coloquem em risco as nossas riquezas naturais.

O segundo ponto é a PEC 115, que define o cerrado como patrimônio nacional e que tramita desde 1995 no Congresso Nacional.

Entendemos que já não se pode mais deixar de lado a defesa intransigente também do cerrado e do pantanal.

Estamos juntos nessa iniciativa de proteger a floresta, o cerrado, o pantanal, definindo inclusive essa iniciativa de proteger o cerrado, definindo toda a região como patrimônio nacional, que deve ser garantido e defendido de forma ampla e com grande apoio do Parlamento.

Primeiro, senhores e senhoras, defendemos a vida, as nossas vidas e a qualidade de vida das gerações futuras; depois, os interesses econômicos. Economia é importante, sim. Sem agricultura e pecuária não se come, não se caminha. Nós temos muitas terras disponíveis e que não colocam em risco as nossas reservas florestais.

Vamos buscar o desenvolvimento respeitando a natureza. Desenvolvimento, sim, mas desde que completamente sustentável e amigo da ecologia. Vamos plantar, vamos criar, vamos produzir e alimentar o nosso povo, mas a natureza sempre em primeiro lugar.

Eu queria dizer, Srs. Senadores, senhoras e senhores que nos ouvem, Sr. Presidente, que ações das menores que se possam fazer, até as grandes ações têm que acontecer não só no Dia Mundial do Meio Ambiente como nas proximidades, como no ano inteiro, em todos os nossos dias.

Lá em Cuiabá, amanhã, por exemplo, será realizada a caminhada ecológica chamada “A Tarde da Saúde e Meio Ambiente”. Essa caminhada acontece já há três anos no parque da nossa cidade de Cuiabá, no Parque Mãe Bonifácia, e é promovida por médicos, pessoas da área da saúde. Todas essas caminhadas têm sido organizadas sempre com a participação e sob a liderança de uma das minhas filhas que é médica, a Dr<sup>a</sup> Natasha Slheressarenko Fraife Barreto, assessorada por Marina, Maria Eduarda, João Pedro, Pedro Paulo, crianças que, junto com outras crianças e com outros jovens, ajudam a organizar esta caminhada, com participação ativa, convidando, telefonando, chamando as pessoas para esta caminhada no parque da cidade, uma caminhada de conscientização.

E é conscientizando as nossas crianças e os nossos jovens, Senador Paim, que neste momento preside a nossa sessão, que nós vamos fazer a mudança de mentalidade para valer. Portanto, que todos participem desta caminhada também.

Quero falar aqui do V Encontro Regional – Projeto Escola sem Homofobia. Quero aproveitar, Sr. Presiden-



te, para fazer uma saudação especial ao meu querido companheiro Clóvis Arantes, lá de Mato Grosso.

Clóvis Arantes tem desenvolvido brilhante trabalho junto à comunidade LGBT no combate à homofobia e a conquista da cidadania para essa parcela da população tão discriminada.

Seu trabalho, Clóvis, está concentrado em Cuiabá e Várzea Grande, mas suas ações têm tido repercussão em todo o Estado e os frutos estão aparecendo. Hoje, faço essa saudação para parabenizá-lo, Clóvis Arantes, pela organização do V Encontro Regional – Projeto Escola Sem Homofobia, que está ocorrendo hoje e amanhã, no Hotel Nacional, aqui em Brasília.

Sinto que a realização de encontros como esse é fundamental por ser na escola que se constrói essa cultura de desrespeito à diversidade. E é lá que devemos agir, para que um dia tenhamos uma sociedade livre de qualquer tipo de preconceito.

O preconceito contra alunos homossexuais é visível e atinge praticamente todos os adolescentes homossexuais, justamente em um momento de sua descoberta sexual e de seus conflitos potencializados.

Por isso tudo, Clóvis, devemos louvar a sua atitude, no sentido de estar à frente desse embate, ajudando os professores a lidarem com essa situação que hoje é muito complicada. Por isso, Clóvis Arantes, continue participando, liderando todo e qualquer movimento que possa existir pelo fim da homofobia.

Um outro assunto, Sr. Presidente, que interessa grandemente ao meu Mato Grosso, especialmente a nossa Cuiabá, é o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

Primeiramente, eu gostaria de transmitir uma ótima notícia a todo o nosso povo de Mato Grosso. Recebi nessa quarta-feira, dia 3 de junho, a informação do Ministério da Justiça de que, no próximo dia 10 de junho, será assinada a adesão de Mato Grosso ao Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

Estou lutando, juntamente com o Secretário de Segurança Pública, Diógenes Curado, e com o Governador Blairo Maggi, há algum tempo, e agora vem essa confirmação. Estamos lutando para essa conquista. Considero que essa é uma das mais importantes ações na área de segurança do Brasil e nada justificava a não inclusão do meu Estado de Mato Grosso.

O Pronasci, em nosso Estado, será uma revolução na segurança pública e acarretará de imediato a valorização dos profissionais da área, envolverá a participação da comunidade, trará a melhoria do sistema prisional, além, é claro, de tratamento adequado aos jovens e mulheres da sociedade em geral. Em especial, o Pronasci ajudará a cuidar dos nossos jovens de 15 a

24 anos, que são vítimas duas vezes do crime; muitas vezes são vítimas do crime e em outras, estão envolvidos em um crime em especial, o crime organizado.

Lá em Mato Grosso, já iniciamos o debate sobre o assunto. Já foram realizadas conferências regionais em Rondonópolis, Cáceres, Sinop, Tangará da Serra, Barra do Garças, Várzea Grande e Cuiabá, as chamadas reuniões municipais preparatórias, e faremos a nossa Conferência Estadual de Segurança Pública entre os dias 18, 19 e 20 de junho, em Cuiabá, no Hotel Fazenda Mato Grosso.

Esse programa é desenvolvido pelo Ministério da Justiça e marca uma iniciativa inédita no enfrentamento à criminalidade no País. O projeto é moderno e arrojado, articulando políticas de segurança com ações sociais, priorizando a prevenção e buscando atingir as causas que levam à violência, sem em nenhum momento abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública.

Para o desenvolvimento do programa, o Governo Federal investirá R\$6,7 bilhões até o final de 2012. Entre os principais eixos do Pronasci, destacam-se a valorização dos profissionais de segurança pública, a reestruturação do sistema penitenciário, o combate à corrupção policial, o envolvimento da comunidade, principalmente na prevenção da violência.

Além dos profissionais de segurança, o Pronasci tem também como público-alvo principalmente os jovens de 15 a 24 anos à beira da criminalidade, que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei, presos ou egressos do sistema prisional; e ainda os reservistas, que, nos últimos anos, estão passíveis de serem atraídos pelo crime organizado, em função do aprendizado em manejo de armas adquirido durante o serviço militar.

Atualmente, vários Estados já participam do Pronasci, e Mato Grosso acaba de ser informado pelo Ministério da Justiça de que, dia 10, o Dr. Ronaldo Teixeira estará lá, assinando o termo de adesão do nosso Estado ao Pronasci. Agora, Mato Grosso está inserido no Pronasci.

Agradeço imensamente a sensibilidade do Ministro da Justiça, Tarso Genro, da nossa querida Ministra Dilma Rousseff e, principalmente, do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que determinou que, realmente, Mato Grosso precisava aderir ao Pronasci, porque lá nós teremos treinamento, capacitação da Polícia Civil, da Polícia Militar, dos órgãos de segurança pública do Mato Grosso como um todo, além do envolvimento das comunidades, de mulheres, “Mulheres da Paz”, por exemplo, que é um dos programas – são muitos os programas que se encontram no Pronasci, e um deles é o “Mulheres da Paz”. Mulheres líderes,

líderes da nossa capital, por exemplo, lideranças dos vários bairros estarão envolvidas nesse programa, no sentido de auxiliar os jovens, de conversar com os jovens, de estar junto dos jovens para encaminhá-los para políticas do bem e não permitir que eles sejam cooptados pelo crime, muitas vezes.

Então, não só as mulheres, como os jovens serão envolvidos diretamente. Teremos bolsa de preparo, de capacitação a todos os profissionais da área de segurança, teremos o programa de habitação popular para aqueles policiais que ganham até quatro salários mínimos, teremos créditos para a habitação para aqueles que ganham até R\$ 4.900,00.

Enfim, é muito grande e muito significativo o programa Pronasci, para que a gente realmente dê a virada e acabe com esse problema da segurança pública em Mato Grosso, dando condições para que a segurança pública realmente faça a segurança, não só aquela **posteriori** ao crime, mas principalmente a segurança preventiva, para que as pessoas de modo geral, mas especialmente os nossos jovens de 15 a 24 anos não sejam envolvidos pelo mundo do crime.

Queria também aqui dizer que o Deputado Carlos Britto, que já foi Secretário de Segurança de Mato Grosso, desde o seu tempo, já buscava a adesão de Mato Grosso ao Pronasci. Ele hoje está como Deputado na Assembléia Legislativa do nosso Estado de Mato Grosso. Carlos Britto vinha se empenhando, continua se empenhando e, hoje, está ajudando a divulgar realmente os programas do Pronasci no Estado de Mato Grosso.

O Secretário de Segurança, Dr. Diógenes Curado, teve uma participação muito significativa, obviamente sob a liderança do Governador Blairo Maggi, para que Mato Grosso tivesse a adesão ao Pronasci acatada e aceita.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, preciso falar rapidamente ainda sobre as intensas comemorações que acontecem hoje em todo o nosso Estado de Mato Grosso devido à escolha de Cuiabá como uma das cidades-sede dos jogos de futebol da Copa do Mundo de 2014.

Uma conquista, Sr. Presidente, muito importante, que nos anima a celebrar pela oportunidade de, em 2014, podermos participar e apreciar a grande festa que certamente acontecerá em nosso País e particularmente em Cuiabá, por conta dessa Copa do Mundo. É que, para Cuiabá e para Mato Grosso, essa conquista se anuncia como uma oportunidade de ouro para a dinamização da vida de nossa comunidade, com melhorias fundamentais na infraestrutura de nossa capital.

A Prefeitura de Cuiabá, através do Prefeito Wilson Santos, já anunciou que o Município está preparado para investimentos na execução de obras de trânsito ainda neste ano de 2009, empreendimento voltado a melhor receber os turistas que irão até Cuiabá assistir aos jogos da Copa na capital mato-grossense. Esses recursos serão investidos em novas vias e no alargamento das que já existem, como a Avenida Fernando Correa da Costa, a Avenida das Torres, a Avenida Arquimedes Pereira Lima, a Avenida do CPA e na conclusão do rodoanel, perimetral que ajudará muito a desafogar o trânsito em toda a Grande Cuiabá.

O Prefeito de Várzea Grande, Murilo Domingos, também já anunciou investimentos de igual monta, visando à readequação do seu Município a essa nova conjuntura que se abriu a partir da escolha de Cuiabá como subsede dos jogos de 2014. Mas quero destacar que, além da festa por recebermos seleções e turistas de todo o mundo, é importante que se assegure, em todo esse processo, melhorias na vida de nosso povo, um povo trabalhador que precisa ser apoiado para que atinja novos patamares em sua vida.

Com a preparação para a Copa, já se diz que a Grande Cuiabá vai ser transformada e se globalizará definitivamente. E eu digo que é importante, desde já, que essa globalização e os investimentos que se direcionarão a Cuiabá e a Várzea Grande mirem prioritariamente o povo mais humilde que vive no aglomerado urbano de nossa capital, nosso povo que ainda se abriga e se defende em grandes bolsões de pobreza com muitas dificuldades para morar, para se transportar, para estudar, para trabalhar. Com os novos investimentos que já se anunciam, que este povo possa se beneficiar concretamente dessa festa e se encontrar dentro de uma cidade nova, que, para ser nova e grandiosa, precisa ter seu povo convivendo em padrões elementares de dignidade.

O fato é que estamos todos vibrando, estamos todos lá em Mato Grosso apostando num futuro melhor para a nossa terra, a partir de dados alvissareiros, como os anunciados pelo Secretário-Executivo do Ministério das Cidades, o mato-grossense Rodrigo Figueiredo, que assegurou, em meio às festas do domingo lá em Cuiabá, que o Governo Lula vai disponibilizar, só o Ministério das Cidades, pelo menos R\$1 bilhão para investimentos em obras de infraestrutura na Grande Cuiabá ainda este ano, dentro das adequações necessárias para a Copa do Mundo de 2014. O Secretário confirmou a aprovação para Cuiabá de R\$436,4 milhões previstos na primeira etapa do PAC da Copa. A expectativa de se chegar a R\$1 bilhão em investimentos se baseia em novos projetos que o Governador Blairo Maggi está trazendo para Brasília, e

eu, como Senadora do PT, coordenadora da Banca Federal, conclamo todos os Senadores, e sei que estamos juntos – Gilberto Goellner, Jayme Campos e toda nossa Bancada de Deputados e a Deputada Federal -, para garantirmos que esses recursos sejam efetivamente viabilizados.

Na lista de obras que devem acontecer na primeira etapa do PAC da Copa, que contempla Cuiabá e Várzea Grande, constam outras ações que julgo importante listar, para o conhecimento de nossos concidadãos, como a ampliação da Avenida dos Trabalhadores; a duplicação da Ponte Mário Andreazza, que faz a interligação viária entre Cuiabá e Várzea Grande; a duplicação das Avenidas 31 de Março e da FEB; e a implantação de corredores de ônibus, ligando as regiões norte e sul, leste e oeste de nossa Capital. As obras no Aeroporto Marechal Rondon, que vinham até aqui se arrastando, certamente sofrerão, nessa nova fase, um grande impulso, e teremos o aeroporto internacional que sempre reclamamos desta tribuna.

Toda essa movimentação, todas essas obras e toda essa alteração na estrutura física de Cuiabá e Várzea Grande resultarão, certamente, na multiplicação da oferta de empregos, de investimentos, de oportunidades para o nosso povo cuiabano, várzea-grandense, bem como atingirá beneficentemente toda a baixada cuiabana e todos os rincões de Mato Grosso.

Quero aqui ressaltar, senhoras e senhores, que a vinda da Copa, como já disse antes nesta tribuna, não deve ser encarada apenas como uma conquista de Cuiabá, de Mato Grosso. Evidentemente que aconteceram articulações políticas, e nós, mato-grossenses, alcançamos um melhor resultado. Mas queremos e devemos construir a Copa do Pantanal como uma Copa que garanta benefícios para toda a Região Centro-Oeste. Nesse sentido, é importante que os cidadãos de Campo Grande, de Goiânia, do nosso Mato Grosso do Sul e de nosso Goiás não se sintam, de jeito algum, alijados nesse processo, mas se integrem conosco neste momento de festa.

Vencida essa primeira etapa como mato-grossense, quero dizer a todos os cidadãos e às cidadãs de Campo Grande, de Mato Grosso do Sul, que vamos ter o maior orgulho de recebê-los em nossa Cuiabá e de, juntos, participarmos da festa da Copa. Digo mesmo que os sul-mato-grossenses serão os turistas mais bem-recepcionados em Cuiabá, porque são nossos irmãos. Houve época em que todos nós estávamos no mesmo Estado do Mato Grosso, e temos de fortalecer nosso companheirismo em meio a essa festa do futebol. E informo aqui que já fui saudada, de forma muito gentil, pelo Senador Valter Pereira, pela Sena-

dora Marisa Serrano e pelo meu querido companheiro Delcídio Amaral.

Como coordenadora da bancada do Mato Grosso no Senado Federal, anuncio, desde já, a minha disposição em convocar reunião conjunta com os demais Senadores do Centro-Oeste e com os Deputados Estaduais de nossa região, para traçarmos uma linha comum de ação em favor do sucesso da Copa de 2014 em nossa região. Este é o momento de o Centro-Oeste, mais uma vez, afirmar o seu valor. Nós que tanto nos destacamos como celeiro do Brasil no setor do agronegócio vamos também nos esforçar, apaixonadamente, para promovermos o ambiente mais fraterno, o mais amoroso, tanto para os brasileiros que nos visitarem quanto para os amantes e as amantes do futebol que virão de outros países.

Faço daqui o meu apelo ao Governador de Mato Grosso do Sul, essa liderança que é André Puccinelli, para que esteja conosco, para que se irmane com o povo de Mato Grosso na organização desse evento tão importante para a divulgação das belezas de nossa região, para tornar o nosso pantanal mais conhecido e reconhecido pelo mundo afora como importante Patrimônio da Humanidade.

Esta é uma oportunidade de ouro para todo o Centro-Oeste, e não podemos perdê-la. Temos que superar eventuais desentendimentos e dar-nos as mãos num esforço comum, porque são benefícios para a nossa população. E por esses benefícios é que vale a pena a nossa união. Com Cuiabá e Brasília centralizando os jogos da Copa, é importante que todo o Centro-Oeste se junte para ofertar ao Brasil não só bonitos espetáculos esportivos em estádios de futebol bem-estruturados, como também a alegre confraternização das nossas comunidades.

A hospitalidade do povo cuiabano, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é algo ímpar, é algo conhecido além do Brasil até, e essa hospitalidade vai ser mostrada ao mundo, especialmente a todos os brasileiros, e mais especialmente ainda a toda a Região Centro-Oeste.

Estamos entrando nessa Copa com muita festa, e que possamos sair dela de cabeça erguida, aproveitando, da melhor maneira possível, esse evento, de grande impacto internacional, para destacar os valores de fraternidade da nossa gente, para nos destacarmos pela criatividade e pelo espírito público.

Será muito importante que o Governador André Puccinelli, o Governador Blairo Maggi, o Governador Alcides Rodrigues, do nosso tão querido Estado de Goiás, possam se reunir, possam juntar suas forças para construir um momento exemplar. Como Senado-

ra do PT de Mato Grosso, este é o meu desejo e este será o meu empenho.

Tenho visto em alguns jornais, em alguns *sites* as piadinhas irreverentes, que sugerem que, na Copa de 2014, quem vai fazer a festa serão os empreiteiros, os lobistas, os empresários. Quem diz isso são pessoas mal intencionadas. Respeito essa irreverência, esse humorismo, mas me disponho a trabalhar para que seus prognósticos assustadores não se confirmem.

A Copa de 2014 vai ser uma festa do povo, pelo povo e para o povo. Não uma festa para os cartolas, nem para os oportunistas de colarinho branco. Eu, pelo menos, vou trabalhar contra isso, vou me esforçar. E tenho a certeza de que, a partir desse evento, nós conseguiremos grandes inovações para facilitar a vida de nossa gente. Esse é o meu compromisso. Por isso que me alegro tanto com a escolha de Cuiabá como subsede da Copa. Entendo que essa é uma vitória do povo brasileiro. Esse evento anima nossa gente e lhe abre importantes oportunidades.

Devemos, para honrar o povo brasileiro, organizar uma bonita festa, aproveitando o mote para melhorar a organização de nossas cidades e de nosso povo. Esse deve ser o grande objetivo a nos orientar. Deixemos de lado as picuinhas, as briguinhas partidárias, os pequenos rancores, e vamos por mãos à obra, que nosso povo tem pressa.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Permita-me, Senadora, um aparte?

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senadora Serys, fico feliz que a senhora esteja comemorando esse fato. Eu também comemoro que Brasília entrou. Acho que, para o povo brasileiro, vai ser um grande momento. Mas eu queria pedir que a senhora tentasse influir no seu Estado para se lembrarem da outra infraestrutura que está sendo esquecida. É preciso educar melhor a cada um de nós. É preciso que as pessoas passem a falar idiomas estrangeiros. Passem a saber geografia, para conversarem com os turistas que chegam. É preciso que se trabalhe bem para se evitar todas as doenças endêmicas que nossas cidades têm. É preciso que a violência seja controlada. Imagine, faltando seis meses para a Copa, uma epidemia de dengue, dessas grandes que às vezes surgem no Brasil; seria um fracasso a Copa. Imagine descobrir-se que há uma guerra civil neste País; seria um fracasso. Sobretudo, creio que a gente deveria aproveitar para convencer o Governo de que é preciso pensar em educação também como fator fundamental para receber esses turistas que virão aqui.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – O senhor está totalmente correto. Eu não vou falar desse assunto agora, apesar de muitos terem usado a tribuna hoje por bem mais tempo do que eu, mas, em respeito ao Senador Mão Santa, que necessita do horário para falar imediatamente, em outra oportunidade falarei sobre o assunto, para dizer que a questão educação já está sendo planejada, aliás, grupos já estão sendo formados. Informe aqui, no início de minha fala, a adesão de Mato Grosso ao Pronasci. Refiro-me ao meu Estado de Mato Grosso, pois eu, pessoalmente, tenho me preocupado com essa adesão ao Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania –, o que já é um salto muito importante, assim com também me preocupo com as áreas de saúde e educação.

O senhor está coberto de razão. Esse é o caminho. Infraestrutura, aquela estrutura pesada de vias de locomoção, de estádio é importante, sim; mas muito mais importante ainda é a questão da educação, da língua estrangeira, o espanhol, com certeza – estamos ali na divisa, muitos países vizinhos estarão em Cuiabá -, e outras línguas também. Nas nossas escolas, a melhoria da qualidade de nossas escolas, de nossa educação. Acho que a Medida Provisória nº 455 vai ajudar isso no Brasil como um todo. Também a questão de saúde está sendo discutida.

Enfim, todos os aspectos terão que ser revigorados, terão que ser melhorados e, especialmente, como eu disse aqui, é preciso melhorar a qualidade de vida dos mais despossuídos, porque nós não temos que acabar com os pobres; nós temos é que erradicar a pobreza, porque, erradicando a pobreza, a melhoria da qualidade vem junto: vem educação, vem saúde e vêm tantos outros aspectos de políticas sociais, que precisam e são necessários para, realmente, dar esse salto para melhorar a qualidade de vida dos mais despossuídos da sociedade, o que se faz necessário.

Obrigada.

*Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

*Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.*

*Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*



**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estava inscrito para este momento o Senador Cristovam Buarque, mas, como o Senador Mão Santa tem de viajar, o Senador Cristovam aceitou ceder a vez para que o Senador Mão Santa pudesse falar por dez minutos, podendo, assim, se deslocar até o aeroporto.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Minhas palavras iniciais são de agradecimento ao Senador e Professor Cristovam Buarque.

Senador Paim, que preside esta sessão de sexta-feira, Parlamentares na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes, e os que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, Senador Cristovam Buarque, as coisas acontecem e, não inspirado pelo acidente que houve com a companhia aérea Air France – e estamos solidários às famílias enlutadas –, eu queria falar também de transporte aéreo.

Eu não sei, Cristovam Buarque, mas, para mim, a maior invenção da civilização foi o avião, não é esse negócio de computador, Cristovam, em que você está mexendo aí. Eu sou da geração da enciclopédia; isso aí é uma enciclopédia eletrônica modernizada. Nós somos da fase da enciclopédia, que buscávamos na biblioteca. Mas, o avião, e acho que a aceleração da globalização... Eu sei que essa história é velha, que Leonardo da Vinci tentou voar, passou por Santos Dumont, os ingleses disseram que os primeiros foram os Irmãos Wright. Mas o fato é que eu acho o avião a invenção mais importante.

Tanto é verdade que, das coisas de Deus, sem dúvida nenhuma, a maior é a mulher; a maior inspiração de Deus foi a mulher e, quando passa uma mulher bonita, a turma diz: “Olha um avião.” Então é o avião. Não resta dúvida. Não tem negócio de computador, não. Mas ele caiu, e vou falar de avião.

Tenho 66 anos e nasci em Parnaíba. O interessante é que a gente saía de Parnaíba e ia para o Rio de Janeiro. Tinha avião, várias linhas aéreas. Além de o Governo ter o deles, tinha o Correio Aéreo Nacional, os aviões da FAB. Quem não tinha dinheiro falava lá com o sargento. Tinha até isso nesse Brasil organizado. Tinha muitas empresas aéreas, Cristovam; tinha a Panair, Aerovias, Aeronorte, Aerobrasil, Cruzeiro do Sul. Tinha até uma do Pará que se chamava Paraense Transporte Aéreo – PTA. O povo de minha cidade, que é jocosos, botou logo um apelido: PTA – prepara tua alma. Não tem nada a ver com o acidente, mas é porque caía muito.

O fato é que a gente saía lá de Parnaíba, da minha cidade, do litoral – era bom porque aprendia geografia –, ia para Fortaleza. Lá a gente saltava do

avião, tomava uma Coca-cola, um Guaraná, só para dizer que conheceu a Capital – vaidades da adolescência. Fiz muito. Passava em Natal, João Pessoa, Recife, Aracaju. A última era Salvador. Os aviões eram aqueles DC-3, Douglas. De Salvador ao Rio eram quatro horas de voo, mas a gente chegava no mesmo dia ao Rio. Saía de madrugada lá do Piauí. Parecia ônibus. Interessante.

Neste Governo do PT, tudo é mentira. Essas pesquisas... Está ouvindo, Pedro Simon? Tudo é mentira, tudo é mentira, Luiz Inácio. Isso é velho. O Hitler tinha 86%, o Stalin tinha, o Mussolini tinha. Está aí a História. O Governo paga e publica mesmo; essa imprensa toda é paga. Como Churchill disse, existe a opinião pública – é o que Ulysses disse: “Ouça a voz rouca das ruas”, aí é a pública – e a publicada – e eu boto vírgula, paga. Então está toda paga. Por isso que aqui tem audiência; por isso que se ataca o Senado, porque ele se atualizou e o sistema de comunicação leva a verdade.

Mas, lá no Piauí, o Governador é do PT. Olha, eu não conheço na minha vida um cabra que mente mais que ele. Num pequeno *blog* que eles não compraram, lá da cidade de Batalha, um jornalista botou: “O senhor mentira”. E elencou umas dez mentiras assim descaradas.

Então, você pega: aeroportos internacionais, dois são no Piauí – dois, Cristovam. Goiás não tem; Goiás não tem dois aeroportos internacionais. O Piauí tem dois, mas só na mídia, na televisão, nos jornais e no rádio.

Na minha cidade – o descaramento é tão grande –, foi o Governo revolucionário que fez, que modernizou o aeroporto. É aquele modelo caixão. É igual ao de Teresina, igual aos outros espalhados pelo Brasil, padronizado. Aí todos os Governadores pintaram o prédio. Eu pintei, aumentei a pista, ampliei... E esse daí fez a mesma parafernaliazinha. Deu uma cal, trocou uns movezinhos e botou aí na mídia: “Aeroporto internacional”. Nem geografia ele sabe, porque ele disse que ia botar avião de Buenos Aires a Parnaíba. Para Buenos Aires a gente vai mesmo é de Porto Alegre. Chegando a Porto Alegre, a gente vai para Buenos Aires, para Montevidéu, a pé, de canoa, de barco, de bicicleta, de carro de boi. Mas ele disse que ia botar um para lá. Cada viagem da Europa bota...

Pedro Simon, ô PT mentiroso! Esse Luiz Inácio está rodeado de muita gente ruim. Tem gente boa, como o Paim, mas a maioria é de aloprados, mentirosos.

Diz que existem dois aeroportos internacionais no Piauí. Não há nem avião, nem teco-teco. Sabe o que é teco-teco? É aquele aviãozinho pequenininho, que

só tem uma hélice e cabe o piloto e dois passageiros. Aliás, não tem nem ultraleve lá.

Na minha cidade, nunca antes, Luiz Inácio, deixou de haver um vôo, uma linha mamária, uma linha interna. Só agora, com a desgraceira do Partido dos Trabalhadores, Cristovam, que não há nem teco-teco saindo de lá. Aí bota na imprensa... E a imprensa é toda paga, a televisão é toda paga, e todos pensam que existe sim. Estou indo agora para pegar um avião. Ah! Se existisse, eu iria direto para Parnaíba – eu moro no litoral – num aviãozinho. Mas não existe; vou pegar o carro, estrada esburacada e o diabo.

E inventou também, agora, que não é só um aeroporto, não.

Recebi muitos *e-mails*, um deles de um grande empresário José Elias Tarjra, Presidente da Associação Comercial, homem de grande visão. Atentai bem, Cristovam! Cristovam, para você ir, hoje, de Teresina, capital do Piauí, para São Luís, sabe o que tem de fazer? Você pega um avião em Teresina, vem para Brasília e volta para São Luís.

Nós chegamos a essa desgraceira a que o PT levou ao Piauí! E o Governador fala de voo internacional. Não tem mais nem para São Luís! Olha o mapa! Ô Governador mentiroso! Como é que mente assim?

Ô Pedro Simon! Aí é que é sujo, político mentiroso, hein!? Você, com esse negócio de vida limpa. E quem é que vai atrás da vida limpa dos juízes que estão aí, hein, Pedro Simon?

Tu sabes qual é a indústria, Pedro Simon, que mais prospera no Brasil? Liminar. Está se cassando prefeito aí para pegar liminar, aí o Presidente da Câmara assume; no outro dia, uma liminar o derruba e bota o vice; no outro dia, volta o outro, e o dinheiro rola. Essa é que é a verdade, ô Pedro Simon!

Nunca antes nós vivemos um momento tão ruim da democracia. Esse negócio de TSE tem se que estudar, Pedro Simon! Isso não existe nos Estados Unidos, não existe em Buenos Aires. Não tem nem nome quem está lá. Ele passa só dois anos. Ele já vai para assaltar. Toma um mandato de um, compra e ganha e não tem nem nome; ele só passa dois anos, Pedro Simon. Sobre isso é que V. Ex<sup>a</sup> tem que meditar. Isso não existe nos Estados Unidos, não existe na Inglaterra, não existe. Ele não tem nem nome; ele só passa dois anos. Aí ele planeja um assalto, tira aí um mandatário de uma eleição legítima, ganha e vai-se embora. O STF ainda tem nome, porque ele vai até a compulsória, daí ele ter tido a inteligência daquilo. Mas muita coisa tem que mudar, e tem que se entender das coisas. Ele passa só dois anos. Ele planeja um assalto – e assaltam mesmo. Está caindo um prefeito aí por dia. Mas é para pegar liminar; bota o Presidente da Câmara, com

uma semana, bota o vice; com outra, volta de novo. É a maior indústria que hoje existe no País, Pedro Simon. TSE não existe nos Estados Unidos, não existe na Inglaterra, não existe na Alemanha. Eles não têm nem nome. São dois anos. São dois anos só que ele passa, indicado por várias instituições. Entendeu a diferença, Pedro Simon? Tem muita coisa ruim neste País.

Esse negócio de mentir também. O Governador agora inventou que vai inaugurar aeroporto – se Parnaíba não tem nem teco-teco – em São Raimundo Nonato. É a Serra da Capirava. Esses aloprados, outro dia – por isso que eu votei com a Marina –, venderam 78 mil hectares de floresta na Serra Vermelha, na serra das confusões, no sul do Piauí. O Piauí é pobre em vegetação, em flora. Você passa pelo Maranhão e já é Amazônia. O Piauí é pobre; daí o clima quente. Os aloprados venderam 78 mil hectares para transformar a floresta em carvão.

Por isso que eu votei com a Marina. Está vendo? Por isso que eu votei – não sei do PT, do Governador, porque ela que negociou com o Secretário do Meio Ambiente, ela impediu. A selva vermelha, a floresta vermelha. E agora, useiros e vezeiros no dinheiro fácil, eles venderam lá do lado da Serra da Capivara, onde disse que existe um avião, quatorze mil hectares, transformando coqueiros em carvão para as indústrias do Sul. O Ministério Público interveio. Então, são essas coisas.

Mas agora dizem que vão fazer outro aeroporto – aeroporto internacional – em São Raimundo Nonato. Os aloprados são sabidos. O Goebbels perde para esse Franklin Martins e o que tem lá. O Goebbels disse que uma mentira repetida se torna verdade – o assessor de comunicação do Hitler. E lá eles mentem mesmo. Aí eles fazem uma maquete – coloca bem grande aí; faz de conta que é a Ideli, que é do PT que está mostrando; bem grande para o povo ver. Faz uma maquete e bota no mundo, ô Paim, bota nos jornais, bota na televisão. Olha aí a coisa bonita. Eu acho que nem em Paris é tão bonito o aeroporto lá, o Charles De Gaulle. Olha aí, Paim! Aí bota isto no mundo todo: o segundo aeroporto internacional do Piauí! Olha aí. Eles vivem da mentira. Paim, olha a pista do aeroporto aqui. (Pausa.) Isso aqui é o projeto.

Agora, eu vou só ler e terminar.

Eu sou do Piauí e lá eu aprendi com um caboclo – caboclo é de vergonha, Cristovam – que diz assim – aliás, eu nunca vi a sabedoria popular errar; há provérbios até na Bíblia –: é mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade.

Está aqui a pista. A fotografia no *e-mail* aqui. E agora, o relato oficial do Governo.

Sobre o caso do Aeroporto de São Raimundo Nonato, há uma reportagem do Portal 180graus, de 4 de junho. Olha aí, Paim. Existem esses portais porque essa imprensa aí o Governo compra tudo. É como Churchill disse: publicada, paga.

Então, diz a reportagem do 180graus, de ontem, exclusiva: “Anac não sabe de projeto do aeroporto do Piauí. Infraero confirma ao *180graus* que não existe, é nada oficializado”. E a Anac é do Governo. Eles são Governo. Quer dizer, trocam cinismo.

Ô, Paim. Paim, este não é um país sério, já disse o Charles De Gaulle. Não é? Isto não é uma democracia. E nem o seu Partido é sério. Se o seu Partido fosse sério, ele pediria as primárias. Eu aposto, aqui, que V. Ex<sup>a</sup> dispararia. Partido sério não tira candidato de bolso.

Respeito toda mulher, toda senhora; e ela merece seu respeito. Mas ela não tem currículo para ser Presidente da República. Nunca foi eleita nem a vereadora. Que negócio é esse? O Luiz Inácio pelo menos tentou. Fez várias tentativas e acabou conseguindo. E foi Deputado Federal. Mas essa senhora aí? Que negócio é esse? Que república é essa? Que partido é esse? Que conversa? Que mentira é essa? Por que eles não fazem a primária? Paim despontaria que nem Barack Obama. É, não tem...

Ô Cristovam, olha aqui:

Anac não sabe de projeto de aeroporto no Piauí, Infraero confirma ao 180graus que não existe, é nada oficializado.

A assessoria de comunicação da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) informou, nesta quinta-feira (04/06), atendendo à solicitação de reportagem do Portal 180graus, que não tramita naquele órgão nenhum processo de construção de aeroporto internacional no município de São Raimundo Nonato (525 km de Teresina). De acordo com informações do órgão, para que um aeroporto seja construído é preciso o envio de um projeto para a Anac, e consequente aprovação. Casa não haja esta aprovação, a construção de qualquer aeroporto é considerada irregular.

Então, é um governo da mentira!

E atentai bem! Olha a picaretagem que está havendo: surgiu na Câmara esse projeto de aumentar os mandatos, inclusive da gente, para comprar a gente. Eles comprem mesmo; a corrupção é grande, só não tinham comprado aqui uma banda do Senado. Mas na balança eles botam, ô corrupção grande na história! Já voltou de lá um projeto para dar mais dois anos ao Luiz Inácio, dar dois anos para todo mundo, dar o ter-

ceiro mandato. Se houver o terceiro, ô Pedro Simon, vai haver o quarto, e nós vamos ser como Cuba, como a Venezuela. A última resistência era aqui.

E para vergonha nossa, Pedro Simon, o PMDB foi o que mais assinou. Ô PMDB! Ô PMDB! Ulysses está encantado no fundo do mar, mas está desesperado, morto de vergonha. Tancredo Neves, Ramez Tebet, Juscelino Kubitschek e o Pedro Simon aqui, acachapado. A maioria foi do PMDB que assinou, já pedindo continuação sem eleição, substituição. E no meu Estado é que a substituição do meu partido está grande, uma substituição total e já se entregaram ao Governo.

Então, Cristovam Buarque com a palavra e os meus agradecimentos por ter falado.

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Mão Santa**, primeiro, eu só quero voltar um pouco no seu pronunciamento, para confirmar a dificuldade de vãos. Na próxima semana, eu vou de Teresina para Recife e a viagem será de cinco horas. É realmente um problema essa interligação. Mas quero conversar sobre qual foi a maior invenção. O senhor disse que foi o avião. A gente pode escolher quase que qualquer coisa, não é, Senador Paulo Paim? Mas, se for para escolher uma, vou escolher o lápis, porque, sem o lápis, não se tinha desenhado o avião; mas, sem a mão, o lápis não funciona; sem o cérebro, a mão fica doida; e, sem educação, a mão não é capaz de desenhar o avião. Portanto, sem educação, a gente não teria o avião. Daí talvez a maior invenção seja essa coisa chamada instrução, educação, transmissão de conhecimento. E aí vem o meu medo: de tanto fazer aeroporto não sobra dinheiro para fazer escola. E aí a gente vai ter aeroporto, mas não vai ter avião. Mas quero dizer avião no sentido simbólico, de todas as coisas modernas que precisamos. Nós estamos errando ao colocar o futuro do Brasil no PAC em vez de colocar na pré-escola, na escola. Nós estamos errando, nós estamos suicidando o País, queimando floresta e queimando cérebros. O avião é uma grande invenção, mas, sem o lápis nas mãos de alguém educado, não teríamos o avião; sem escola, não teríamos aeroportos. Mas o Brasil está invertendo as coisas: está fazendo os aeroportos sem fazer as escolas em quantidade e número suficiente. Por isso, meu apoio a melhorar o trânsito aéreo entre nossas cidades, mas também meu apelo para que a gente não deixe de lado o fundamental, que é um país educado.

**O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu me rendo:** eu perdi no debate e vou mudar de opinião. Não vou mais dizer que é o avião; foi porque eu estava com a mulher aqui na cuca – olha o avião.

Mas Rui Barbosa, que é o nosso patrono – a ignorância é audaciosa –, diz o seguinte: “Deus os

ensine a mudar”. Já mudei o meu conceito de educação, já perdi para V. Ex<sup>a</sup>, fui nocauteado. “Porque todo o aprender, todo o melhorar, todo o viver é mudar” – Rui Barbosa. Então, quando me perguntarem agora a maior invenção, eu direi: a instrução.

Pedro Simon, é uma decepção o nosso Partido. Está ganhando lá entre os que assinaram, os que querem enterrar a democracia. Se houver terceiro mandato, haverá o quarto; são os Fidel que vão nascer, são os Chávez que vão prosperar, são os Correa que estão ali, é o índio que está acolá, é o Padre reprodutor que está acolá, é o de Nicarágua... E vão acabar aquilo que é uma das grandes construções da civilização, que foi a democracia, que o povo criou. E eu lembraria que é o dever desta Casa continuar a bravura do líder que combateu – ó militares, atentai bem! – o chamamento de Eduardo Gomes, vamos fechar logo este Congresso, se ocorrer esse terceiro mandato. Atentai bem, Eduardo Gomes disse, que combateu a primeira ditadura civil de Vargas: “O preço das liberdades democráticas é a eterna vigilância”. Ó Senado, vigiai e mantenha a democracia, que é a melhor obra do povo!

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Mão Santa.

Em entendimento feito com o Senador Cristovam e com o Senador Gilberto Goellner, passamos a palavra ao Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, creio que é importante salientar os dias importantíssimos que estamos vivendo na humanidade.

Eu me lembro de que, na véspera da posse de Obama, eu salientava que o Obama não poderia fazer milagre. A crise era tão intensa – e se verificou, depois, que era mais intensa do que se imaginava –, que não se poderia querer que Obama assumisse a Presidência da República e mudasse a situação da economia mundial. Mas, em alguns aspectos, o mundo ficava olhando para Obama e esperando a sua reação.

Eu fico emocionado, Sr. Presidente. Por mais que eu imaginasse, eu não poderia supor que, nos primeiros 150 dias de Obama, ele tivesse ousado, ele tivesse avançado, ele tivesse tido a coragem de expor, na Presidência da República, uma transformação tão profunda da política americana com relação ao mundo.

Primeiro foi aquela penitenciária maldita que os americanos mantêm lá em Cuba. Uma chaga! Uma vergonha! Quando escrevermos os fatos mais dolorosos da humanidade, ao lado do massacre de seis milhões de judeus, não tenho nenhuma dúvida, estará aquela penitenciária, a maneira de ela existir, a crueldade e a brutalidade ali existentes, principalmente num país que

se diz campeão da liberdade como os Estados Unidos. Ela vai ser lembrada com muita mágoa.

Pois Obama teve coragem. Deixou muito clara – inclusive, está tendo problemas – sua posição em seu primeiro pronunciamento: fim da tortura oficializada, fim dos “métodos” permitidos para se obter confissão, como a tentativa forjada de afogamento.

Ali ele já começou.

Quando ele delimitou os aumentos dos salários dos funcionários, limitando o aumento dos salários dos funcionários, dos principais ministros e responsáveis do governo, tabelando, ele já delimitou.

Quando ele determinou que, para ocupar cargo no seu governo, tinha que se ter passado limpo, tinha que se ter biografia ilibada.

Quando ele viu uma senhora que ele havia indicado para a questão social, uma senhora excepcional, mas que havia sonogado US\$900.00, por uma empregada doméstica estrangeira, que não estava em dia, ela perdeu o cargo, como perdeu o cargo o homem que estava mais preparado para ser Ministro da Saúde, uma Pasta importantíssima em um país onde quarenta milhões não têm plano de seguro e não têm chance nenhuma se ficarem doentes, ele rejeitou, porque ele tinha sonogado.

Agora é Cuba.

Eu me assustei quando vi o pronunciamento da Chanceler, Sr<sup>a</sup> Hillary, chegada na reunião da Organização dos Estados Americanos, mas o resultado foi positivo. Por aclamação, uma página negra, triste, dolorosa, de 50 anos, esmagando e sonogando ao povo o direito de viver, foi encerrada a expulsão de Cuba e as portas da OEA estão abertas.

É claro que vem uma etapa posterior. O problema de Cuba, realmente, hoje, é o americano terminar com o bloqueio a Cuba. Bloqueio demoníaco, 50 anos depois, sem razão nenhuma, que impede que Cuba possa respirar tranquilamente. Mas foi um grande passo, um grande passo.

Obama não esperou as reações de Miami, não esperou as reações da Flórida, não fez consulta. Pura e simplesmente, essa fase está encerrada. Está anulada a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos.

Anteontem, o discurso que ele fez na Universidade do Cairo foi uma peça primorosa. Competente, capaz, responsável, num discurso interessante, ele contou sua história. Na sua infância, ele viveu num país muçulmano, conviveu, na sua mocidade, com crianças muçulmanas, conhece e defende uma política de paz. É ridículo, nessa altura, imaginar que os muçulmanos busquem a destruição dos Estados Unidos ou que os Estados Unidos tenham medo do islamismo.



Achei felicíssimo o seu pronunciamento na Universidade do Cairo.

É evidente que os árabes têm que entender que a garantia de um Estado soberano para Israel é algo absolutamente irreversível e que tem que ser mantido, mas Israel tem que entender que a garantia de um Estado palestino é absolutamente necessário.

Até hoje eu não entendo a decisão da ONU que, em 1947, foi serena, garantindo os dois Estados: Israel e Palestina. Por que se cumpriu somente uma parte e não se cumpriu a outra? Por que os palestinos foram espalhados pelo mundo, milhões deles, saindo da terra onde estavam há centenas de anos? Mas criaram o Estado de Israel. Por que não se cumpriu a segunda parte, de criar o Estado da Palestina? Se isso tivesse acontecido lá atrás, em 1947, nada do que está acontecendo hoje teria acontecido.

Firme a decisão do Presidente Obama, positiva a decisão do Presidente Obama com relação ao Estado de Israel, com relação à Nação Palestina e com relação ao entendimento respeitoso com os muçulmanos para não se travar uma guerra de ideologia, de raiva e de ódio entre o islamismo e os americanos.

Fico muito feliz vendo, nesses acontecimentos, o papel do Brasil e sou muito sincero em dizer que fico muito feliz em ver a posição e o respeito que o Presidente Lula hoje tem em nível internacional. Afinal, o Presidente Lula viveu um acontecimento em nível mundial inédito na história.

Eu não me lembro de nenhum outro presidente americano, nessa época de supremacia americana, ou da Inglaterra, na época do Império inglês, eu não me lembro de uma referência de um Chefe de Estado, como foi a que foi feita pelo Obama se referindo ao Lula, dizendo que ele era “o homem”, o político popular mundial mais respeitado no mundo.

Acho que o Lula tem sido competente. Acho que Lula tem sido mais competente do que o Itamaraty. O Itamaraty tem-se metido em algumas questões, meu amigo Cristovam, que eu não acho que ele tenha sido muito feliz.

O Lula, não. O Lula tem-se movimentado. É emocionante ver a forma com que o Lula tem dialogado com o casal, a Presidente e o marido, da Argentina. Muita gente no Brasil não entende, acha que o Brasil tinha que ser mais arrogante, responder com mais dureza, e o Lula tem respondido com uma ampla democracia.

Quando ele foi debater lá na América Central, ele não falou em nome do Brasil, falou em nome do Brasil e falou em nome da Argentina, para as portas se abrirem para o Mercosul. E se nota o carinho existente entre o Governo argentino e o Governo brasileiro hoje. E o Lula, que talvez seja hoje o grande líder dos

países em desenvolvimento, tem dado cobertura muito positiva à Argentina e buscado esse diálogo.

Acho importantíssima a posição do Lula com relação ao Presidente da Venezuela. Esta Casa não está entendendo muito. Eu acho correto que esta Casa divirja, proteste, faça notas com relação às declarações infelizes do Presidente da Venezuela. Quanto a isso não tem discussão. Mas jamais passar pela nossa cabeça que nós não vamos votar e votar mais ou menos rápido a entrada da Venezuela no Mercosul. E o Lula está nesse trabalho, nesse trabalho de aproximação do Presidente venezuelano com o Presidente americano; nesse trabalho de acalmar a Venezuela e a Colômbia, como aconteceu nas vezes gravíssimas em que o Brasil teve uma interferência altamente positiva. No diálogo com o Paraguai, o Presidente bispo, não sei se é bispo, sei lá o quê, faz às vezes declarações infelizes com relação ao Brasil; mas a orientação do Governo é de tranquilidade, de serenidade.

Eu vejo declarações aqui nesta Casa, lá no Congresso e na imprensa, dizendo: mas o Brasil está emprestando dinheiro para a Bolívia; está o BNDES ajudando o Paraguai, não sei mais o quê... E eu acho que o Brasil está desempenhando um bom papel. Acho que é a primeira vez na vida em que o Brasil está tendo uma posição em nível de América sem contestação. A Argentina vê com carinho isso. A Argentina tem um diálogo aberto com relação ao Brasil. A gente sente que Venezuela, Paraguai etc e tal fazem os seus arroubos, mas, desde que o Chávez assumiu, o intercâmbio comercial entre a Venezuela e os Estados Unidos aumentou tremendamente. E toda a grita, a confusão e não sei mais o quê não atingiu uma vírgula das negociações do petróleo venezuelano na compra pelo americano: nem de preço nem de coisa nenhuma.

Por isso, eu acho importante a hora que nós estamos vivendo. Por isso, eu fiquei emocionado com a declaração do Lula falando lá da América Central: eu sou democrata e eu sou democrata para valer e, como tal, eu não aceito o terceiro mandato. Foi de uma maneira tão clara, tão precisa, tão firme, que eu sou muito sincero, eu não tenho dúvida, eu não tenho dúvida...

O meu amigo Mão Santa saiu daqui lamentando as assinaturas. O PMDB assina. Acho que metade do PMDB assinou terceiro mandato para o Lula, a outra metade assina a apresentação da candidatura da Ministra Dilma, a outra metade assina o lançamento do Serra e a outra metade assina o lançamento do Governador de Minas Gerais, embora as bases queiram candidatura própria. As bases do PMDB, eu diria, por unanimidade, no Brasil inteiro, querem candidatura própria.

Mas o deboche dos Parlamentares, do comando partidário é tão intenso que acontece isso. Mas também por que não vai acontecer isso, se um líder do PMDB está negociando abertamente a Vice-Presidência com a Srª Dilma, o outro está negociando abertamente a Vice-Presidência com o Governador Serra, se eles estão abertamente, claramente, querendo saber quem dá mais?

O PMDB vive esse espetáculo fantástico, Sr. Presidente. Alguém me perguntou, e até a imprensa está publicando hoje: Senador Pedro Simon, o senhor não faz parte da CPI da Petrobras? Não. E o que o senhor acha? Eu acho ótimo. Como acha ótimo? Não, porque, se eu fizesse parte, eu teria que explicar. Se o Sr. Renan tivesse me indicado, eu ia ter que explicar para o povo por que o Renan me indicou. E eu agradeço ao Renan por não ter me indicado. Ele nunca me indicaria e eu nunca aceitaria uma indicação dele.

Mas ninguém entende que nós estamos aqui há dez dias, e a questão é dentro do PMDB. O PT quer que o Líder do Governo, Senador Jucá, seja o Relator; e o Líder do PMDB não quer o Jucá como Relator.

O problema não é da Oposição, não é do Governo, não é nada. É na Bancada do PMDB – Bancada do PMDB, mentira; porque a Bancada do PMDB não se reuniu, não foi consultada, não houve nenhuma reunião, nenhuma consulta para coisa nenhuma! O Renan é o Líder.

Então, o Senador Jucá disse que ele é Líder, que o Governo indicou ele para ser o Relator; e o Senador Renan disse que ele não vai ser o Relator. Eu acho o Jucá um belo Líder – perdão, um belo Relator –, porque a CPI foi criada pelo PMDB para envolver a Petrobras no Governo do PT.

Já tem gente do PT dizendo que quer trazer, para discutir, fatos da Petrobras no Governo Fernando Henrique. Quem melhor para Relator do que o Jucá, que foi Líder do Fernando Henrique e é Líder do Lula? É o Relator mais imparcial! É ele, ninguém melhor do que ele! Ele conhece tudo por dentro e por fora.

Teve uma vez um caso – não vou contar o Estado porque fica feio –, em que o juiz, na sua sentença, disse o seguinte: “Considerando que ambas as partes me deram a mesma importância – eu recebi a mesma importância de ambas as partes –, eu me considero com isenção absoluta para votar o que eu acho certo. Então, vou votar o que eu acho certo.” É o caso do Jucá. Ele tem isenção absoluta. Líder dos dois lados!

Mas o mais triste é que se está dizendo que essa disputa do PMDB, que a gente não consegue entender, são questões internas. O PT tem medo do que o PMDB possa fazer envolvendo nomes do PT na atual administração; e o PMDB tem medo do que o PT possa

fazer envolvendo nomes do PMDB na atual administração. Isso é uma vergonha!

Olha, eu, como membro do PMDB, sinto-me envergonhado com isso. Eu, nos meus 30 anos, pertenci a todas as CPIs. Todas! Até Renan e Jader, esse grupo famoso, assumir o comando do PMDB.

Fico a me perguntar: o que vamos fazer, Sr. Presidente?

O mundo vive um bom momento. Viva o Obama! O Brasil, em nível internacional, vive um bom momento: homenagem ao Lula. Em nível de política, temos que reconhecer que temos grandes candidatos. A Ministra é grande candidata, o Serra é grande candidato, o Aécio é grande candidato. O PMDB teria grande candidato. V. Exª, Senador Cristovam, é um grande candidato. Com todo respeito, o Partido de V. Exª é pequeno. Agora, o PMDB é o maior Partido. O PMDB deveria se unir com V. Exª, unir-se com outros partidos, sentar à mesa, debater, fazer a prévia que venho defendendo e com que V. Exª concorda. Vamos botar o Senador Cristovam, vamos botar o Senador Cid, vamos botar do PMDB o Governador do Paraná, o Governador do Rio de Janeiro; vamos fazer um debate e vamos escolher quem é o candidato. E, se o Lula topasse, poderíamos fazer uma candidatura botando a Ministra nessa conjectura, e vamos escolher quem é o candidato.

Tem gente que diz que, se se fizesse uma ampla pesquisa dessa natureza, quem ganharia seria V. Exª, Senador Paim. Que a ministra seria a primeira-dama da Inglaterra e que V. Exª seria o Obama e que ganharia a convenção. Pode ser. E seria uma boa escolha. Mas, da maneira como está, é muito triste!

O que disse o Senador Líder do PSDB? Ouviram umas pessoas, em uma reunião fechada, e a gente não teve conhecimento.

Olha o que está acontecendo na Inglaterra! Foi uma coisa fantástica! De repente, a Câmara dos Comuns, a Câmara mais tradicional, mais espetacular, de maior história, de maior biografia no mundo, vira um Senado Federal. Até, pelo menos, não vi ainda aqui nenhum Senador pedir verba de retorno de filme pornô. Pode ser até que tenha. Não quero nem discutir, mas ainda não apareceu. Pois lá, apareceu. Mas, lá, o Presidente da Câmara renunciou. Está desaparecido e envergonhado de aparecer em qualquer lugar. Hoje, foi o quarto Ministro. Lá é Parlamentarismo e, para ser Ministro, tem de ser Deputado. Só pode ser Ministro quem é Deputado. Já é o quarto que caiu fora e não é mais nem candidato. Lá as coisas estão sendo apuradas. É isto que eu digo: lá, não tem impunidade. Aqui, tem.

Ontem, esta Casa votou um grande projeto, que vai ficar na gaveta da Câmara – desgraçadamente, vai ficar na gaveta da Câmara. Que projeto votamos?

Está na Constituição que, para ser candidato, tem que ter folha corrida; tem que mostrar que é uma pessoa ilibada, de caráter. Até hoje não entrou na Lei da Inelegibilidade. Pedimos para entrar.

Na Inglaterra, essas pessoas não vão se eleger nunca mais. Lá é um regime distrital. E, para saber o que é um regime distrital: Churchill ganhou a grande guerra. Herói do mundo. E perdeu a eleição para deputado no seu distrito. Esqueceu-se de olhar para seu distrito e, quando foi ver, perdeu a eleição. Herói do mundo, derrotado no seu distrito.

Mas a Inglaterra está mostrando... E, aqui, no Congresso, tenho medo de falar, Sr. Presidente. Sou pessoa muito dura, muito áspera, muito contida na minha maneira de ser, e não quero cobrar de outros. Mas eu imaginava e continuo imaginando que não podemos esperar – e alguns estão esperando – passar o tempo, outra crise, para esquecer do que aconteceu. Alguma coisa tem que ser feita; alguma coisa precisa ser feita!

O que vejo me machuca.

Fidelidade partidária: o Supremo faz aquilo que não tivemos coragem de fazer. Desde a Constituinte de 1988, está lá na Constituição: fidelidade partidária; e não regulamentamos. O Supremo fez. O que é que a Câmara quer fazer? Regulamentar. Fidelidade partidária? Sim, fidelidade partidária, mas com uma janelinha: em véspera de cada eleição, abre um mês para todo mundo participar do pula-pula, fazer o que bem entender.

A imprensa de Porto Alegre publicou – e V. Ex<sup>a</sup> deve ter lido – que os empresários estão dizendo que agora é sem dinheiro para a campanha. Não vai ter dinheiro. Com essa confusão que deu com o Vice-Governador, com isso tudo que tem, não tem dinheiro para a campanha. Não acredito que não tenha dinheiro, mas vai ser muito complicado. Então, vamos verificar se é verba pública de campanha, só dinheiro público na campanha. O que a Câmara quer? A Câmara quer um fundo partidário maior, grosso, para o comando partidário distribuir. Quer dizer, bandalheira maior do que tem agora!

Não vejo na Câmara nenhuma disposição de uma medida de reforma política que tenha conteúdo de seriedade. Não vejo. Pelo contrário, meu amigo Cristovam! A proposta última é que há uma Assembleia Nacional Constituinte. Nós, os Parlamentares, vamos nos reunir numa Assembleia Nacional Constituinte – nós – só para decidir essas questões eleitorais. Concorde. Vamos fazer o seguinte: vamos fazer uma eleição aqui dos 600

Deputados e Senadores, um percentual que faça uma Assembleia Nacional Constituinte, para, em seis meses, fazer a reforma da Constituição. Mas esses que vão fazer isso não podem ser mais candidatos. Eu toparia entrar nessa comissão e não ser mais candidato.

E eu me ofereço. Criar, vamos votar; dos 600, 100 Parlamentares vão fazer a reforma, uma Assembleia Nacional Constituinte. Sim, vamos fazer, mas nenhum é candidato. Aí, sim, mas querem fazer o contrário. Querem fazer uma Assembleia Nacional Constituinte, em que a votação é mais rápida, não tem prazo e coisa, então querem... Nós nos transformamos numa Assembleia Nacional Constituinte. Nós vamos fazer a nossa reforma de acordo com o que nós queremos. Não é sério. Sinceramente, não é sério.

Um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senador Pedro Simon, pelo seu discurso, a gente poderia ficar aqui horas e horas comentando cada ponto. Eu vou começar do último. Realmente, uma Assembleia Nacional Constituinte pode até ser algo de que o Brasil esteja precisando, mas jamais como estão propondo, outra vez, repetindo o erro de ser uma Constituição feita pelo próprio Congresso com os Parlamentares, não os Constituintes que serão candidatos daqui a alguns anos. Constituinte é uma coisa, Parlamentar é outra. Estou de acordo com o senhor, sim, que se deve fazer uma Constituinte, seja com qual número for, mas dizendo que nos vinte anos seguintes nenhum desses poderá ser candidato a nenhum cargo. Aí, eu começo a pensar em assinar um documento.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Exatamente.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – E eu gostaria de ser candidato também a essa.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – E eu me candidato.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Eu também. Disso a gente precisa. O grande erro da Constituinte anterior foi ser uma Constituinte congressional em que todos eram candidatos, daí a quantidade de concessões às corporações nacionais, daí ela ter sido uma Constituição inflacionária onde se colocou tudo para atender a todas as pressões, para, depois, cada Constituinte ter votos suficientes para a eleição.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Tem mais de 160 dispositivos na Constituição que não têm valor nenhum, porque ainda não foram regulamentados.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Porque foram feitos para inglês ver, como se diz, para atender a algum grupo de pressão. Isso tem de sair. Só Constituinte que encarne a Nação, e não a próxima eleição, é que poderia fazer um grande projeto. Agora, o outro

ponto para o qual quero chamar a atenção é como os candidatos estão silenciosos sobre os grandes problemas nacionais. O senhor fala sempre, e com muita razão, do PMDB. Mas o que têm a Ministra Dilma e o Governador Serra a dizerem sobre o futuro do Brasil? Não ouvi uma palavra deles sobre isso. A Ministra fala do PAC. O PAC não resume toda a dimensão do problema nacional. O Governador diz que está governando São Paulo e não tem tempo de falar do Brasil. Cadê o debate? Cadê o debate sobre o futuro do Brasil? E o pior é que a mídia já fez o primeiro turno. Pela mídia, o primeiro turno já foi superado, não devia nem mais ter primeiro turno. Já se sabe os candidatos, a mídia e a omissão dos outros partidos. Nessa reforma política, deveria ter um item: é obrigação de todo partido colocar candidato em todas as eleições. Deveria ser proibido o partido dizer que não tem candidato a Prefeito, a Governador e a Presidente. Porque, senão, não é um partido. Agora, a gente não vê isso. Aqui a gente não vai conseguir fazer essas mudanças. Eu vejo que já há um parecer provavelmente negativo a um projeto de lei que eu coloquei, Senador Pedro Simon, que diz o seguinte: Todo político eleito neste País entrará todos os anos na malha fina da Receita Federal. Eu gostaria que a malha fina analisasse minhas declarações, até para me alertarem dos erros que eu possa cometer, para não deixar que se descubra daqui a alguns anos. Pois, eu não vejo esta Casa com desejo de aprovar isso, dizendo os argumentos que isso trata diferentemente políticos dos outros. Mas nós somos diferentes. Nós somos tão diferentes que estamos aqui, numa sexta-feira, os Senadores; não estou falando do número. Nós temos obrigações, nós temos de votar, nós temos um porção de obrigações e vamos acrescentar mais essa, que, na verdade, eu pensava que a crítica iria ser, Senador Paim, que iriam dizer que isso será um privilégio, porque vai contar com uma auditoria gratuita. Poderia até argumentar isto: vamos criar mais um privilégio para os Parlamentares, uma auditoria gratuita feita pela Receita Federal nas suas declarações. Se fosse antes de apresentar, sim, seria um privilégio. Mas, se for depois da apresentação, não; é uma fiscalização. Eu quero que a minha entre na malha fina para que eu possa saber os erros que cometi, se é que eu os cometi. E todos nós cometemos erros. Então, a gente tem de ir além da reforma política e não fazer reforma política pensando na eleição que a gente vencer. A própria reforma política não deveria ser por nós, deveria ser por pessoas de fora ou por um grupo de nós que dissesse: Não seremos candidatos na próxima eleição. Em vez de convocar a Constituinte, vamos entre nós, até entre nós mesmos, eleger um grupo para propor uma reforma política. Mas

nós não seremos candidatos. Quem vai ser candidato na próxima eleição está sob suspeição na hora de fazer a reforma política, porque vai fazer uma reforma política a que ele vai se submeter. Está faltando essa isenção. E, não existindo essa isenção, só há um jeito: dizer que quem faz reforma política não é candidato; quem é candidato pode até dar sugestões, mas não vota a reforma política. A gente tem de encontrar um caminho desses ou não virá a reforma política ou ela virá para beneficiar aqueles que vão votar nela. Eu creio que está na hora de este País perceber que Constituinte é uma coisa e Parlamentar, Congressista, é outra. Pode ser a mesma pessoa, mas, em tempos diferentes; simultaneamente, ao mesmo tempo, não pode. Outra coisa é deixar claro o que o senhor falou sobre as prévias. A maneira de conseguir que cada candidato a Presidente neste País exponha as suas ideias é fazendo uma prévia dentro do partido. Mas, hoje, o candidato é escolhido porque esconde suas ideias. Quanto mais esconder as suas ideias sobre o problema do meio ambiente, sobre o problema da violência, mais chances tem de ser candidato. Quanto mais expuser as suas ideias, menos chance tem de ser candidato. Só as prévias, outra coisa que deveria entrar na reforma política, permitiriam que a gente tivesse candidatos expondo suas ideias, além do surgimento de novos nomes, em vez de ficarem os mesmos escolhidos de forma escondida – como, aliás, vai acontecer com a lista fechada. De repente, o candidato vai votar sem saber em quem. Então, Senador, acho que há certas pessoas que ficam martelando, martelando – e o senhor é uma delas –, martelando, martelando, martelando, na necessidade de uma reforma política, tendo em vista a Nação e não a próxima eleição, como está se tentando fazer.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Eu tenho uma identidade absoluta de pensamento com V. Ex<sup>a</sup>.

V. Ex<sup>a</sup> deve se lembrar quando era o sub-Ministro da Justiça no Governo do Tancredo, depois o Ulysses, quando se convocou a Constituinte. E V. Ex<sup>a</sup> deve ter acompanhado a luta tremenda, principalmente da OAB, insistindo para uma Constituinte exclusiva. Eu fui um que defendi a Constituinte exclusiva. E uma das questões interessantes que a OAB dizia é que quem fizesse parte da Constituinte exclusiva, exatamente como V. Ex<sup>a</sup> terminou de dizer, não poderia ser candidato nas três próximas eleições. Nas três próximas eleições, não poderia ser candidato para ter isenção absoluta. Eu defendi, eu fui apaixonadamente favorável. Eu achava que seria uma maravilha. As pessoas que se iam apresentar seriam os grandes nomes: juristas, intelectuais, professores, pessoas que ou não tinham vida política passada ou tinham e iam ser candida-



tas à Constituinte e só. Mas foi uma guerra. Foi uma guerra mortal. Não houve chance nenhuma de essa tese passar. Mas não houve chance nenhuma de essa tese passar e ainda debochavam: “A OAB quer fazer a Constituinte... Eles querem agora bancar os bacanas e fazer a Constituinte”; “Mas eles vão fazer uma Constituinte e não vão poder ser candidatos!”; “É, mas na hora eles mudam e terminam sendo os candidatos”. E agora a proposta que tem é a de nós fazermos a nossa Constituinte.

Eu faço uma proposta aos meus amigos da Câmara – eu já digo que topo, acho que é uma bela ideia, está aí uma bela ideia. Vamos fazer! Dos 600 Deputados e Senadores, vamos escolher 100 ou 150 que vão fazer a Constituição, mas desde que não sejam mais candidatos, esses não serão mais candidatos – eu já me ofereço. E não apenas não serão mais candidatos: terminada a Constituinte, vão para casa. Por exemplo, eu não fico mais cinco anos aqui não. Termina a Constituinte, terminou: vou para casa. Seria a coisa mais feliz da minha vida.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF. Fora do microfone.) – Não vão para casa: vão para a história.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Mas, Sr. Presidente, a Câmara não vota. Perdoe-me, mas a Câmara não vota uma medida concreta, positiva. O Senado tem votado. Por exemplo: verba pública de campanha, nós já aprovamos. Aprovamos essa matéria aqui por unanimidade, mas está lá na gaveta da Câmara.

Eles dizem, o pessoal da Câmara, que nós, Senadores, votamos por que confiamos no “patriotismo” da Câmara. Nós votamos por que sabemos que vai ficar lá, na gaveta. Eu não acredito.

Por que eles não votam? Por que eles não votam medidas e confiam no nosso patriotismo? Por que eles não votam uma medida dessa natureza e mandam para o Senado para ver se o Senado engaveta ou vota? Não tem nenhuma medida de abertura da Câmara que esteja na gaveta do Senado. Me digam uma! Me digam uma medida de moralização, de avanço, que a Câmara tenha votado e que esteja na gaveta do Senado. Nenhuma.

Posso citar mais de quinze que esta Casa votou e que estão na gaveta da Câmara. Isso é muito triste, Sr. Presidente! Isso é muito triste!

Eu não sei... O Sr. Michel é uma pessoa importante, um grande jurista, é brilhante. Tanto ele como o Senador Sarney estão no terceiro mandato de Presidente, os dois estão no sexto ano de Presidente. Já é uma rotina, mas de rotina nós estamos cheios. Tínhamos de ter aqui um rompedor, alguém que topasse fazer e que topasse mexer.

Olha, no mundo se sentem sinais de abertura.

Coisa interessante, meu querido amigo Cristovam, o que aconteceu na China. Os festejos para homenagear os que morreram na Praça da Paz Celestial, em Pequim, não aconteceram na China, mas liberaram Hong Kong: milhares, milhares e milhares fizeram os festejos lá em Hong Kong.

Nós não podemos ficar na posição humilhante em que nós nos encontramos, Sr. Presidente. Este Congresso não pode ficar na posição grosseira em que se encontra. Os historiadores virão.

Meu Deus, eu não sei o que os historiadores, quando contarem esses fatos, quando relatarem essa história da morte do Tancredo, da morte do Ulysses, os oito anos do Fernando Henrique e os oito do Lula, o que eles vão contar desse comando do PMDB. Como a história vai analisar essa gente que comandou esse Partido? Olha, juro por Deus que será uma história muito triste. Não conheço paralelos. Podemos discutir a história da ditadura militar. Os militares golpearam, prenderam, mataram, tinham uma filosofia maluca, idiota, mas tinham uma filosofia. O comando do PMDB quer o quê, tchê? Alguém pensa no bem do Brasil? Alguém pensa no bem da sociedade? Alguém pensa no bem do PMDB? O que essa gente quer?

Estão agora nessa briga na CPI para defender posições, para esconder posições com relação ao que está acontecendo. Estão aí: uma vela para a Dilma, uma vela para o Serra e outra vela para o Aécio para ver o que vão fazer. Mas que comando partidário é esse? E a história do Congresso? Afinal, o Presidente da Câmara é do PMDB e o Presidente do Senado é do PMDB.

Nessa confusão toda, o que eles pensam, o que eles querem, o que eles dizem, o que eles propõem? Eu não sei. Eu sinto uma vontade imensa de ir para casa, sinceramente. Eu me sinto impotente, Sr. Presidente. Eu me sinto.

Uma vez eu estava em uma reunião, aqui no bar do Senado... No café aliás – o nome é café e não bar, porque não vendem cerveja, não vendem coisa nenhuma; toma-se cafezinho e coca cola. No Café do Senado, estava um grupo de jornalistas e estava um grupo de políticos lá do Rio Grande do Sul. Aí eles fizeram uma pergunta: “Por que o Senador Simon fala, fez o discurso tal e não sai nenhuma palavra nos jornais? Ninguém diz nada!”. Achei muito interessante a análise que fez o jornalista sobre o assunto: ninguém diz nada porque o Simon não representa nada hoje. Se fala o Jucá, é manchete, porque o Jucá é o Líder do Governo; ele está falando e, daqui a pouco, o Lula está dando força. Se fala o Renan, ele é manchete, porque o Renan manda na Bancada do PMDB; ele fala e é notícia. Agora, o Simon não representa nada,

o PMDB dele... Nada! Então, ele fala e não acontece nada. Então, para o fato de o Simon falar em candidatura própria, ninguém dá bola. Ninguém dá bola por quê? Porque o comando não está dando bola, porque ninguém está dando bola. Então, eu não sei se vale a pena. Sinceramente, não sei se vale a pena.

Mas alguma coisa me diz que, neste fim de mandato, mais do que a gente pensa, vai haver uma limpa fantástica, Sr. Presidente! Sinto isso em minhas conversas, nas cartas que recebo e nas minhas andanças... Semana passada, durante horas, na Universidade Católica de Goiânia, vi a ânsia daquela gurizada... No mês passado, passei horas na Universidade de Campinas e vi a ânsia daquela mocidade... Sinto que há um desejo incontido de fazer alguma coisa, Sr. Presidente. Não sei, mas acho que uma das coisas que vai acontecer é que muita gente não vai voltar para cá. E isso será bem feito, porque eles não merecem voltar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Pedro Simon. Como sempre, V. Ex<sup>a</sup> foi brilhante em seu pronunciamento. Prendendo a atenção de todos nós, com sua experiência, com sua sabedoria acumulada ao longo de sua vida como um dos parlamentares mais brilhantes que este País já viu, V. Ex<sup>a</sup> nos deu uma verdadeira aula.

Senador Cristovam Buarque, passo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pelo tempo que entender necessário.

Como último orador inscrito, falará o Senador Gilberto Goellner.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paim, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, há pouco o Senador Mão Santa dizia que a maior invenção do mundo foi o avião. Discordei dele, dizendo que foi o lápis, apenas por uma provocação. Mas eu não tenho dúvida de que a maior descoberta que fizemos na Terra foi a Terra. A Terra foi descoberta muito recentemente pelos seres humanos. Os astrônomos falavam da Terra; nós em geral não sabíamos nada sobre essa entidade incrível que é a Terra. E hoje temos o dia da Terra, estamos vivendo o Dia da Terra. Essa é uma descoberta fenomenal. Descoberta que tem a ver, em primeiro lugar, porque a Terra acordou e começou a gritar. Ela começou a gritar com o aquecimento global, com as inundações onde ninguém esperava, com as secas onde ninguém esperava, com as tempestades imprevisíveis na história da geologia. Nós fomos acordados pela Terra gritando, e aí descobrimos a Terra.

Ajudou também, é verdade, aquela foto famosa de 1968, em que aparece a Terra de longe. Nunca se tinha visto a Terra antes. Nem os astronautas, ao redor da Terra, mostravam a Terra. Mostravam de uma altura

maior do que de um avião, mas via-se uma superfície, não se via a bola. Aquela bola redonda, a nossa morada, só foi descoberta na sua pequenez, só foi descoberta nos seus limites quando aquela Apollo 8, aquela nave espacial a fotografou. Deve-se, portanto, talvez – e a homenagem que presto aos fotógrafos –, a um fotógrafo que era astronauta a descoberta da Terra.

Consideremos os gritos que a Terra vem dando e a foto feita lá de longe. O problema é que, dois dias antes do Dia da Terra, este Senado deu uma bofetada na Terra, deu um tapa na Terra, ao aprovar aquela Lei de Conversão nº 9, que modificava a Medida Provisória nº 458, enviada pelo Presidente Lula, dentro dos limites do possível em relação à terra, para regularizar a terra, agora com “t” minúsculo, a terra dos seres humanos, a terra com “t” minúsculo, o solo onde vivem os habitantes dos Estados da Amazônia, os habitantes da floresta. Porque, quando eu digo que a terra foi descoberta, é a Terra com “T” maiúsculo, é a Terra, o planeta. Nos outros idiomas, são duas palavras diferentes para dizer Terra planeta e para dizer terra solo. Nós, no português, temos uma palavra. Aí, Terra planeta é com letra maiúscula, terra com “t” minúsculo é o solo.

O Presidente Lula mandou aqui um projeto pensando na terra com “t” minúsculo, pensando na regularização do solo, onde os seres humanos que ali vivem poderiam dizer “eu tenho um pedaço de terra”, com certos rigores no uso da terra. Não podiam vender em menos de dez anos, por exemplo.

Na Câmara, mudaram essa medida provisória e colocaram ali a possibilidade de termos até 1.500 hectares de terra, com “t” minúsculo, de solo. Permitiram que sejam revendidos em três anos. Permitiram que uma pessoa possa, inclusive, ser dona de um pedaço, mas usar o pedaço do outro. E aí, com isso, nós estamos dando um tapa na Terra com “T” maiúsculo, porque nós estamos ameaçando o equilíbrio ecológico daquela região.

Neste Dia da Terra, nessa grande conquista, que é recente, basta lembrar, Senador Pedro Simon, que, em 1972, na primeira reunião das Nações Unidas sobre ecologia, em Estocolmo, o representante do Brasil, que eu nem sei o nome e é bom até não saber, disse: “Venham jogar fumaças no céu do Brasil. Venham derrubar as florestas do Brasil, porque derrubada de floresta e fumaça no céu significam progresso.” Veja que, em menos de 40 anos, surgiu uma consciência na Terra, com “T” maiúsculo, de que ela merece respeito.

O Senador Mozarildo, mais cedo, lembrou o neto dele, que já se preocupa com a Terra com “T” maiúsculo. E eu acho que serão as próximas gerações que vão ser as grandes vítimas das catástrofes que estão ocorrendo pela falta de equilíbrio ecológico ou elas se

transformação, em vez de vítimas de catástrofes, em pessoas que ouvirão os gritos da Terra e, desses gritos, formularão novo projeto de desenvolvimento. Um novo projeto onde os seres humanos continuem, claro, como centro. Eu não quero aqui acabar com a idéia de que os seres humanos são o centro do projeto civilizatório. Mas que saibam que é um projeto em casamento entre os seres humanos e a Terra, onde, em vez de usar as mãos para agredir, usemos as mãos para acariciar o planeta onde nós vivemos.

Ontem, eu tive o prazer de acompanhar a atriz Christiane Torloni e o ator Victor Fasano para entregar ao Presidente Lula uma carta, assinada por milhões de brasileiros, pedindo que salvemos a Amazônia. Salvar a Amazônia não é mantê-la como está, conservada totalmente, como se ali não houvesse seres humanos, ou tratando os seres humanos que ali estão como os outros animais, como apenas uma parte da biodiversidade. Não! Salvar a Amazônia é saber que tipo de desenvolvimento podemos ter para beneficiar a população que ali vive, sem prejudicar as reservas florestais que nós temos. E isso vai exigir a formulação de um novo conceito de desenvolvimento.

E aí, Senador Simon, eu venho ao seu discurso. A maneira como se faz o processo eleitoral hoje para presidente da República impede saber o que fazer com a Amazônia, porque os candidatos que já estão escolhidos anos antes, que já passaram pelo primeiro turno antes de o primeiro turno ocorrer, não querem incomodar ninguém. Então, nenhuma crítica aos madeireiros e nenhum confronto com os ecologistas. Calados. No momento em que se exige tanto e tanta imaginação política, a gente vê que a maior arma é o silêncio dos candidatos. Não falar é uma maneira mais fácil de eleger-se do que tomar uma posição firme, de um lado ou de outro, ou deixando claro como combinar os dois. É óbvio que, como político, você não tem necessariamente que vir aqui escolher um lado e confrontar o outro. E muitas vezes é, sim, necessário escolher um lado.

Na noite da quarta-feira aqui, houve uma escolha de lado. E foi muito interessante, Senador Simon, quando vi ali o painel de votação. Eu tive um choque positivo: eu vi que ainda há dois lados na política. É possível que os partidos já não sirvam de nada, mas ainda há o lado de lá e o lado de cá. E eu vi ali, na votação, um lado e outro. O lado do desenvolvimento tradicional, como aí está, em que a fumaça é que é o símbolo do progresso, e não o céu azul; em que árvore só tem valor depois de derrubada, e não a árvore em pé. E o outro lado, o dos outros que, preocupados com o céu, preocupados com as árvores, votamos, tentando aprovar as emendas apresentadas pela Se-

nadora Marina Silva. Emendas sem as quais nós vamos perder o controle.

Quero dizer que ontem, na entrega dessa carta, nós fizemos um pedido ao Presidente: que ele veto os artigos que comprometem a possibilidade de a Amazônia ser deixada também para as próximas gerações; que ele trate a Amazônia como terra com “t” minúsculo, mas também como Terra com “T” maiúsculo. Que ele trate a Amazônia como solo sobre o qual os seres humanos tiram aquilo que precisam para viver, mas trate também como parte dessa coisa maravilhosa, cujo dia comemoramos hoje, que é a Terra com “T” maiúsculo, a Terra planeta.

Terra que os nossos pais não percebiam. Que até nós, mais velhos, não percebemos até os anos 60, quando se descobrem os limites ao crescimento, quando se percebe que vivemos em um pequeno pedaço de pedra azul chamado Terra, onde cabemos todos nós e muitos mais, se tivermos outro tipo de conceito de desenvolvimento. Cabemos todos nós e muitos mais, se mudarmos essa ideia de que transporte tem que ser em veículo privado; se mudarmos essa ideia de que o que importa é o PIB e não a continuação de uma floresta; se mudarmos o conceito de riqueza, para incluir nessa riqueza a riqueza natural; se mudarmos essa ideia surgida nos últimos séculos de que só é riqueza aquilo que o homem produziu pela destruição da natureza como ela é naturalmente.

Esse conceito que não é do capitalismo apenas, mas também do socialismo, de que o que tem valor é aquilo em que o homem colocou a sua mão, para derrubar florestas, para transformar pedras, plantas e animais nos produtos que nós usamos, não dando nenhum valor às pedras, às plantas e aos animais e só aos produtos que nós transformamos da natureza, por um processo de depredação. É óbvio que o processo de depredação pode ser, sim, feito de uma maneira sustentável, responsável, ou de uma maneira irresponsável.

E aí os discursos da quarta-feira cometeram os erros ao não perceberem que o empresariado, por mais sábio, sensível que seja, tem que pensar no curto prazo, ou não sobrevive na disputa com os outros empresários.

A lógica empresarial não é capaz de cuidar bem da Terra com “t” maiúsculo, embora seja capaz de cuidar bem da terra com “t” minúsculo: do solo. Qualquer empresário – e ouvi aqui mais de um Senador defendendo essa lei de conversão –, qualquer empresário tem responsabilidade, sim, com a sua terra com “t” minúsculo, não com a Terra com “t” maiúsculo, não com o planeta. O empresário que se preocupar muito com o planeta muda de ramo, porque, senão, ele vai quebrar.

Porque outro que não se preocupe com isso, que não se preocupe com equilíbrio ecológico vai produzir mais, vai produzir até mais barato e vai ter lucro maior.

Eu acho que hoje, Senador Pedro Simon, como o senhor estava manifestando frustrações como político, deve haver muito empresário frustrado porque a sobrevivência dele depende da destruição do planeta. Deve haver muita gente angustiada porque não é capaz de encontrar um meio de desenvolver os seus negócios respeitando a natureza. E, aí, somos nós, os políticos, que temos que ajudá-los; nós, os políticos, que temos que definir leis, regras, para que seja possível o desenvolvimento, o aumento da riqueza, mas sem destruir, transformando dentro dos limites do possível.

Creio que isso é possível. Fiz uma campanha para Presidente em que mostrei cada um dos pontos que eram necessários para cuidar do meio ambiente. Porque eu fiz uma campanha pensando em ideias. Para cada problema, eu pus um conjunto de ideias. E disseram que eu tinha uma nota só, porque, em todos os problemas, quando eu listava as medidas necessárias, em algum momento entrava a educação. A nota não era só no sentido de preocupações; era só no sentido de presença da educação em todos os problemas. Não tinha um problema – da segurança que eu falei; da defesa nacional que eu falei; da ciência e tecnologia que eu falei; do meio ambiente que eu falei; do emprego que eu falei – onde não aparecesse como um dos itens necessários a educação.

E aqui, mais uma vez, quero dizer que, no Dia da Terra, nós temos que descobrir o valor dos cérebros. E ainda não há o dia do cérebro; não criamos ainda o dia do cérebro no Brasil. Foi um grande avanço ter o Dia da Terra, mas é preciso ter o dia do cérebro. Não o cérebro de uma pessoa, mas o cérebro de cada pessoa. E o cérebro nasce duas vezes: ele nasce biologicamente no dia do nascimento, mas ele nasce biologicamente no dia da entrada na escola, e desde que continue na escola, e desde que receba a participação da mídia na educação, e desde que tenha o acompanhamento da família na educação.

Por isso, para acordar agora a nós próprios, percebendo que a Terra já acordou, já nos alerta, até para acidente de avião, uma das hipóteses é a forma como a Terra hoje se comporta com o seu clima, de uma maneira para qual os aviões não estejam preparados, essa é uma das hipóteses levantadas. Já que a Terra acordou, acordemos nós também com os seus gritos, Senador.

E eu fico feliz de ter na Presidência um colega meu, engenheiro, porque nós temos sido os grandes destruidores deste planeta: os engenheiros e os economistas. Os economistas, como os teólogos que jus-

tificam as destruições que nós engenheiros fazemos. E não vamos mudar individualmente seis bilhões de pessoas; temos que mudar o conjunto das pessoas, fazendo com que as mãos que agredem passem a acariciar a Terra onde vivemos.

E uma das coisas desta vida é o trabalho, porque o trabalho se dá com a terra com “t” minúsculo; o trabalho se dá com a terra, solo, seja na agricultura plantando e colhendo, seja na indústria, arrancando do fundo do mar, como queremos, petróleo. Essa é a mão do trabalho, falta a mão do acariciar. Esta última só os políticos podem fazer. Só uma nova Constituição, como disse o Senador Pedro Simon há pouco, poderá trazer; uma Constituição em que haja regras definindo os limites, porque temos essa geração para agredir a Terra, para transformá-la em nosso benefício. Os limites, eu disse, da agressão, porque a vida implica formas de agressão, mas a agressão dentro de alguns limites.

Precisamos acariciar a Terra. Hoje é o Dia da Terra. Vamos despertar nós também já que a Terra despertou e está gritando para nós. Vamos despertar para a necessidade de termos um desenvolvimento sustentável respeitoso da morada onde vivemos. Não tínhamos consciência de que vivíamos em uma morada planetária, foi aquela foto que nos mostrou. Não tínhamos consciência até os gritos que estamos ouvindo, como no meu Recife, onde nasci, onde o mar está avançando. E esse é um fenômeno geral no mundo inteiro, avançando e subindo. Este é o grito da Terra, querendo nos despertar. Não dá para continuar com o processo de transformação das pedras, das plantas e dos animais nos produtos que usamos na velocidade com que estamos fazemos isso e nos tipos de produtos que queremos.

Que o Dia da Terra seja um dia de despertar para a necessidade de mudarmos a mentalidade da gente. Que haja junto com o Dia da Terra o dia da consciência, o dia do saber, o dia do cérebro, o dia daqueles que vão mudar a maneira como homens e mulheres se relacionam com a Terra.

Tenho o desencanto de que isso não seja possível a partir dos adultos de hoje. Eu acho que isso só vai ser possível através das novas gerações de crianças. Hoje, eu não tenho tantas ilusões, nem mesmo a partir daqueles que já ficaram adultos e são jovens. Os jovens perderam a capacidade de despertar para os gritos da Terra. Só as crianças vão ser capazes de descobrir que a Terra é a morada, e, na morada, a gente não cospe; da morada a gente cuida, ainda mais quando essa morada é viva. Imagine que você vive numa casa viva, você não vai destruí-la, você não vai deixar de tratá-la com carinho.



Que no Dia da Terra em vez da bofetada, do tapa que nós demos na última quarta-feira na Terra com “t” maiúsculo, com o pretexto de regularizar a terra com “t” minúsculo, que transformemos esse gesto de um tapa, de uma bofetada na Terra, em gesto de cuidar da Terra, em um gesto de carinho com a Terra, aprovando leis que limitem a maneira como nós tratamos o planeta onde vivemos. Até porque, se não fizermos isso, daqui a 20 ou 30 anos, nós, os adultos de hoje, não estaremos vivos para nos arrependermos, mas teremos deixado para os nossos filhos e para os nossos netos um planeta impossível, uma morada destruída.

Era isso Sr. Presidente, que tinha para falar, saudando este Dia da Terra, essa grande descoberta que nós fizemos: de que a Terra existe; ela não é apenas um pedaço de solo onde a gente pisa. Ela não é apenas o lugar de onde a gente tira os recursos, a despesa dos nossos produtos, nem apenas a lixeira, onde jogamos o que usamos. Ela é uma morada viva da qual nós dependemos, e na qual nossos filhos e netos continuarão vivendo e tentando sobreviver nela.

No lugar de agredir, acariciemos a Terra.

*Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, a Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcelo Crivella.*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Esta Presidência parabeniza V. Ex<sup>a</sup>, dono de uma lucidez extraordinária, que analisa com inteligência e sintetiza com brilhantismo. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>! Mais não se podia dizer sobre a defesa apaixonada da Terra.

Também esta Presidência, que veio o ouvindo o discurso de Pedro Simon, no carro, faria a ele um apelo, ao Presidente, ao nosso grande amigo – não foi Presidente desta Casa, mas tem todas as prerrogativas para sê-lo –, ao Senador Pedro Simon. Ouvi, atentamente, o discurso, o desabafo de V. Ex<sup>a</sup>, e vinha pensando, no automóvel, dirigindo e lembrando-me que os brasileiros nobres que têm uma missão, brasileiros como o senhor que são, eu diria, tomados por fé, por revolta e por sacrifício – o trinômio da fé, da revolta e do sacrifício –, não podem, jamais, imaginar que são impotentes, que não são ouvidos, porque me lembro dos Andradas, que nos deram a independência, também foram supliciados, exilados. Dom Pedro II, o mais conspícuo dos brasileiros, morreu com a alma dilacerada e o coração esfaqueado de tristeza e saudade, no exílio. Rui Barbosa, cuja face esculpida em bronze é para sempre um memorial do grande brasileiro que, com a sobranceira do seu caráter, o seu verbo potente, iluminou a primeira República, a velha República

que se extingue quando ele cai, quando ele acaba. Ele também esteve exilado, ele também sofreu percalços. Getúlio, Juscelino Kubitschek de Oliveira, o garimpeiro de Diamantina, amargou tristezas imensas afastado da Pátria, exilado que foi.

Graças a Deus V. Ex<sup>a</sup> não foi nem será, porque, hoje, temos uma democracia, que V. Ex<sup>a</sup> nos ajudou a construir, que nos protege a todos. Mas uma coisa tenho a dizer do mais profundo da minha convicção: V. Ex<sup>a</sup> não é uma voz que ninguém ouve, ou que os jornais não publicam. V. Ex<sup>a</sup> é, sem sombra de dúvida, um farol, uma luz nessas escuridões, nessas nuvens pesadas sobre o céu da Pátria que nos envergonham e nos entristecem a todos. É nas palavras de V. Ex<sup>a</sup> que encontramos alento e exemplo, principalmente eu que sou apenas um iniciante nesta Casa.

Que jamais se cale a voz de V. Ex<sup>a</sup>, inclusive depois que Deus o levar da nossa companhia.

Um grande abraço. Nossa homenagem sincera.

Passamos a palavra ao próximo orador inscrito, Exm<sup>o</sup> Sr. Senador Gilberto Goellner, que tem a palavra pelo tempo que necessitar para proferir o seu pronunciamento.

**O SR. GILBERTO GOELLNER** (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, mas isso tudo que estamos debatendo hoje, também tem muita culpa o Congresso Nacional, porque não temos, realmente, no País, um Código Ambiental. Temos um Código Florestal, que, pela sua natureza, está ultrapassado, por não tratar das questões ambientais, que são temas atuais, como a conservação do meio ambiente dos centros urbanos, a qualidade do ar, a qualidade da água e o nível de ruídos sonoros, que devem ser regulamentados, todos, para que não prejudiquem o homem.

O Código Florestal do País data de 1965 e levou 13 anos em discussão no Congresso Nacional. Foram mais de 60 modificações. Entre 1965 e 2009, foram mais de onze leis. Essas modificações todas geraram uma grande insegurança jurídica.

Quando foi instituído o Código Florestal não existia, por exemplo, a Embrapa. Não existia mapeamento pedológico. Não existia o Radam, criado na década de 70. Não havia monitoramento via satélite. A Constituição Federal, Sr. Presidente, tratava o meio ambiente como competência exclusiva da União. A Amazônia sequer estava em questão. Não existia a BR-364. A BR-163 estava iniciando, ligando Cuiabá a Santarém. Não existia a principal rota de comunicação da região de São Paulo com o Sul do País, com o Centro-Oeste e o Norte do País, concluída na década de 1970, que foi a BR-153. Enfim, tivemos até agora, estamos tendo, simplesmente um Código Florestal.

Naquele tempo, o Brasil importava carne, feijão, arroz, leite, importava automóveis, não existia tratores, importava-os da Rússia, da Alemanha, dos países soviéticos; sequer existia o desenvolvimento que aconteceu a partir da criação de Brasília, em 1960. O Brasil somente existia na faixa litorânea, Sul e Sudeste do País.

Como o País não tem esse Código Florestal, entidades de todo o País, baseadas nos últimos decretos que instituíram a 6.686 – na qual inclusive coloquei um decreto legislativo para provar a sua inconstitucionalidade, porque não fora estudado pela CCJ do Senado. O Governo, a tempo, após meio ano, o reformou e decretou o 6.514, que hoje está em vigor e que apavora o País todo, não só os centros urbanos mas, principalmente, toda a sociedade rural brasileira, que está, hoje, acuada, em função desse decreto legislativo.

Foi protocolado nesta semana, na Câmara, o Projeto de Lei nº 5.367. Ele institui o Código Ambiental Brasileiro e estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, definindo os bens que se pretende proteger e criando os instrumentos para essa proteção. Cria a Política-Geral do Meio Ambiente e Urbano, revoga o Decreto-Lei nº 1.413, de 1975; o Decreto nº 4.297, de 2002; a Lei nº 6.938, de 1981; a Lei nº 4.771, de 1965, que criou o Código Florestal; o art. 7º da Lei nº 9.605, de 1998, e o art. 22 da Lei nº 9.985, do ano 2000. E é sobre isso que eu vou desenvolver o meu pronunciamento.

Na Constituição de 1988, no art. 24, ficou estabelecido que é competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre o meio ambiente. A União faria as normas gerais, e os Estados e Municípios as normas específicas.

Temos que atualizar os conceitos e harmonizar a legislação ambiental ao que estabelece a nossa Constituição Federal.

O Brasil é um País de dimensão continental, possui diversos meios ambientes, particularidades em cada região brasileira, em cada Estado, em cada Município.

Em função dessas particularidades é natural que tenhamos, e devemos ter, legislação estadual e até mesmo municipal tratando da especificidade do seu devido ecossistema.

A legislação atual é um emaranhado de mais de 16 mil diplomas que regulamentam a área ambiental. Pergunto, ao cidadão brasileiro, aos Srs. Senadores: quem consegue conhecer todas essas normas? São leis, resoluções, decretos, instruções normativas, portarias, que a cada momento se modificam e se criam conceitos novos, trazendo enorme dificuldade de entendimento para o seu cumprimento.

Pela legislação atual, os produtores rurais têm até o fatídico dia 11 de dezembro próximo para averbar as reservas legais. O País é o único que possui essa condicionante, que são as reservas legais. E aí, nessa data, nós teremos um enorme problema porque as reservas legais até hoje não foram efetivadas no país, porque de fato não são viáveis. Não tem ninguém procurando recompor reserva legal neste País. São mais de cinco milhões de produtores no País. Ninguém tem condições de recompor a reserva legal que agora o Decreto nº 6514 obriga a recompor. Porém, ninguém combinou no Brasil, também, de cumprir a lei. Já há décadas, há séculos que não se cumpre a lei. Dessa forma, não se cumpriu porque não dá para ser cumprida, por inviabilizar, principalmente, a pequena propriedade brasileira.

Temos de resolver esse problema até o dia 11 de dezembro próximo, porque no dia 12 todos os produtores do País terão o Ministério Público à sua porta exigindo a averbação da reserva legal. O Ministro Stephanes tem uma proposta de reforma da Lei nº 4.771, o Código Florestal, por meio do Projeto de Lei nº 6.424, que tramita na Câmara e só falta ser votado na Comissão de Meio Ambiente. Se aceitarem o substitutivo, ele vai resolver uma grande parte dos problemas. Traz pontos de modificação, como o cômputo da APP dentro da conceituada reserva legal e também a recomposição da reserva legal, em parte, com uma flora exótica e não essencialmente nativa; enfim, modificação na lei que já existe.

A aprovação do Projeto de Lei nº 6.424 é apenas emergencial e não trata de mudança de paradigmas que são extremamente necessários para mudar o foco.

O que trago aqui são os contornos para uma nova proposta para o Código Ambiental Brasileiro com mudança de foco em que a preservação tem como fim o bem-estar também do homem e não somente a preservação ou a conservação ambiental como um fim em si mesmo, como são tratados os temas ambientais no País atualmente.

A proposta do código ambiental faz uma renovação essencial nos conceitos, realiza quebra de paradigmas de tirar da raiz do problema ambiental os dogmas que hoje conhecemos. As Áreas de Preservação Permanente, as APPs, e a reserva legal são tratados como verdadeiros dogmas e não se pode mexer nesses institutos porque eles são um fim em si mesmos, ou seja, é a preservação para preservação e a conservação ambiental e não a preservação ambiental para também servir ao homem e à biodiversidade, aumentando o seu bem-estar, como é necessário nesse momento. O homem é tão importante quanto a natureza, ou até mais. A natureza deve ser conservada para servir o

homem. O homem e a natureza andam juntos, aliás, devemos sempre mencionar que o País que mais conserva o meio ambiente no mundo é o Brasil. E hoje, sim, temos é que comemorar, comemorar muito, pois é o Dia Mundial do Meio Ambiente.

De uma área brasileira, vou citar dados, de 850 milhões de hectares, a área da Amazônia Legal é de mais de 470 milhões de hectares e as áreas de pastagens em todo o País somam 172 milhões de hectares. Nós temos hoje também mais de 229 milhões de hectares protegidos com unidades de conservação, com reservas ambientais, com reservas indígena, isso é, praticamente, um terço do País faz parte dessas reservas ambientais. Dos 850 milhões de hectares, utilizamos, apenas, 55 milhões em lavouras temporárias para produzir alimentos e também outros 17 milhões com lavouras permanentes e mais cinco milhões com florestas plantadas. Isso totaliza 72 milhões de hectares, nesse contexto do País cujo território tem 851 milhões de hectares.

Retirando as áreas das cidades, lagos, estradas, dispomos ainda para o plantio no território brasileiro, ao redor de 106 milhões de hectares. Essas são áreas passíveis de serem ainda colocadas num sistema produtivo.

É esse potencial disponível para a agropecuária que assusta o mundo. As ONGs internacionais ficam fazendo terrorismo nas comunidades dizendo que o Brasil não está preservando o meio ambiente.

Agora, o que podemos falar da Europa, o que essas ONGs falam, que só conserva 0,3%? O Brasil ainda possui entre 70% e 75% da sua floresta nativa. Essas ONGs, que pertencem a países que já dizimaram todas as suas matas, poluíram os seus rios e lançam milhões de toneladas de poluição na atmosfera, aumentando o aquecimento global, as intempéries, as mudanças climáticas, não mudam o combustível, utilizam emissões das indústrias, não assinam o Protocolo de Kyoto, tentam mudar o foco para o Brasil, para desviar a atenção do mundo desses países poluidores do Planeta. Estão aí para fazer isso.

Não podemos imputar, porém, unicamente o ônus da preservação ambiental exclusivamente aos produtores rurais do País. É uma questão da sociedade. No art. 225 da Constituição Federal a legislação deixa bem claro que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe, sim, ao poder público “preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas”.

É fato que as políticas ambiental e indigenista no Brasil estão completamente descoladas de uma política agrícola. Nessa perspectiva, milhões de hec-

tares estão sendo subtraídos anualmente do processo produtivo. Enquanto a agricultura comercial e familiar, entre todas as ocupações no País agora totalizando as explorações agrícolas de pecuária, se utilizam de 249 milhões de hectares, o que corresponde a um terço do território nacional, já foram destinados também, como conservação para o País, 229 milhões de hectares, ou seja, 27% do território nacional para essas Unidades de Conservação, territórios indígenas, parques. E é por esse motivo que vejo que devemos comemorar. Somos o país que tem a maior porcentagem de conservação nessas unidades. Faria até uma relação onde o Brasil hoje possui um total de 450 milhões de hectares conservados. A Rússia é o país que mais conserva com 800, e, depois do Brasil, a metade mais ou menos do que o país possui, vem o Canadá, com 249. Vale ressaltar também que a política fundiária no Brasil distribuiu 64 milhões de hectares, representando 8% do território nacional para colonização e reforma agrária.

E como bem os Srs. Parlamentares se lembram, o próprio Ministro do Meio Ambiente anunciou, não para surpresa dos produtores, mas, para surpresa dos ecologistas e do próprio Governo Brasileiro, o nome do maior desmatador da Amazônia Legal. Infelizmente, é um órgão governamental, que tem por incumbência cuidar, que é o Incra, tendo-lhe sido aplicado uma multa no valor de R\$265 milhões, motivada pelo desmatamento de mais de 229 mil hectares.

Para resolver, então, os problemas ambientais com foco no bem-estar do homem, o Código Ambiental Brasileiro proposto tem as seguintes características:

1. A lei estabelece diretrizes gerais sobre a política nacional do meio ambiente, que deverá ter suas ações e conceitos baseados sempre em conhecimento técnico-científico, cabendo também aos Estados e aos Municípios legislar sobre suas peculiaridades.
2. São princípios e diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente:

I – O conhecimento da situação ambiental do País a fim de estabelecer mecanismos sustentáveis;

II – O planejamento do uso dos recursos naturais;

III – Aplicação de recursos financeiros em estudos, pesquisas e tecnologias, orientadas para o uso racional do território brasileiro e a proteção dos recursos naturais;

IV – Promoção da educação ambiental;

V – Reconhecimento e compensação àquele que adota práticas sustentáveis;

VI – Basear a política regional no zoneamento econômico e ecológico adotado pelos estados, de acordo com o pacto federativo ambiental, de uma forma descentralizada;

VII – Busca da cooperação entre o poder público, o privado e a sociedade civil, para a melhoria da qualidade ambiental, por meio de proteção, conservação e preservação;

VIII – Recuperação de áreas degradadas, quando estudos científicos assim o determinarem para garantir a sustentabilidade;

IX – Preferência a produtos compatíveis com princípios e fundamentos estabelecidos nesta Lei, nas compras e aquisições realizadas pelo Poder Público.

X – Respeito à responsabilidade técnica e às profissões devidamente habilitadas na tomada de decisões.

3. Os objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente, dentro dessa proposta legislativa cujo processo de aprovação está sendo iniciado na Câmara Federal:

I – A conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana;

II – Ordenar o uso do território nacional com base no zoneamento econômico e ecológico;

III – O estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso dos recursos ambientais;

IV – O conhecimento e a divulgação de dados e informações relativos à qualidade do meio ambiente;

V – A compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a conservação da qualidade do meio ambiente;

VI – A difusão de tecnologias de manejo dos recursos naturais;

VII – Aplicação do princípio da prevenção quando da existência de conhecimento científico dos efeitos negativos da atividade ou produto;

VIII – Aplicação do princípio da precaução desde que as partes suportem economicamente.

Quanto à organização administrativa, ela continuaria sendo realizada com uma alteração do Sistema Nacional de Meio Ambiente, que compreende os

órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de fundações instituídas pelo poder público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

Teria também um conselho de governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação de uma política nacional e nas diretrizes governamentais para a sustentabilidade, bem como deliberar sobre as proposições do Conama e os mecanismos para sua implementação.

Ao Conama caberia a função de ser um órgão consultivo e propositivo, com a finalidade de assessorar, estudar e submeter as suas proposições a esse conselho de governo, dando diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais no âmbito de suas competências. Ao Ministério do Meio Ambiente, como órgão central, teria finalidade de continuar planejando, coordenando, supervisionando e controlando a política nacional no meio ambiente e as diretrizes governamentais de ordem geral fixadas para o meio ambiente, em articulação com os demais ministérios e secretarias de governo.

Quanto aos órgãos executores executantes da política ambiental, seria formado pelo próprio Ibama com a finalidade de executar e fazer executar, como órgãos federal a política e diretrizes governamentais gerais fixadas para o meio ambiente.

O Instituto Chico Mendes de Biodiversidades, com a finalidade de continuar administrando as unidades de conservação federal executar todas as ações da política nacional nessas unidades de conservação.

As demais autarquias ou órgãos executores federais estariam diretamente subordinados ao órgão central, Ministério do Meio Ambiente.

Agora, o que caberia aos órgãos seccionais das entidades estaduais que seriam responsáveis em si pela execução de programa, projetos e pelo controle e fiscalização de todas as atividades capazes de provocar a degradação ambiental, porque é a eles que, estando lá, em cada Estado e também nos Municípios, é aos órgãos locais que caberia também a responsabilidade pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização efetiva de atividades capazes de provocar a degradação ambiental, nas suas respectivas jurisdições.

Em suma, são estabelecidas, neste projeto de lei, competências concorrentes na legislação ambiental para os Estados. É o art. 24 da Constituição. Os Estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, implementariam suas políticas ambientais, elaborando suas normas relacionadas com o meio ambiente. Os Municípios, observadas as normas federais e estaduais, também poderiam elaborar nor-



mas relacionadas ao meio ambiente, desde que não ferindo a Lei Maior federal.

Fica instituído também um capítulo específico de proteção da sociedade humana. Com isso, para a busca de um meio ambiente ecologicamente equilibrado são indissociáveis o desenvolvimento socioeconômico e o respeito à dignidade humana.

São assegurados os meios de produção, com ênfase na produção de alimentos, o sistema de distribuição e comércio, com busca permanente da sustentabilidade.

São estabelecidos os instrumentos para uma política nacional, composta, essencialmente, do zoneamento econômico ecológico a ser feito pelos Estados, de um licenciamento ambiental de todas as atividades, da inserção de áreas protegidas, da remuneração por serviços ambientais – só dentro desse item já correm muitos projetos aqui na Casa –, de serviços de informação ambiental e também de sanções pelo descumprimento da legislação.

O Zoneamento Econômico Ecológico tem por objetivo essencial a ordenação do território a fim de harmonizar com bases técnicas e científicas as relações econômicas, sociais e ambientais e nortear, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais.

A remuneração por serviços ambientais, que são serviços úteis oferecidos pelos ecossistemas para o homem – como exemplo a regulação de gases pela produção de oxigênio e sequestro de carbono, a regulação das funções hídricas, entre outros –, a remuneração por esses serviços ambientais tem os seguintes objetivos: compensar os proprietários das áreas, rurais ou urbanas, que possuem características ambientais relevantes por sua guarda e fiscalização na conservação da manutenção desses serviços ambientais, a compensação aos proprietários pela limitação do uso econômico da área – é aí que poderemos segurar a continuidade do desmatamento, impedindo, pagando com valores equivalentes ou melhores que o uso econômico dessas áreas – e tornar viável a proteção desses recursos naturais frente à vantagem econômica oriunda da sua utilização.

Ficaria criado, também, um sistema de informação ambiental, para informar as políticas, os planos e os programas, informações relevantes para que sejam estimuladas políticas e práticas para a preservação do meio ambiente.

Enfim, Srs. Senadores, cidadão brasileiro que nos ouve no meio rural e urbano deste País, essa nova proposta de um projeto de lei criando essa política na-

cional do meio ambiente é uma política ambiental efetiva para o Brasil, visa estabelecer e identificar os bens que se pretende proteger, que não estão explicitados no Código Florestal, nas diversas leis, nos decretos, no emaranhado de leis que temos, e os instrumentos a serem utilizados para essa proteção. Esse projeto de lei visa sistematizar todo o emaranhado desses diplomas legais, que às vezes se contradizem e que têm como premissa também alguns mitos.

Na definição dos bens protegidos, por exemplo, o primeiro deles é o homem, a sociedade humana, porque, se houver dignidade e condição de sobrevivência, a pressão sobre os recursos naturais certamente diminuirá. O que não se pode admitir é que haja uma disputa entre valores e direitos fundamentais como se contempla na política ambiental atual.

Eram estas as palavras que eu tinha a falar do tema ambiental neste dia em que comemoramos o Dia Mundial do Meio Ambiente e conclamar todos os Senadores, Deputados Federais deste País e Câmaras Legislativas estaduais para debater democraticamente esse tema, que merece toda a nossa atenção e o esforço para dotar o Brasil com um exemplo de legislação ambiental a ser seguida por todo mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Esta Presidência parabeniza o Líder da Minoria, Gilberto Goellner, do bravo Estado do Mato Grosso, pelo seu pronunciamento no Dia da Terra, no Dia do Meio Ambiente.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, pela lucidez, pela competência, pelo amor a sua terra e suas convicções.

Convido o Senador Gilberto Goellner a assumir esta Presidência a fim de continuarmos os trabalhos.

*O Sr. Marcelo Crivella, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Goellner.*

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Goellner. DEM – MT) – O próximo inscrito é o Senador Marcelo Crivella, do Estado do Rio de Janeiro.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Senador Cristovam Buarque, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, demais presentes a este plenário, eu, no Dia da Terra, gostaria de estar aqui fazendo um pronunciamento sobre as riquezas do nosso meio ambiente, sobre os avanços que construímos nesta Casa e sobre os tantos percalços que ainda temos que enfrentar para termos um País menos desigual, menos poluído,

e para garantir às futuras gerações todos os benefícios de que nós pudemos desfrutar na nossa geração.

Mas, Sr. Presidente, eu hoje vou prestar uma homenagem a um brasileiro, a um carioca, meu amigo, meu irmão de fé, que, no fogo cruzado das invasões que a polícia faz nas comunidades carentes, foi vítima de uma bala perdida e morreu na noite do último sábado.

V. Ex<sup>a</sup> citou aqui, Senador Gilberto, com muita sabedoria, que o meio ambiente é também o homem. Portanto, ao lamentar e ao ler aqui o elogio fúnebre que passarei a fazer em seguida, estou também fazendo um clamor, um grito, um grito da terra, porque, segundo a *Bíblia*, eu creio, todos nós, no que concerne à matéria, que viemos do pó, do pó da terra, e à terra voltaremos. De tal maneira que esse ser humano, que foi arrancado da terra e recebeu o sopro de Deus, que lhe deu alma e espírito, também tem que ser respeitado.

Passo, então, Sr. Presidente, a ler o elogio fúnebre que escrevi em homenagem a Roberto Santana de Araújo, como um brado de alerta ao Congresso Nacional, às autoridades, sobretudo às autoridades do meu Estado do Rio de Janeiro.

No último sábado à noite, policiais subiram ao Morro da Mangueira trocando tiros com o tráfico local. Uma bala de fuzil matou Roberto Santana de Araújo, um jovem de 27 anos, que estava dentro de casa naquele momento, se despedindo da noiva, para ir a uma vigília na igreja. Eram quase dez horas da noite.

Mais uma bala perdida, mais um vida ceifada.

Esse jovem humilde, trabalhador, pacato e ordeiro, bom filho, bom irmão, bom amigo, coração sem ódios e conduta exemplar, enfrentava com grandeza a mediocridade do seu tempo. Com uma vontade inflexível, decidia com firmeza e construía com bravura cada etapa da sua existência, forjada nos princípios da dignidade, do amor ao trabalho, da devoção à família, do cristianismo autêntico e da força imbatível, pura e radiante da sua fé em Deus.

Seu sangue inocente, derramado em vão, clama aos céus, mas clama também aos homens de boa vontade. Até quando teremos que suportar essa escalada da violência, esse fogo cruzado em áreas densamente povoadas que põe em risco milhares de trabalhadores e suas famílias e faz do princípio constitucional da inviolabilidade do lar um ridículo e cínico deboche, um escárnio satânico, o mais aviltado e corrompido de todos os direitos?

Que tenhamos ódio e nojo do tráfico de cocaína, de maconha e de *crack*, pelo rio de sangue que desce dos morros, por tantos jovens lançados na sepultura com os corpos mutilados e ensanguentados, enquanto outros são despejados como lixo em presídios medie-

vais onde são barbarizados e vegetam numa existência desgraçada; por tantas vidas perdidas; pelo comércio maldito que divide pobres em facções e põe irmãos contra irmãos numa guerra monstruosa, inútil e miserável. Sim, por tudo isso, se compreende nossa revolta.

Mas não é com mais violência ou monstrificando a força policial no ímpeto da marcha da insensatez que vamos vencer essa guerra. Não se pode dizer de onde veio o disparo. A perícia vai provar. Mas o fato de causar tiroteios onde residem pessoas, trabalhadores é absolutamente inaceitável.

Melhor seriam as operações de inteligência, como aquela que prendeu o assassino de Tim Lopes sem disparar um tiro. Melhor seria a repressão à lavagem desse dinheiro sujo, pressuposto vital para a lucratividade e continuidade do negócio. Melhor seria o controle das fronteiras por onde hoje passa tamanha quantidade de armas e drogas que se constitui na mais acintosa e insolente afronta à honradez da nossa soberania. É lá nas fronteiras brasileiras que se combate o tráfico no atacado e se prendem os tubarões que organizam, financiam e distribuem em grandes quantidades armas, munições e drogas. Nas comunidades está apenas o varejo, apenas o peixe pequeno.

E que não se diga que a Polícia Federal não possui efetivo para dar conta dessa missão, porque por essa razão aprovei lei já sancionada pelo Presidente da República, portanto em pleno vigor, que confere poder de polícia às Forças Armadas nas fronteiras terrestre, aérea e marítima para o combate às drogas e armas.

No clima de guerra em que vivemos no Rio é preciso alertar que os espíritos violentos costumam cair na mesma intransigência dos fanáticos que se norteiam cegos e determinados pelos esquemas ditados pela própria arrogância e se tornam energúmenos completamente blindados aos apelos da razão.

Criminalidade se combate sempre com inteligência; às vezes, com a força bruta; mas nunca com chacais que uivam famintos de ódio e sedentos de sangue, como aqueles que, a soldo de terceiros, recebem autorização para uma saída do presídio para cometer crimes bárbaros acobertados pelo álibi, com a presunção da impunidade.

Paulo Roberto, me disseram seus pais, andava muito feliz. Tinha adquirido uma autonomia de táxi para não ter mais que pagar diárias na sua cooperativa, onde exercia o cargo de Diretor de Ética, respeitado e estimado por todos. Deixou com sua mãe uma frase lapidar, de rara sabedoria, que sintetiza sua visão de mundo e nos deixa uma lição inesquecível: "Quem fala mal do sacrifício fala mal de Jesus".

Era assim que ele encontrava forças para lutar e, com renúncia e idealismo, forjar o futuro. Pessoas como

ele não morrem. Não se apagam no esquecimento. O rastro de sangue que deixou do Morro da Mangueira até o Hospital do Exército, onde veio a falecer, será para sempre um clamor de justiça daqueles que, no anonimato de uma vida humilde, superando adversidades, injustiças e preconceito, sonharam, sofreram, lutaram e tombaram para construir sem violência um mundo melhor.

Que Deus o tenha e o guarde por nós, que não soubemos guardá-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Declaro encerrada a presente sessão, a 90ª sessão, nesta sexta-feira, 5 de junho de 2009.

*(Levanta-se a sessão às 13 horas e 57 minutos.)*

## **SENADO FEDERAL**

### **ATA DA 63ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 30 DE ABRIL DE 2009**

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 57, de 1º de maio de 2009)

### **RETIFICAÇÕES**

Na página 14517, republica-se o texto completo do Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 2009, por omissão gráfica de textos encontrados na página 14519.

### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 276, DE 2009** (Nº 1.080/2008, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à TV MUCURIPE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Crateús, Estado do Ceará.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 528 de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à TV Mucuripe Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Crateús, Estado do Ceará.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

## Mensagem nº 383, de 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

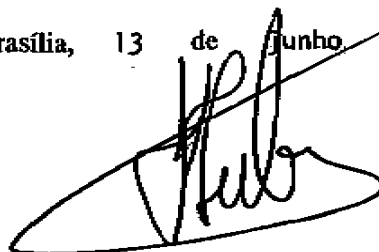
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 474, de 12 de setembro de 2006 – 102,3 FM Comunicação Ltda., no município de Aurilândia - GO;
- 2 - Portaria nº 479, de 12 de setembro de 2006 – Rádio e TV Maíra Ltda., no município de Acrelândia - AC;
- 3 - Portaria nº 482, de 13 de setembro de 2006 – Cebelwam Comunicação e Consultoria Ltda., no município de Água Branca - PI;
- 4 - Portaria nº 483, de 13 de setembro de 2006 – Folha Popular Ltda., no município de Sítio Novo do Tocantins - TO;
- 5 - Portaria nº 486, de 13 de setembro de 2006 – Sistema Radiodifusão de Sertãozinho Ltda., no município de Bebedouro - SP;
- 6 - Portaria nº 488, de 13 de setembro de 2006 – Rádio Capelista Ltda., no município de Pinhais - PR;
- 7 - Portaria nº 489, de 13 de setembro de 2006 – 102,3 FM Comunicação Ltda., no município de Santo Antônio do Descoberto - GO;
- 8 - Portaria nº 491, de 13 de setembro de 2006 – Rádio Arco-Iris FM Ltda., no município de Santa Vitória do Palmar - RS;
- 9 - Portaria nº 497, de 13 de setembro de 2006 – Rádio Sem Fronteiras FM Ltda., no município de Sarandi - RS;
- 10 - Portaria nº 499, de 13 de setembro de 2006 – CNC.BR - Centro Nacional de Comunicações Ltda., no município de Corumbá - MS;
- 11 - Portaria nº 500, de 13 de setembro de 2006 – Rádio Cidade FM de Sumé Ltda., no município de Sumé - PB;
- 12 - Portaria nº 501, de 13 de setembro de 2006 – Rádio Bayeux Ltda., no município de Puxinanã - PB;
- 13 - Portaria nº 503, de 13 de setembro de 2006 – Eco FM Ltda., no município de São Benedito - CE;
- 14 - Portaria nº 505, de 13 de setembro de 2006 – Fundação João XXIII, no município de Itaiópolis - SC;



- 15 - Portaria nº 508, de 13 de setembro de 2006 – Cebelwam Comunicação e Consultoria Ltda., no município de Regeneração - PI;
- 16 - Portaria nº 509, de 13 de setembro de 2006 – Editora Diário da Amazônia S/C Ltda., no município de Costa Marques - RO;
- 17 - Portaria nº 510, de 13 de setembro de 2006 – Sistema Plug de Comunicações Ltda., no município de Bom Jesus - RS;
- 18 - Portaria nº 512, de 13 de setembro de 2006 – Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda., no município de Aveiro - PA;
- 19 - Portaria nº 515, de 13 de setembro de 2006 – SPC - Sistema Paraense de Comunicações Ltda., no município de São Luís do Paraitinga - SP;
- 20 - Portaria nº 516, de 13 de setembro de 2006 – Sistema de Comunicação Martins & Cecchini Ltda., no município de Sales Oliveira - SP;
- 21 - Portaria nº 517, de 13 de setembro de 2006 – Empresa de Radiodifusão Água Doce Ltda., no município de Calçoene - AP;
- 22 - Portaria nº 520, de 13 de setembro de 2006 – Auto Cap - Comunicações, Indústria e Comércio de Petróleo e Derivados Ltda., no município de Normandia - RR;
- 23 - Portaria nº 521, de 13 de setembro de 2006 – Rádio Portal da Costa Oeste S/C Ltda., no município de Santa Helena - PR;
- 24 - Portaria nº 522, de 13 de setembro de 2006 – Rádio Cultura de Arvorezinha Ltda., no município de Anta Gorda - RS;
- 25 - Portaria nº 523, de 13 de setembro de 2006 – Aurora Comunicações Ltda., no município de Aurora - CE;
- 26 - Portaria nº 526, de 13 de setembro de 2006 – Rádio São Francisco de Borja Ltda., no município de São Borja - RS;
- 27 - Portaria nº 528, de 13 de setembro de 2006 – TV Mucuripe Ltda., no município de Crateús - CE;
- 28 - Portaria nº 529, de 13 de setembro de 2006 – Mega Canal de Catanduva Ltda., no município de Santa Adélia - SP;
- 29 - Portaria nº 532, de 13 de setembro de 2006 – Continental Comunicações Ltda., no município de Carlinda - MT; e
- 30 - Portaria nº 536, de 13 de setembro de 2006 – Plus Radiodifusão Ltda., no município de Passo de Torres - SC.

Brasília, 13 de Junho de 2008.



MC 00510 EM

Brasília, 22 de setembro de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência n.º 089/2001 - SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Crateús, Estado do Ceará.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria n.º 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a TV MUCURIPE Ltda (Processo n.º 53650.000386/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim, vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3.º do artigo 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA Nº 528 , DE 13 DE SETEMBRO DE 2006.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto n.º 1.720, de 28 de novembro de 1995 e, tendo em vista o que consta do Processo n.º 53650.000386/2002, Concorrência n.º 089/2001 – SSR/MC e do PARECER/CONJUR/MC/JSN/N.º 0945 – 2.29/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à **TV MUCURIPE LTDA.** para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Crateús, Estado do Ceará.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art.2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223, da Constituição Federal.

Art. 3º O contrato decorrente dessa permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

**CALILA ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO S.A.**  
**CGC/MF nº 07.204.217/0001-62**

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE CALILA ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO S.A., REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 1996, LAVRADA EM FORMA DE SUMÁRIO**

**DATA** - 11 de setembro de 1996

**LOCAL E HORA** - Sede da sociedade, sita na Rua Professor Dias da Rocha, 920, Fortaleza Ceará, às 08:00 hs.

**QUORUM** - Acionistas representando a totalidade do Capital Social.

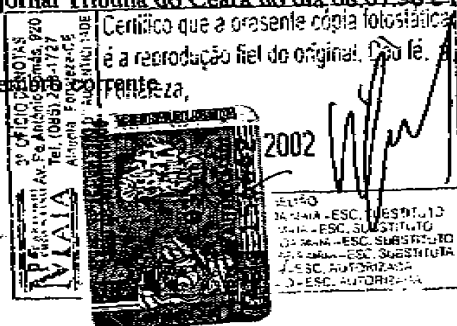
**MESA** - Presidente - Ilia Freitas Alencar; Secretário - Nilo Sérgio Holanda Gomes.

**CONVOCAÇÃO** - Feita por memorando, datado de 28 de junho de 1996, enviada a todos os acionistas individualmente.

**DOCUMENTOS APRESENTADOS** - 1. Aviso de que trata o art. 133 da Lei 6.404 de 15.12.1976, publicado no jornal Tribuna do Ceará nos dias 02, 03 e 04 de abril de 1996 e no Diário Oficial do Estado nos dias 10, 11 e 12 de abril de 1996.

2. Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.95, publicados no jornal Tribuna do Ceará no dia 08.07.96 e no Diário Oficial (CE) no dia 10.07.96.

Proposta da Diretoria datada de 02 de setembro de 1996, referente a:





**ORDEM DO DIA -**

**Dia foi a seguinte:**

Consoante os memorandos enviados, a Ordem do

**I- Exame, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.95**

## II- Destinação dos lucros dos exercícios.

III- Aprovação da Correção Monetária do capital e sua capitalização.

**IV- Alteração do Estatuto social em seu art. 5º:**

V- Eleição da Diretoria e fixação do pro-labore dos diretores.

**VI- Exame, discussão e votação de proposta da Diretoria no sentido da alienação de participação acionária da sociedade em outra companhia.**

**VII - Outros assuntos do interesse da Sociedade.**

**DELIBERAÇÕES -**

Balço patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.95, com a abstenção dos legalmente impedidos, não havendo lucros a destinar.

2. Aprovação da correção monetária do capital, relativa ao exercício encerrado em 31.12.95, no valor de R\$ 72.894,00e aprovação da sua capitalização nos termos do art. 167 da Lei 6.404 de 15.12.76.

3. Aprovação do aumento do capital social de R\$ 324.522,00 para R\$ 951.955,00, mediante a incorporação das seguintes reservas:

Correção monetária	R\$	72.894,00
Reserva Legal	R\$	554.539,00
Total	R\$	627.433,00

**SERVICO PUBLICO FEDERAL**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Aprovação da nova redação para o art. 5º do Estatuto Social a saber: COM O ORIGINAL

EXP. 14 MAR 2006

“Art. 5º - O Capital Social é de R\$ 951.955,00 (novecentos e cinquenta e um mil, novecentos e cinquenta e cinco reais) representado por 951.955 (novecentas e cinquenta e um mil, novecentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma.”

5. Foi eleita por unanimidade, a seguinte diretoria para cumprir o mandato 1996/1997: Para Diretor Presidente Nilo Sérgio Holanda Gomes, brasileiro, casado, técnico em administração, portador da cédula de identidade de nº 298.112 SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 091.685.953-04, residente e domiciliado em Fortaleza - CE, na Av. Alberto Salses nº 104, para Diretores Lila Freitas Alencar, brasileira, divorciada.

é a reprodução fiel do original. Doux

21072

02 APR 2002

[illegible]

contadora, portadora da cédula de identidade de nº 328.046 SSP/CE, inscrita no CPF/MF sob o nº 117.323.503-53, residente e domiciliada em Fortaleza - Ce., na Av. Pe. Antonio Tomás, 151, apto. 802 e MARIA DA PENHA SANTOS, brasileira, solteira, maior, inscrita no CPF/MF sob o nº 059.881.773-15 residente e domiciliada na Rua Alfeu Aboim, 304, Fortaleza - CE, que estando presentes, declararam de per si não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeção de exercer atividades mercantis, sendo declarados em passados mediante a assinatura dos termos competentes.

6. Foi aprovado um pro-labore global mensal de R\$ 12.650,00 (doze mil, seiscentos e cinquenta reais) para a diretoria, que deliberará ela própria acerca da remuneração individual de cada diretor.

6.1. Foi aprovada por unanimidade a Proposta da Diretoria datada de 02 de setembro p.p., no sentido da alienação de participação societária, em companhia de que seja acionista, nos exatos termos daquela proposta.

6.2. Aprovação também por unanimidade, dos termos da mesma Proposta da Diretoria datada de 02 de setembro p.p., no sentido de autorizar a assinatura dos documentos necessários à concretização de tais operações, pelos diretores da empresa.

#### DISSIDÊNCIAS -

Não houve dissidências, nem votos em contrário.

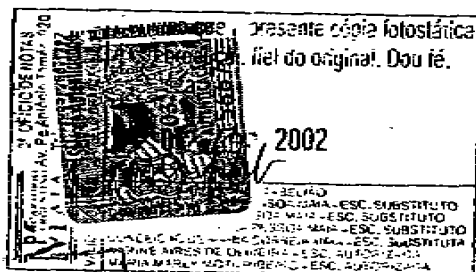
ASSINATURAS -, Presidente - ILIA FREITAS ALENCAR, Secretário - NILO SÉRGIO HOLANDA GOMES; TASSO RIBEIRO JEREISSATI, RENATA OLIVEIRA JEREISSATI

Confere com o original

NILO SÉRGIO HOLANDA GOMES  
Secretário



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COMO ORIGINAL  
Em 11 de MAR 2006



**SENADO FEDERAL****ATA DA 63ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 30 DE ABRIL DE 2009**

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 57, de 1º de maio de 2009)

**RETIFICAÇÕES**

Na página 14522, republica-se o texto completo do Projeto de Decreto Legislativo nº 277, de 2009, por omissão gráfica de textos encontrados na página 14526.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 277, DE 2009**  
(Nº 1.081/2008, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à 102,3 FM COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova América, Estado de Goiás.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 537 de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à 102,3 FM Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova América, Estado de Goiás.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

## Mensagem nº 384, de 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 537, de 13 de setembro de 2006 – 102,3 FM Comunicação Ltda., no município de Nova América - GO;
- 2 - Portaria nº 538, de 13 de setembro de 2006 – Sistema Norte Brasil de Comunicação Ltda., no município de Urupá - RO;
- 3 - Portaria nº 539, de 13 de setembro de 2006 – Rocco Júnior & Rocco Ltda-ME, no município de Faxinal - PR;
- 4 - Portaria nº 540, de 13 de setembro de 2006 – Tradicional FM Ltda., no município de Arroio Grande - RS;
- 5 - Portaria nº 541, de 13 de setembro de 2006 – Organização Madasol de Comunicação Ltda., no município de Piraí do Sul - PR;
- 6 - Portaria nº 542, de 13 de setembro de 2006 – Editora Diário da Amazônia S/C Ltda., no município de Alta Floresta D'Oeste - RO;
- 7 - Portaria nº 543, de 13 de setembro de 2006 – Rádio Comunicação FM Stéreo Ltda., no município de Boracéia - SP;
- 8 - Portaria nº 544, de 13 de setembro de 2006 – TV Mucuripe Ltda., no município de Crato - CE;
- 9 - Portaria nº 545, de 13 de setembro de 2006 – Rádio Prado Ltda., no município de Antônio Prado - RS;
- 10 - Portaria nº 546, de 13 de setembro de 2006 – Sistema Beija Flor de Radiodifusão Ltda., no município de Milhã - CE;
- 11 - Portaria nº 577, de 13 de setembro de 2006 – Rádio Harmonia FM Ltda., no município de Alpercata - MG;
- 12 - Portaria nº 597, de 21 de setembro de 2006 – Rádio Vera Cruz FM Ltda., no município de Santo Antônio do Sudoeste - PR;
- 13 - Portaria nº 598, de 21 de setembro de 2006 – Tropical do Agreste Ltda., no município de Lajedo - PE;
- 14 - Portaria nº 600, de 21 de setembro de 2006 – Natureza Comunicações Ltda., no município de Aparecida do Taboado - MS;
- 15 - Portaria nº 603, de 21 de setembro de 2006 – 102,3 FM Comunicação Ltda., no município de Bela Vista de Goiás - GO;
- 16 - Portaria nº 605, de 21 de setembro de 2006 – Rádio Oeste Ltda., no município de Iporã do Oeste - SC;



17 - Portaria nº 606, de 21 de setembro de 2006 – Sistema Radiodifusão de Sertãozinho Ltda., no município de Medeiros - MG;

18 - Portaria nº 608, de 21 de setembro de 2006 – Ibicuitinga FM Ltda., no município de Ibicuitinga - CE;

19 - Portaria nº 609, de 21 de setembro de 2006 – Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda., no município de Brasil Novo - PA;

20 - Portaria nº 610, de 21 de setembro de 2006 – Sistema Rádio Digital FM Ltda., no município de Birigui - SP;

21 - Portaria nº 612, de 21 de setembro de 2006 – Rádio Aliança FM Ltda., no município de Macarani - BA;

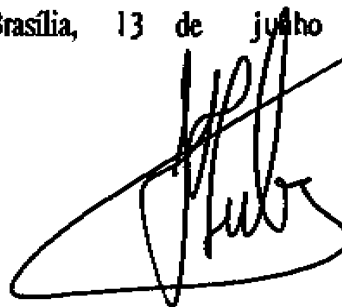
22 - Portaria nº 613, de 21 de setembro de 2006 – Rede Jornal de Comunicação e Publicidade Ltda., no município de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT;

23 - Portaria nº 615, de 21 de setembro de 2006 – TV Mucuripe Ltda., no município de Quixeramobim - CE;

24 - Portaria nº 616, de 21 de setembro de 2006 – Portel Serviços de Radiodifusão Ltda., no município de Bagre - PA; e

25 - Portaria nº 617, de 21 de setembro de 2006 – Natureza Comunicações Ltda., no município de Chapada dos Guimarães - MT.

Brasília, 13 de julho de 2008.



MC 00525 EM

Brasília, 22 de setembro de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência n.º 039/2001 - SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Nova América, Estado de Goiás.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria n.º 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a 102,3 FM Comunicação Ltda (Processo n.º 53670.001122/2001) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim, vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3.º do artigo 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA Nº 537 , DE 13 DE SETEMBRO DE 2006. .**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto n.º 1.720, de 28 de novembro de 1995 e, tendo em vista o que consta do Processo n.º 53670.001122/2001, Concorrência n.º 039/2001 – SSR/MC e do PARECER/CONJUR/MC/JSN/N.º 0949 – 2.29/2006, resolve:

**Art. 1º** Outorgar permissão à **102,3 FM COMUNICAÇÃO LTDA.** para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nova América, Estado de Goiás.

**Parágrafo único.** A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

**Art.2º** Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223, da Constituição Federal.

**Art. 3º** O contrato decorrente dessa permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

# CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA "102,3 FRI COMUNICAÇÃO LTDA"

**JORGE LUIS ALVES RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, radialista, nascido(a) a 13 de agosto de 1968, portador da Cédula de Identidade RG 850602 - SSP/GO e do CPF/MF 463.181.781-04, residente e domiciliado à R.Hamela, Qd 2, Lt 11, Jd. California, Goiânia - GO e

**GILSON EURÍPEDES DE ALMEIDA FILHO**, brasileiro, solteiro, comerciante, emancipado, conforme inscriteira de emancipação registrada no 1º Reg. Civil das Pessoas Naturais no Livro E-037 Folha 098, nascido aos 29 de outubro de 1982, portador da Cédula de Identidade RG 4103190 - SSP-GO e do CPF/MF 726.668.461-72, residente e domiciliado à Rua T.49 Qd.49, Lt 15, Setor Bueno, Goiânia/GO,

têm entre si justo e combinado a constituição de uma sociedade por partes de responsabilidade limitada, que será regida sob as seguintes cláusulas e condições:

## CLÁUSULA I DA DENOMINAÇÃO E SEDE SOCIAL

A sociedade girará sob a razão social de "102,3 FRI COMUNICAÇÃO LTDA" com sede na cidade de Pires do Rio, à Rua Rodrigo Rodrigues da Cunha n.º 23 - centro - Pires do Rio, estado de Goiás, podendo instalar ou suprir filiais, agências e sucursais em qualquer ponto do território Nacional, após prévia autorização do Poder Público Concedente.

### **CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO**

#### **AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente "Fotocópia" é idêntica ao original e dou fé.

Em Teste \_\_\_\_\_ da verdade

Trindade - Go, \_\_\_\_\_

*Luiz Fernando Alves Chaves*  
Tabelião Substituto

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO  
CONFERE O ORIGINAL

Em \_\_\_\_\_

*[Handwritten signatures]*



## CLÁUSULA II DO OBJETIVO SOCIAL DA SOCIEDADE

A sociedade tem como principal objetivo a execução de serviços de radiodifusão sonora (AM, FM, OM, OT e OC), de sons e imagens (TV) e de Televisão por Assinatura (TVA), seus serviços afins ou correlatos, tais como serviços especiais de música funcional, repetição ou retransmissão de sons ou sinais de sons e imagens de radiodifusão, representações publicitárias, publicidade, apoio em marketing e produção de audio vídeo, edição de jornais e revistas, produção de panfletos, anuários e documentários, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como, exploração de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor

## CLÁUSULA III DO INÍCIO E VIGÊNCIA DA SOCIEDADE

O início das atividades será em 28.05.2001. O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

## CLÁUSULA IV DO CAPITAL SOCIAL E SUA DIVISÃO

O capital social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000 (vinte mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada, integralizado em moeda corrente nacional neste ato à importância total, distribuído entre os sócios, da seguinte forma:

SÓCIOS	%	COTAS	VALOR (R\$)
GILSON E. DE ALMEIDA FILHO	98	19.600	19.600,00
JORGE LUÍS ALVES RIBEIRO	02	400	400,00
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>20.000</b>	<b>20.000,00</b>

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor total do capital social, conforme Decreto-lei Federal n.º 3.708, de 10.01.1919, art. 2º, *in fine*.

### CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

#### AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente "Fotocópia" é Idêntica ao original; e dou fé.

Em Teste \_\_\_\_\_ da verdade  
Trindade - Go, \_\_\_\_\_

*Dr. Fernando Alves Chaves*  
Tabelião Substituto

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMPETE COM O ORIGINAL  
Em \_\_\_\_\_ 14 MAR 2009

**CLÁUSULA V**

A sociedade obedecerá aos dispositivos constitucionais e legais pertinentes especialmente o que determina o artigo 10, incisos I a V, do Decreto n.º 85.064, de 26.08.1980, que regulamenta a Lei 6.634 de 02.05.1979:

I – O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras;

II – O quadro do pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros;

III – A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos;

IV – As cotas ou ações representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas, e;

V – A empresa não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As empresas constituídas sob a forma de sociedade anônima deverão, ainda, fazer constar em seu estatuto social, que as ações representativas do capital social serão sempre nominativas”.

**CLÁUSULA VI  
DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

A gerência da empresa será exercida pelo sócio **GILSON EURÍPEDES DE ALMEIDA FILHO**, no cargo de Gerente a quem caberá a representação ativa ou passiva, judicial ou extrajudicial da sociedade, a ele(a) cabendo, quando na representação legal, as atribuições e os poderes que a lei confere aos dirigentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada.

SEÇÃO PÚBLICA DE REGISTRO  
DE EMPRESAS COMERCIAIS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 14 MAR 2006

**CLÁUSULA VII**

O uso da razão social caberá ao Gerente nomeado na cláusula VI, em juízo ou fora dele, somente em negócios que consultem os interesses sociais, ficando, pois, defeso o seu uso em transações estranhas aos objetivos sociais, especialmente em avais, fianças, abonos, endossos, etc., respondendo civil e criminalmente pelos excessos que praticarem.

**CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO****AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente "Fotocópia" é  
Idêntica ao original, e fôlé.

Em Teste \_\_\_\_\_ da verdade  
Trindade - Go, 22.6.2006

Lúcia Fernando Alves Chaves  
Substituto

*[Handwritten signatures and initials]*

**CLÁUSULA VIII**

+EX+01  
Nº 16-  
m/dos

Os Gerente(s) terá direito a uma retirada mensal, cujo valor será de 01 (um) salário mínimo mensal, a título de *pró-labore*, levada a débito na conta de despesas da sociedade, observados os limites estabelecidos pela legislação do Imposto de Renda, para cada exercício financeiro.

**CLÁUSULA IX**

O Gerente, depois de ouvido o Poder Público Concedente, poderá, em nome da Entidade, nomear procurador(a/es) para prática de gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado, não superior a 1 (um) ano, e especificando os atos ou operações que poderão praticar, serão outorgados exclusivamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, provada essa condição.

SERVIÇO PÚBLICO  
ACERCA DO DES...  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 14 MAR 2008

**CLÁUSULA X**

Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou a totalidade de suas cotas de capital, tendo preferência absoluta, para a aquisição, os demais sócios, que deverão ser comunicados, por escrito, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A aquisição das cotas de capital será efetuada pelo(a/s) sócio(a/s), na proporção direta do percentual do capital social de que for(em) detentor(a/es).

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Em qualquer hipótese de transferência, deverá haver sempre a prévia e expressa consulta e respectiva autorização do Poder Público Concedente.

**CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO****AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente "Fotocópia" é  
idêntica ao original e pôs a.

Em Teste, \_\_\_\_\_ da verdade  
Trindade - Go, \_\_\_\_\_

Luiz Fernando Aires Soares  
Tabelião Substituto

*[Handwritten signatures and initials]*

**CLÁUSULA XI**

Em caso de retirada, inabilitação, interdição ou morte de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, desde que o(s) sócio(s) remanescente(s) providenciem um balanço geral, na data do evento, para apuração dos direitos e deveres do(a) sócio(a) retirante, inabilitado(a), interdito(a) ou falecido(a), pagando ao mesmo, ou aos herdeiros legais do(a) falecido(a), seus direitos e haveres mediante a emissão de 12 (doze) notas promissórias, pagáveis a primeira no ato da emissão e as restantes sucessivamente de trinta em trinta dias, com os juros e taxas legais.

**CLÁUSULA XII**

Executada a hipótese de sucessão hereditária, não será permitida a transferência de concessão ou permissão, antes de decorrido o prazo previsto no artigo 91, do Decreto nº 52.795/63, com redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 91.837/85.

**CLÁUSULA XIII**

O exercício coincidirá como ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da Sociedade, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos cotistas na proporção de suas cotas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS RECURSOS HUMANOS  
CONTROLE COM O COTISTA  
Em 14 MAR 2006

**CLÁUSULA XIV**

A distribuição de lucros será sempre sustada quando verificar-se a necessidade de atender a despesas inadiáveis ou que impliquem o funcionamento das estações.

**CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO****AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente "Fotocópia" é  
Idêntica ao original; e dou fé.

Em Teste \_\_\_\_\_ da verdade  
Trindade - Go, 22-6-2009.

Leila Piramanto Alves Chaves  
Delegada Substituto





**CLÁUSULA XV**

Em caso de liquidação, os próprios cotistas serão os liquidantes, ficando estipulado que o patrimônio social, depois de liquidado todo o passivo, será distribuído aos sócios na proporção das cotas que cada um possuir.

**CLÁUSULA XVI**

A partir do instante em que a sociedade seja concessionária ou permissionária de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, nenhuma alteração poderá ser feita neste contrato, sem prévia e expressa autorização do Poder Público Concedente.

**CLÁUSULA XVII**

O instrumento de alteração contratual será assinado, necessariamente, por sócios que representem a maioria do capital social e, havendo sócio divergente ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância, para efeito de arquivamento no Órgão Público competente e ressalva dos direitos dos interessados.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 14/11/2009

**CLÁUSULA XVIII**

A sociedade, por todos os seus cotistas, se obriga a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas e recomendações que lhe forem feitas pelos Poderes Públicos Concedentes.

**CLÁUSULA XIX**

Os sócios declaram sob as penas da Lei, que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei ou nas restrições legais que os impeçam de exercerem as atividades mercantis.

**CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO****AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente "Fotocópia" é idêntica ao original, o qual é.

Em Teste, 22.6.2009, da verdade  
Trindade - Go.

Luiz Fernando Alves Chaves  
tabelião Substituto

**CLÁUSULA XX**

Os casos não previstos no presente instrumento serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das sociedades por cotas de responsabilidade limitada, pelos quais a entidade se regerá e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

**CLÁUSULA XXI**

Para dirimir quaisquer dúvidas que não possam ser resolvidas amigavelmente fica, desde já, eleito o foro da sede da sociedade, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E, por assim acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas que também o assinam, para que possa produzir os efeitos legais necessários.

Pires do Rio-GO, em 24 de maio de 2001.

*Gilson Eurípedes de Almeida Filho*  
**GILSON EURÍPEDES DE ALMEIDA FILHO**  
 SÓCIO-GERENTE

*Jorge Luís Alves Ribeiro*  
**JORGE LUÍS ALVES RIBEIRO**  
 SÓCIO

**TESTEMUNHAS:**

*João Elias Mendes*  
**João Elias Mendes**  
 CI 2895099 SSP-Go e CPF 335 874 851-00

*Gleysson Cabral de Almeida Costa*  
**Gleysson Cabral de Almeida Costa**  
 CI - 3369858-5298008 SSP-Go e CPF 783.386.621-00

**CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO****AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente "Fotocópia" é  
 Idêntica ao original e verdadeira.

Em Teste \_\_\_\_\_ da verdade  
 Trindade - Go, 24.5.2001.

*Antônio Alves Chaves*  
 Inteiro Solto

RECEBIMOS PÚBLICO PEDREIRA  
 DE FÉRIAS DAS COMUNICAÇÕES  
 RECEBIMOS COM O ORIGINAL  
 Em 14 MAR 2006

*[Assinatura]*

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS  
 CERTIFICADO O REGISTRO EM: 29/05/2001  
 SOB O NÚMERO:  
 52201791130  
 \*Inscrição: 010469818  
 MARIA DAS BOMAS C. DE ALMEIDA  
 SECRETARIA GERAL

## **SENADO FEDERAL**

### **ATA DA 66ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 6 DE MAIO DE 2009**

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 60, de 7 de maio de 2009)

### **RETIFICAÇÃO**

Na página 15220, após o art. 2º do Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2009, por omissão gráfica, inserir o seguinte texto:

### **MENSAGEM Nº 391, DE 2008**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

.....

**SENADO FEDERAL****ATA DA 67ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 7 DE MAIO DE 2009**

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 61, de 8 de maio de 2009)

**RETIFICAÇÃO**

Na página 15616, republica-se na íntegra o texto completo do Ofício nº S/18, de 2009 (nº 520/2009, na origem), por omissão gráfica de texto.

**(\*) OFÍCIO**  
**Nº S/18, DE 2009**  
**(nº 520/2009, na origem)**

Brasília, 28 de abril de 2009

Senhor Presidente,

Em atenção ao disposto nos incisos I e III do artigo 130-A, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência os nomes dos membros do Ministério Público da União, escolhidos pelos respectivos ramos (MPF, MPT, MPM e MPDFT) e dos Ministérios Públicos nos Estados, para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público. Os indicados são, respectivamente:

a) Pelo Ministério Público Federal: Nicolao-Dino-de-Castro-e-Costa-Neto, Procurador Regional da República;

b) Pelo Ministério Público do Trabalho: Sandra Lia Simón, Procuradora Regional do Trabalho;

c) Pelo Ministério Público Militar: Maria Ester Henriques Tavares, Procuradora da Justiça Militar;

d) Pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios: Diarlas Costa Ribeiro, Promotor de Justiça.

e) Pelos Ministérios Públicos dos Estados: Cláudio Barros Silva, Procurador de Justiça; Achiles de Jesus Siquara Filho, Procurador de Justiça; e Sandro José Neis, Promotor de Justiça.

Outrossim, encaminho a Vossa Excelência os *Curricula Vitae* dos indicados juntamente com os documentos exigidos pela Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal.

Atenciosamente,

  
ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA  
PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA

Excelentíssimo Senhor  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal  
Brasília - DF

(\*) Republicado para anexar documentação encaminhada pelo indicado.



## Nicolau Dino de Castro e Costa Neto

possui graduação em DIREITO pela Universidade Federal do Maranhão (1995). Atualmente é professor Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília lecionando as disciplinas Direito Ambiental e Administrativo o procurador regional da República na 1ª região - Ministério Público Federal. Tem experiência na área de Direito, com ênfase na Tutela de Direitos Difusos e Coletivos.

(Texto informado pelo autor)

Última atualização em 20/04/2009

Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/68757143436551906>

### Dados Pessoais

**Nome** Nicolau Dino de Castro e Costa Neto

**Filiação** Sálvio Jesus de Castro e Costa e Rita Maria Santos de Castro e Costa

**Nascimento** 25/08/1963 - SÃO LUIS/MA - Brasil

**Carteira de Identidade** 243683 SSP - MA - 20/05/1995


**CPF** 21601267304

**Endereço residencial** SOSW 300 BL L APT. 302  
SUDOESTE - Brasília  
70673-044, DF - Brasil  
Telefone: 61 33174761

**Endereço profissional** Ministério Público Federal, PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA 1ª REGIÃO  
SAS QD 05, BLOCO  
ASA SUL - Brasília  
70070-911, DF - Brasil  
Telefone: 61 33174761

**Endereço eletrônico**  
e-mail para contato : ndino@uol.com.br  
e-mail alternativo : nicolaodino@pr1.mpf.gov.br

### Formação Acadêmica/Titulação

**2000 - 2002** Mestrado em Direito.  
Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, Brasil  
Título: Desafios da proteção jurídica do patrimônio florestal brasileiro, Ano de obtenção: 2002  
Orientador: Andreas Joachim Krell 

**1986 - 1987** Especialização em Especialização em Semiologia Política.  
Universidade Federal do Maranhão, UFMA, São Luis, Brasil  
Título: Direitos Humanos

**1990 - 1995** Graduação em DIREITO.  
Universidade Federal do Maranhão, UFMA, São Luis, Brasil  
Título: NÃO HÁ  
Orientador: NÃO HÁ

### Atuação profissional

#### 1. Ministério Público Federal - MPF

#### Vínculo Institucional

**2003 - Atual** Vínculo: agente público , Enquadramento funcional: Procurador Regional da República/1ª Região, Regime: Dedicção Exclusiva

**2003 - 2003** Vínculo: agente público , Enquadramento funcional: Procurador Regional da República/3ª Região, Regime: Dedicção Exclusiva

**1991 - 2003** Vínculo: agente público , Enquadramento funcional: Procurador da República, Regime: Dedicção Exclusiva

**2. Universidade de Brasília - UNB****Vínculo Institucional**

**2004 - Atual** Vínculo: Professor , Enquadramento funcional: Professor, Regime: Parcial

**3. Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP****Vínculo Institucional**

**2007 - Atual** Vínculo: Membro , Enquadramento funcional: Conselheiro, Regime: Dedicção Exclusiva

**4. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 16ª REGIÃO - TRT 16ª****Vínculo Institucional**

**1990 - 1991** Vínculo: agente público , Enquadramento funcional: JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO, Regime: Dedicção Exclusiva

**5. Universidade Federal do Maranhão - UFMA****Vínculo Institucional**

**1987 - 2004** Vínculo: PROFESSOR , Enquadramento funcional: PROFESSOR , Carga horária: 20, Regime: Parcial

**Áreas de atuação****1. Direito Público****Produção em C, T&A****Produção bibliográfica****Artigos completos publicados em periódicos**

1. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
A proteção do patrimônio cultural em face da omissão do Poder Público. *Revista de Direito Ambiental* , v.51, p.185 - 192, 2008.
2. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
A proteção do patrimônio cultural em face da omissão do Poder Público. *Lusiada: Direito e Ambiente* , v.1, p.215 - 220, 2008
3. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
"Corrupção ameaça democracia e crescimento econômico". *Consultar Jurídico* (São Paulo - Online) , v.1, p.497131 - , 2006.
4. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
"Prescrição retroativa e impunidade". *Revista ANPR On Line* , v.4, p.03 - , 2006.
5. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
Direito e Neoliberalismo. *Revista de Informação Legislativa* , v.160, p.191 - 221, 2003.
6. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
Observações sobre os crimes contra a administração ambiental. *Revista de Direito Ambiental* , v.29, p.59 - 71, 2003
7. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
O Princípio Constitucional da Justa Indentização na Desapropriação para fins de Reforma Agrária. *Dilema Científico da Escola Superior do Ministério Público da União* - v.2, p.91 - 108, 2002.
8. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
Da moralidade administrativa à improbidade administrativa. *Revista de Direitos Difusos* - v.10, p.1339 - 1353, 2001
9. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
Aspectos da interpretação jurídica - abordagem preliminar sobre um novo pensar concretizador do direito posto. *Lusiada: Revista de Ciência e Cultura* , v.1, p.333 - 373, 2000.
10. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
Improbidade Administrativa. *Lusiada: Revista de Ciência e Cultura* , v.1, p.253 - 332, 2000.
11. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
Competência para processar e julgar prolatos - um copo renovador na jurisprudência. *Revista do Tribunal Regional Federal 1. Região* , v.8, p.5 - 6, 1997

**Livros publicados**

1. - DINO C. COSTA NETO, Nicolao, Dino, Flavio de Castro e Costa, MELO FILHO, K. C., Andrade Barbosa, Leonardo A.

"Reforma do Judiciário - Comentários à Emenda nº 45/2004". NITERÓI: IMPETUS, 2005, v.1.

2. ☆ DINO C. COSTA NETO, Nicolau  
"Proteção Jurídica do Meio Ambiente". BELO HORIZONTE: DEL REY, 2000, v.1, p. 490.
3. ☆ DINO C. COSTA NETO, Nicolau, Filho, Ney Brillo, Dino, Flávio de Castro e Costa.  
Crimes e Infrações Administrativas Ambientais - Comentários à Lei nº 9.605/98. BRASÍLIA: Editora Brasília Jurídica, 2000, v.1.

#### Capítulos de livros publicados

1. DINO C. COSTA NETO, Nicolau  
Tutela do meio ambiente: aspectos processuais penais in: Política Nacional do Meio Ambiente: 25 anos da Lei n. 6.938/81, I ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2006, v.1, p. 431-450.
2. DINO C. COSTA NETO, Nicolau  
Reflexões sobre a Proteção Jurídica da Floresta Amazônica In: Desafios do Direito Ambiental no Século XXI - estudos em homenagem a PAULO AFFONSO LEME MACHADO, I ed.São Paulo: Alpheios, 2005, v.1, p. 650-659.
3. DINO C. COSTA NETO, Nicolau  
Aspectos da tutela preventiva do Meio Ambiente: a avaliação de impacto ambiental e o licenciamento ambiental in: Direito Ambiental Contemporâneo ed.São Paulo: Manole Ltda., 2004, v.1, p. 177-203.
4. ☆ DINO C. COSTA NETO, Nicolau  
Observações sobre os crimes contra a administração ambiental in: Direito Ambiental: na visão da Magistratura e do Ministério Público, I ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2003, v.1, p. 559-577.
5. DINO C. COSTA NETO, Nicolau  
Improbidade Administrativa: aspectos materiais e processuais in: Dez anos da Lei de Improbidade Administrativa, I ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2002, v.1, p. 335-392.

#### Livros organizados

1. DINO C. COSTA NETO, Nicolau  
Dez anos da Lei de Improbidade Administrativa. Belo Horizonte: Del Rey, 2002, v.1.

#### Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)

1. DINO C. COSTA NETO, Nicolau  
Reflexões sobre a Proteção Jurídica da Floresta Amazônica Brasileira In: I Jornada Luso Brasileira do Direito do Ambiente - Universidade Lusitana do Porto, 2001, Porto.  
Actas da I Jornadas Luso-Brasileiras de Direito do Ambiente. Instituto do Ambiente, 2001, v.1, p.200 - 245

#### Artigos em jornal de notícias

1. DINO C. COSTA NETO, Nicolau  
"Entre Mitos e a Realidade". O Estado de São Paulo, São Paulo, 2007.
2. DINO C. COSTA NETO, Nicolau  
Prescrição retroativa: característica brasileira. Jornal Valor Econômico, São Paulo, 2007.
3. DINO C. COSTA NETO, Nicolau  
"Os desafios da Democracia". Jornal ANPR, Brasília, 2006.
4. DINO C. COSTA NETO, Nicolau  
"Proteção do patrimônio cultural e omissão do Estado". Jornal C&D - Constituição e Democracia - Faculdade de Direito /UNB, Brasília, 2006.
5. DINO C. COSTA NETO, Nicolau  
"Foro Privilegiado: a novela e o noveto". Folha de São Paulo, São Paulo, 2005.
6. DINO C. COSTA NETO, Nicolau  
"O controle externo do controle externo". Correio Brasileiro, Brasília, 2005.

#### Artigos em revistas (Magazine)

1. DINO C. COSTA NETO, Nicolau  
Sobre a PF, o MP e o Supremo.. Revista Carta Capital, Brasil, 2008.
2. DINO C. COSTA NETO, Nicolau  
"Ponto de chegada e de partida" Revista ANPR, Brasília, 2007.
3. DINO C. COSTA NETO, Nicolau  
"Prescrição retroativa e impunidade". Revista ANPR, Brasília, 2007.
4. DINO C. COSTA NETO, Nicolau  
Acima do bem e do mal. Revista ANPR On line, Brasília, 2006.
5. DINO C. COSTA NETO, Nicolau  
"Corrupção ameaça democracia e crescimento econômico". Revista Consultor Jurídico, www.consultorjuridico.com.br, 2006.
6. DINO C. COSTA NETO, Nicolau  
(In)Segurança e crime organizado. Consulex - Informativo Jurídico, 2006.
7. DINO C. COSTA NETO, Nicolau  
O desafio de vencer a corrupção. Revista ANPR On line, Brasília, 2006.
8. DINO C. COSTA NETO, Nicolau  
Revisão constitucional é "morte severina". Jornal da ANPR - Associação Nacional dos Procuradores da República, Brasília, 2006.
9. DINO C. COSTA NETO, Nicolau

Será o fim da improbidade?. Revista da ANPR - Associação Nacional dos Procuradores da República. Brasília, p.3 - 3, 2005.

10. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
"A federalização de crimes contra direitos humanos". In Revista Jurídica Del Rio. 2005.
11. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
Algumas reflexões sobre o combate ao trabalho escravo. Revista da ANPR - Associação Nacional dos Procuradores da República. Brasília, p.3 - 4, 2005.
12. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
O Iólon do Iamarany. Revista da ANPR - Associação Nacional dos Procuradores da República. Brasília, 2004.
13. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
Aspectos da extinção da punibilidade pelo pagamento da contribuição previdenciária. Revista da Procuradoria Geral do INSS. Brasília, 1996.

#### Demais produções bibliográficas

1. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
Improbidade Administrativa. Jurídico. São Luís: Estação Produções, 2001. (Outra produção bibliográfica)

#### Produção Técnica

#### Demais produções técnicas

1. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Sustentável e Direito Ambiental, 2006. (Especialização, Curso de curta duração ministrado)
2. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
Especialização em Direito Constitucional Aplicado, 2005. (Especialização, Curso de curta duração ministrado)
3. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
Curso de Direito Constitucional e Administrativo, 2003. (Especialização, Curso de curta duração ministrado)
4. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
Curso de Especialização em Perícia Ambiental, 2003. (Especialização, Curso de curta duração ministrado)
5. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
Curso de Pós-Graduação Lato Sensu - Direito Constitucional, 2002. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
6. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
Curso de Pós-Graduação Lato Sensu - Executive MBA - Direito Processual Civil, 2002. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
7. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
Organização Administrativa e Constitucional do Estado brasileiro, 2002. (Especialização, Curso de curta duração ministrado)
8. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
Curso de Direito Processual Civil, 1993. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)
9. DINO C. COSTA NETO, Nicolao  
Curso de Iniciação Funcional para novos Magistrados, 1993. (Outro, Curso de curta duração ministrado)

#### Orientações e Supervisões

#### Orientações e Supervisões concluídas

#### Monografias de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Joelci Araújo Diniz, "Crimes Eleitorais praticados por políticos: uma análise da corrupção eleitoral e da atual crise política brasileira". 2006. Monografia (Direito Constitucional e Eleitoral) - Universidade de Brasília
2. Wagner Martins de Moraes, responsabilidade jurídica em sanções pecuniárias do Tribunal de Contas da União. 2006. Monografia (DIREITO) - Universidade de Brasília
3. Livia nascimento Tinoco, Ação Civil de Reparação do Dano Ambiental e sua Prescrição: Uma análise sobre a Egição do Pacto Constitucional Transgeracional. 2005. Monografia (DIREITO) - Universidade de Brasília
4. Luiz Eduardo Marcos, Responsabilidade Penal das Pessoas Jurídicas de Direito público por Condutas Lesivas ao Meio Ambiente. 2005. Monografia (DIREITO) - Universidade de Brasília
5. Jaqueline de Kássia Ribeiro de Paiva, Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental. 2005. Monografia (Direito Ambiental) - Universidade de Brasília
6. Maria Lúcia Soares Viana, Uma Análise Crítica da participação da População Impactada e da Atuação do Ministério Público no Processo de Implantação de uma Usina Hidrelétrica. 2005. Monografia (DIREITO) - Universidade de Brasília

#### Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. Filipe Nicholas Moreira Cavalcante de Oliveira, A Admissão da responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica e Questões Relativas à Lei nº 9.609/98. 2007. Curso (Direito) - Universidade de Brasília
2. Caius Julius Oliveira Munhoz, Indenização Punitiva: Aplicabilidade em Aplicabilidade em Ação Civil Pública na Tutela de Interesses Transindividuais. 2007. Curso (Direito) - Universidade de Brasília
3. Thiago de Olive Gonçalves, Eficácia Jurídica do Plano Nacional de Educação. 2006. Curso (Direito) - Universidade de Brasília
4. Thiago de Oliveira Gonçalves, "Eficácia Jurídica do Plano Nacional de Educação: o padrão mínimo de qualidade do ensino fundamental". 2006. Curso (Direito) - Universidade de Brasília

5. Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira. O Tombamento como Instrumento de Efetivação do Direito ao Meio-Ambiente Cultural: sobre a Necessidade da Garantia da Participação Popular. 2006. Curso (Direito) - Universidade de Brasília
6. Munio Oliveira Abdo. Princípio de Insignificância em Direito Penal Ambiental. 2006. Curso (Direito) - Universidade de Brasília

#### Eventos

##### Participação em eventos

1. Apresentação Oral no(a) XIV Semana Jurídica da UNB, 2008. (Outra)  
Amazônia e o Desafio do Desenvolvimento Sustentável.
2. Apresentação (Outras Formas) no(a) XIV Semana Jurídica da UNB - Direito e Desenvolvimento, 2008. (Outra)  
Amazônia e o Desafio do Desenvolvimento Sustentável
3. Apresentação Oral no(a) 1º Encontro Goiano de Meio Ambiente, Magistratura e Ministério Público - Uma Visão Conjunta para a Comunidade, 2008. (Encontro)  
"Crimes Ambientais - Proposta de Ação penal contr Pessoa Jurídica".
4. Apresentação (Outras Formas) no(a) IV Seminário Nacional de Juizes, Promotores e Advogados Eleitorais, 2008. (Seminário)  
Fidelidade Partidária e Corrupção Eleitoral.
5. Apresentação (Outras Formas) no(a) Seminário de Direito Ambiental - ano IX, 2008. (Seminário)  
Meio ambiente, políticas públicas e ações civis públicas: papel e limites do judiciário
6. Apresentação Oral no(a) III Reunião da Corregedoria Nacional com os Corregedores-Gerais de MPU e MPE, 2008. (Outra)  
O Planejamento Estratégico do Ministério Público pelo CNMP.
7. Apresentação Oral no(a) II reunião da Corregedoria nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, 2008. (Congresso)  
O Planejamento Estratégico do Ministério Público pelo CNMP.
8. Apresentação Oral no(a) IV Jornada Jurídica UNDB - Jornada Luso-Brasileira de Direito do Ambiente, 2007. (Outra)  
Relações entre o Direito Penal Ambiental e o Direito Administrativo.
9. Apresentação (Outras Formas) no(a) Audiência Pública no Senado Federal - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, 2007. (Outra)  
Violência Pública com desdobramento na área dos Direitos Humanos.
10. Conferência no(a) II Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, 2007. (Congresso)  
"19 anos da Constituição Federal: compromisso e perspectiva para o futuro".
11. Conferência no(a) II Congresso Nacional e I Internacional de Direito Administrativo, Eleitoral e Previdenciário Público, 2006. (Congresso)  
A Responsabilidade Administrativa como pressuposto da responsabilidade Eleitoral e Previdenciária.
12. Apresentação Oral no(a) 10º Congresso Internacional de Direito Ambiental: Direitos Humanos e Meio Ambiente e 11º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental: Biodiversidade e Direito os Discursos Ecológicos: reflexos na Biodiversidade, 2006. (Congresso)  
APP e o conceito de unidade pública e interesse social.
13. Apresentação (Outras Formas) no(a) Mesa Científica "Cooperação Internacional: Troca de experiências e perspectivas de atuação para o Ministério Público Federal", 2006. (Outra)  
"Cooperação Internacional: Troca de experiências e perspectivas de atuação para o Ministério Público Federal".
14. Apresentação Oral no(a) Seminário "Cooperação Jurídica Internacional - Instrumentos, temas e perspectivas", 2006. (Congresso)  
Papel e atribuições do Ministério Público da União.
15. Apresentação Oral no(a) "Cooperação Jurídica Internacional - Instrumentos, temas e perspectivas, 2006. (Seminário)  
Papel e atribuições do Ministério Público do Brasil.
16. Apresentação (Outras Formas) no(a) Seminário Avançado: Curso de atualização em Direito Sanitário e Centro de Estudos FIOCRUZ - Brasília, 2006. (Seminário)  
Tutela Constitucional e Penal do Meio Ambiente.
17. Apresentação (Outras Formas) no(a) Seminário Avançado: Curso de atualização em Direito Sanitário e Centro de Estudos FIOCRUZ - Brasília, 2006. (Seminário)  
Tutela Constitucional e Penal do Meio Ambiente.
18. Apresentação Oral no(a) IV Seminário Internacional de Direito Ambiental, 2005. (Seminário)  
A Evolução Reacionária da Medida Provisória nº 2.166/2001.
19. Apresentação (Outras Formas) no(a) Seminário Interamericano sobre o Pluralismo e Povos Indígenas, 2005. (Seminário)  
A Justiça Indígena na Bolívia.
20. Apresentação Oral no(a) Seminário "Porte de Arma - Alterações do Estatuto do Desarmamento e de Legislação Própria", 2005. (Seminário)  
Alterações do Estatuto do Desarmamento e de Legislação Própria".
21. Apresentação Oral no(a) Seminário: "Constituição e Crise Política, 2005. (Seminário)  
As dificuldades práticas na aplicação da Lei de Improbidade Administrativa.
22. Apresentação Oral no(a) Seminário: "As Reforma de 2005 - O Processo Penal Brasileiro". 2005. (Seminário)  
"As Reforma de 2005 - O Processo Penal Brasileiro".
23. Apresentação de Poster / Painel no(a) 5º Congresso Brasileiro de Administração da Justiça, 2005. (Congresso)  
O Ior privilegiado no Brasil - Vantagens e Desvantagens.
24. Apresentação (Outras Formas) no(a) II Seminário BUVESPA e Ministério Público Federal, 2005. (Seminário)  
O Mercado de Títulos e Valores Mobiliários e Bolsas de Valores.
25. Apresentação Oral no(a) III Congresso Nacional dos Delegados de Polícia Federal, 2005. (Congresso)  
O Poder Investigatório do Ministério Público.



26. Apresentação Oral no(a) IV Congresso Brasileiro de Direito Constitucional Aplicado, 2005. (Congresso)  
Os Reflexos da Reforma no Ministério Público.
27. Apresentação Oral no(a) IV Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, 2004. (Congresso)  
A competência nos Crimes Ambientais.
28. Apresentação Oral no(a) III Congresso Brasileiro de Direito Constitucional Aplicado, 2004. (Congresso)  
A concretização dos Direitos Fundamentais: ainda um desafio para o século XXI.
29. Apresentação Oral no(a) III Seminário Internacional de Direito Ambiental, 2004. (Seminário)  
A efetividade da tutela penal ambiental: vicissitudes.
30. Apresentação Oral no(a) III Seminário Internacional de Direito Ambiental, promovido pela Escola Superior do MPU e pelo Centre International de Droit Compare de L'Environnement da Universidade de Limoges- França, 2004. (Seminário)  
A efetividade da tutela penal ambiental: vicissitudes.
31. Conferencista no(a) 8º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental, 2004. (Congresso)  
Desenvolvimento sustentável e licenciamento no Brasil: Avaliação, críticas e Perspectivas.
32. Conferencista no(a) 8º Congresso Internacional de Direito Ambiental, 2004. (Congresso)  
Desenvolvimento sustentável e licenciamento no Brasil: Avaliação, críticas e perspectivas.
33. Apresentação Oral no(a) II Seminário de Perícias de Crimes Ambientais, 2004. (Seminário)  
Direito Ambiental.
34. Apresentação de Poster / Painel no(a) Seminário, 2004. (Seminário)  
Direito de Crítica e a Liberdade de Expressão.
35. Conferencista no(a) I Congresso Acadêmico de Direito Penal - "A ciência, a tecnologia e o crime", 2004. (Congresso)  
Direito Penal em defesa do Meio Ambiente.
36. Apresentação (Outras Formas) no(a)X Congresso Nacional dos Policiais Federais - CONAPEF, 2004. (Congresso)  
Investigação Criminal: a atuação do Ministério Público e da Polícia Judiciária.
37. Conferencista no(a) II Congresso Nacional da Magistratura e do Ministério Público para o Meio Ambiente, 2004. (Congresso)  
"O desafio das Câmaras, Procuradorias, Varas e Promotorias especializadas".
38. Apresentação Oral no(a) Congresso Mercosul de Direito Ambiental, 2004. (Congresso)  
Tutela Penal do Meio Ambiente.
39. Apresentação Oral no(a) Fórum Nacional sobre Legislação Ambiental, 2003. (Outra)  
"Degradação do Meio Ambiente".
40. Apresentação Oral no(a) 3º Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, 2003. (Congresso)  
"Lesividade Ambiental e o Direito Penal".
41. Apresentação Oral no(a) 3ª Mesa Científica Núcleo Regional da Escola Superior do MPU, 2003. (Outra)  
"Prescrição e impunidade nos crimes de maior potencial ofensivo".
42. Apresentação Oral no(a) III Fórum Jurídico - ANFIP - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social - ANFIP, 2003. (Outra)  
"Reforma da Previdência Social".
43. Apresentação Oral no(a) Seminário sobre a Reforma do Judiciário - Conselho da Justiça Federal, 2003. (Seminário)  
"Reforma do Judiciário".
44. Apresentação Oral no(a) Encontro Regional dos Estudantes de Direito - ERED "Abertura Democrática e Visão Social: 15 anos da Constituição", 2003. (Encontro)  
"Responsabilidade no Direito Ambiental".
45. Apresentação de Poster / Painel no(a) V Encontro Nacional da Execução Penal, 2003. (Encontro)  
"Tratamento Penal e Criminalidade".
46. Apresentação de Poster / Painel no(a) 1º Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural, 2003. (Encontro)  
"Tutela Penal do Patrimônio Cultural".
47. Apresentação Oral no(a) I Encontro do Meio Ambiente da Magistratura e do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 2002. (Encontro)  
"Crimes Contra a Administração Ambiental".
48. Apresentação Oral no(a) Encontro Internacional de Ciências Criminais - Fundação Escola do Ministério Público e Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM, 2002. (Encontro)  
"Crimes contra o Meio Ambiente".
49. Apresentação Oral no(a) III Semana Acadêmica de Direito Ambiental, 2002. (Outra)  
"O Direito Ambiental, a Garfífica e a preservação dos Manguezais".
50. Apresentação Oral no(a) 7º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental, Instituto "o Direito por um Planeta Verde" e Ministério Público do estado de São Paulo", 2002. (Congresso)  
"Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica de Direito Público".
51. Conferencista no(a) Congresso Uniceuma da Direito, 2001. (Congresso)  
"Ação de Improbidade Administrativa".
52. Apresentação (Outras Formas) no(a) Semana de Debates Comemorativa dos 33 anos da Justiça Federal, 2001. (Outra)  
Imprensa X Judiciário: uma relação conflituosa?.
53. Apresentação Oral no(a) Ciclo de Palestras em homenagem ao dia do Defensor Público, 2001. (Outra)  
"Improbidade Administrativa".
54. Apresentação Oral no(a) 5º Congresso Internacional de Direito Ambiental, 2001. (Congresso)  
O futuro do controle e da poluição e da implementação ambiental.

55. Apresentação Oral no(a) 6º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental - Instituto "O Direito por um Planeta Verde" e o Ministério Público do estado de São Paulo, 2001. (Congresso)  
"Poluição e Responsabilidade Penal".
56. Apresentação Oral no(a) I Jornada Luso-Brasileira de Direito do Ambiente - Universidade Lusitana do Porto, 2001. (Outra)  
Reflexões sobre a proteção jurídica da Floresta Amazônica Brasileira.
57. Conferencista no(a) II Semana Acadêmica de Direito Ambiental, 2001. (Encontro)  
"Sistema Nacional das Unidades de Conservação, Administração Pública e a Fúria da Floresta".
58. Apresentação Oral no(a) Seminário "Crimes contra a Ordem tributária", 2000. (Seminário)  
"A formulação da denúncia e o problema da prescrição nos crimes contra a ordem tributária".
59. Apresentação Oral no(a) 4º Congresso Internacional de Direito Ambiental, 2000. (Congresso)  
Código Florestal e Agropecuários.
60. Apresentação Oral no(a) I Encontro de Direito Ambiental da magistratura Federal e do Ministério Público federal, 2000. (Encontro)  
"Crimes Contra o Meio Ambiente".
61. Apresentação Oral no(a) Fórum Municipal do Meio Ambiente - Agenda 21, 2000. (Outra)  
"Ordenamento Jurídico e o Centro Histórico".
62. Apresentação Oral no(a) Seminário de Direito Eleitoral - ESMPMA, 2000. (Seminário)  
"Recursos Eleitorais".
63. Apresentação de Poster / Painel no(a) Seminário "Centro de lançamento de Alcântara: Deslocamento Compulsório e Terra de Preto", 1999. (Seminário)  
Deslocamento Compulsório de Trabalhadores Rurais: O caso do centro de lançamento de Alcântara.
64. Apresentação Oral no(a) Seminário "A Crise do Estado Brasileiro eo Estado Democrático de Direito, 1999. (Seminário)  
Direitos Fundamentais: desafio de Estado contemporâneo.
65. Apresentação (Outras Formas) no(a) 3º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental, 1998. (Congresso)  
"Competência criminal em matéria ambiental".
66. Apresentação (Outras Formas) no(a) Curso de atualização em Direito Eleitoral (ESMPMA), 1998. (Outra)  
"Crimes Eleitorais e Recursos Eleitorais".
67. Apresentação Oral no(a) II Campanha "Idoso Cidadão" - SOLECIT, 1998. (Outra)  
"Idoso Cidadão de Direitos".
68. Conferencista no(a) 1º Fórum Goiano de Direito Ambiental e 2º Seminário Cidadania e Direito Ambiental, 1998. (Outra)  
"Tipos Penais - Crimes contra a fauna e contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural".
69. Apresentação Oral no(a) I Seminário de Direito do trabalho e Processo Civil e do Trabalho do Estado do Maranhão, 1998. (Seminário)  
"Trabalho Antecipatório".
70. Apresentação (Outras Formas) no(a) VII Seminário Nacional de Direito Agrário, 1997. (Seminário)  
"A Medida Provisória nº 1.577/97 e a justa indenização".
71. Apresentação Oral no(a) Seminário de Direito Ambiental Mercosul - União Europeia e 1º Congresso de Direito Ambiental da Magistratura e do Ministério Público, 1997. (Congresso)  
"Ação Civil Pública Ambiental".
72. Apresentação de Poster / Painel no(a) I Encontro de Direito, 1997. (Encontro)  
"Acessibilidade Judicial da Convalidação das Medidas Provisórias".
73. Apresentação Oral no(a) VIII Congresso Estadual dos Advogados do Maranhão, 1997. (Congresso)  
"Instrumentos viabilizadores da efetividade do processo".
74. Apresentação Oral no(a) Seminário de Direito Administrativo - Secretaria de Administração do Estado do Maranhão, 1996. (Seminário)  
"O Processo Administrativo e as garantias do Contraditório e da Ampla Defesa".
75. Apresentação Oral no(a) 47ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, 1995. (Outra)  
Preservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano.
76. Apresentação (Outras Formas) no(a) Seminário sobre crime de Sonegação Fiscal, 1994. (Seminário)  
Crime de Sonegação Fiscal.
77. Apresentação Oral no(a) Plano de Capacitação de recursos Humanos da Justiça Federal - Seção Judiciária do Maranhão, 1994. (Outra)  
O Poder Judiciário e sua função social - os problemas emergentes.
78. Apresentação Oral no(a) III Seminário de Direito Eleitoral, 1994. (Seminário)  
Recursos Eleitorais.
79. Apresentação (Outras Formas) no(a) Seminário - Direito da Criança e do Adolescente, 1990. (Seminário)  
Direito da Criança e do Adolescente.

#### Bancas

#### Participação em banca de trabalhos de conclusão

#### Graduação

1. DINO C. COSTA NETO, Nicolas  
Participação em banca de José Afonso de Carvalho Ferreira. A Prescrição Penal antes de Transitar em julgado, 1989  
(DIREITO) Universidade Federal do Maranhão
2. DINO C. COSTA NETO, Nicolas  
Participação em banca de Celso Sampaio Gomes. Análise Crítica sobre a Existência do Estado, 1989  
(DIREITO) Universidade Federal do Maranhão

3. **DINO C. COSTA NETO, Nicolao**  
Participação em banca de Marcelo José Amado Libano. *Da Rixa*, 1989  
(DIREITO) Universidade Federal do Maranhão
4. **DINO C. COSTA NETO, Nicolao**  
Participação em banca de Tercisio de Jesus Fonseca. *Importância do Instituto Constitucional Mandado de Segurança*, 1989  
(DIREITO) Universidade Federal do Maranhão
5. **DINO C. COSTA NETO, Nicolao**  
Participação em banca de Rita de Cássia Dias Graça. *Prisão em Flagrante*, 1989  
(DIREITO) Universidade Federal do Maranhão

#### Participação em banca de comissões julgadoras

##### Concurso público

1. **Membro Titular da II Etapa - Concurso Juiz do Trabalho Substituto**, 1994  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 16ª REGIAO

##### Outra

1. **Examinador da Prova Prática OAB**, 1996  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

#### Totais de produção

##### Produção bibliográfica

Artigos completos publicado em periódico	11
Livros publicados	2
Livros publicados	1
Capítulos de livros publicados	5
Livros organizados ou edições	1
Jornais de Notícias	6
Revistas (Magazines)	13
Trabalhos publicados em anais de eventos	1
Demais produções bibliográficas	1

##### Produção Técnica

Curso de curta duração ministrado (aperfeiçoamento)	1
Curso de curta duração ministrado (especialização)	5
Curso de curta duração ministrado (outro)	3

##### Orientações

Orientação concluída (monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização)	6
Orientação concluída (trabalho de conclusão de curso de graduação)	6

##### Eventos

Participações em eventos (congresso)	25
Participações em eventos (seminário)	26
Participações em eventos (encontro)	3
Participações em eventos (outra)	19
Participação em banca de trabalhos de conclusão (graduação)	5
Participação em banca de comissões julgadoras (concurso público)	1
Participação em banca de comissões julgadoras (outra)	1

## DECLARAÇÃO

Declaro para os fins de direito:

1. que não sou cônjuge, companheiro, parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de qualquer membro ou servidor do Ministério Público da União;
2. que não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, tampouco cônjuge ou companheiro de membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. Outrossim, declaro que sou parente em linha colateral (irmão) do Deputado Federal Flávio Dino de Castro e Costa;
3. que nunca sofri qualquer sanção de natureza criminal ou de natureza administrativo-disciplinar. Declaro, outrossim, a existência de procedimento preliminar autuado na Corregedoria Geral do Ministério Público Federal em razão de representação formalizada pelo Procurador Regional da República Manoel do Socorro Tavares Pastana;
4. que renuncio ao direito de concorrer à promoção por merecimento ou a integrar lista para ingresso em qualquer Tribunal, durante o mandato de membro do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como até 2 (dois) anos após o seu término.

Brasília, 27 de abril de 2009

  
NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO  
PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA 1ª REGIÃO

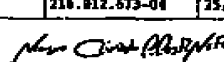
C/C

NASCIMENTO	25-08-63	INSCRIÇÃO NO CPF	216 012 673
CONTRIBUINTE			
NICOLAU DINIZ DE CASTRO E COSTA			
NETO			

  
 REPRESENTANTE DA FAMILIA

CAPTURA DE IDENTIDADE ESPECIAL

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**


Nome		NICOLAU DINIZ DE CASTRO E COSTA NETO	
Cargo		PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA	
Filiação		DANILLO JESUS DE CASTRO E COSTA RITA MARIA SANTOS DE CASTRO E COSTA	
Naturalidade	SÃO PAULO/SP	Nacionalidade	BRASILEIRA
RG/Órgão Expedidor	243843/SP-04	CPF	216.012.673-04
Assinatura	 25/08/1963		

(FOLHA DE IDENTIDADE ESPECIAL NACIONAL)

Matrícula Nº	Expedida em	G. Sangüino/C. RJ
115	28/07/2005	

É assegurado ao portador ingresso e trânsito livre, em razão de serviço, em qualquer recinto público ou privado, respeitada a prioridade constitucional da inviolabilidade de domicílio, a prioridade em qualquer serviço de transporte ou comunicação, público ou privado, no território nacional, quando em serviço de caráter urgente; porte de arma, independentemente de autorização; ser preso ou delicto somente por ordem escrita do tribunal competente ou em razão de flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade terá a imediata comunicação àquele tribunal e ao Procurador-Geral, sob pena de responsabilidade ser verificado à prisão especial ou à sala especial de Polícia Militar, com direito a prioridade e à disposição do tribunal competente para o julgamento, quando sujeito a prisão antes da decisão final; e a dependência separada no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena; não ser incluído em inquérito policial, observado o disposto no parágrafo único do art. 18 da LC nº 75/93.

Procurador-Geral da República



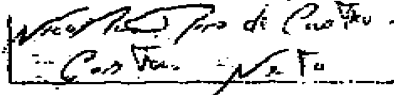
MINISTÉRIO DA FAZENDA  
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
 COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

  
 Nicolau Diniz de Castro e Costa

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)



## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, a teor do que dispõe o Ato nº 01/2007-CCJ:

- a) que não possuo parentes que exerçam ou exerceram atividades vinculadas à minha atividade profissional de membro do Ministério Público Federal;
- b) que não participo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais;
- c) que não respondo a ações judiciais, cíveis ou criminais; entretanto, declaro que sou autor de ação ordinária contra a Universidade Federal do Maranhão, ora em trâmite na Justiça Federal (Processo nº 2007.37.00.001635-8, JF/MA), em que postulo a retificação do valor de incorporação de vantagem pessoal nominalmente identificada na remuneração correspondente ao cargo de professor universitário, com o pagamento de diferenças salariais, a qual se encontra em curso, tendo sido apresentada réplica à contestação;
- d) que me encontro em situação de regularidade fiscal na Receita Federal e na Receita do Distrito Federal, conforme certidões em anexo;
- e) que, na qualidade de Procurador Regional da República da 1ª Região, exerço minhas atribuições funcionais perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região; declaro, outrossim, que, de maio de 2003 a maio de 2007, permaneci legalmente afastado do exercício das funções para exercer o mandato de Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República;
- f) que considero possuir experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, em razão de ser membro do Ministério Público Federal há aproximadamente dezoito anos, tendo exercido, nesse período, inúmeras funções na Instituição (cf. currículo resumido) e, também, por encontrar-me atualmente exercendo a função de membro do CNMP, com indicação de recondução por mais um biênio, ora submetida ao crivo do Senado Federal.

Brasília, 11 de maio de 2009

  
NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO

**CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - NEGATIVA**

CERTIDÃO Nº : 141-00.500.304/2009  
NOME : NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO  
ENDEREÇO : SQS 104 BL I APT 602  
CIDADE : ASA SUL  
CPF : 216.012.673-04  
CNPJ :  
CF/DF :  
FINALIDADE : VERIFICACAO DE DEBITOS

**CERTIFICAMOS QUE**

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.

Esta certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.

Fica ressaltado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade e de direitos relativo a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

*Certidão expedida conforme Decreto Distrital n° 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.*

Válida até 06 de Agosto de 2009.

Brasília, 08 de Maio de 2009.

Certidão emitida via internet às 17:18:51 e deve ser validada no endereço [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br)

**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO**  
**CPF: 216.012.673-04**

Reservado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.  
Emitida às 16:34:28 do dia 08/05/2009 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 04/11/2009.  
Código de controle da certidão: CFA0.0AE1.65EE.B006

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**PÓDER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

**Certidão de Distribuição**  
**Ações e Execuções**  
**Cíveis, Criminais e JEF (cível e criminal)**

**Nº 308571**

**CERTIFICO**, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

**NICOLAO DINO DE CASTRO E GOSTA NETO**, ou vinculado ao CPF:  
**216.012.673-04,**

**N A D A   C O N S T A** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal.

**Observações:**

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**, com base na Portaria nº 347/04-DIREF
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Distrito Federal ([www.df.trf1.gov.br](http://www.df.trf1.gov.br));
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.

**Brasília - DF, 16h21, 08/05/2009.**

**SENADO FEDERAL****ATA DA 70ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 12 DE MAIO DE 2009**

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 64, de 13 de maio de 2009)

**RETIFICAÇÃO**

Na página 16562,

**Onde se lê:**

c) OBRA CINEMATOGRAFICA OU VIDEOFONOGRÁFICA PUBLICITÁRIA ESTRANGEIRA ADAPTADA PARA EXIBIÇÃO EM CADA SEGMENTO DE

Obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira adaptada com pagamento simultâneo para todos os segmentos de mercado	R\$ 50.000,00
Obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira adaptada para o mercado de serviços de radiodifusão de sons e imagens	R\$ 45.000,00
Obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira adaptada para o mercado de serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura, quando incluída em programação nacional	R\$ 8.000,00
Obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira adaptada para o mercado de vídeo doméstico, em qualquer suporte	R\$ 5.000,00
Obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira adaptada para o mercado de salas de exibição	R\$ 5.000,00
Obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira adaptada para outros segmentos de mercado	R\$ 800,00



**Leia-se:****b) OBRA CINEMATOGRAFICA OU VIDEOFONOGRÁFICA PUBLICITÁRIA ESTRANGEIRA PARA EXIBIÇÃO EM CADA SEGMENTO DE MERCADO**

Obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira com pagamento simultâneo para todos os segmentos de mercado	R\$ 84.000,00
Obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira para o mercado de serviços de radiodifusão de sons e imagens	R\$ 70.000,00
Obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira para o mercado de serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura, quando incluída em programação nacional	R\$ 10.000,00
Obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira para o mercado de vídeo doméstico, em qualquer suporte	R\$ 6.000,00
Obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira para o mercado de salas de exibição	R\$ 6.000,00
Obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira para outros segmentos de mercado	R\$ 1.000,00

## **SENADO FEDERAL**

### **ATA DA 74ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 15 DE MAIO DE 2009**

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 67, de 16 de maio de 2009)

### **RETIFICAÇÕES**

Na página 17569, 1ª coluna, por erro gráfico:

**Onde se lê:**

OF. 12/2009/CAE

**Leia-se:**

Ofício nº 112/2009/CAE

## **SENADO FEDERAL**

### **ATA DA 76ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 19 DE MAIO DE 2009**

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 69**, de 20 de maio de 2009)

### **RETIFICAÇÕES**

Na página 17995, 2ª coluna, por erro gráfico:

**Onde se lê:**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2007  
(SUBSTITUTIVO)**

**Leia-se:**

**Emenda nº 1-CI (Substitutivo)**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2007**

Na página 18030, 2ª coluna, por erro gráfico:

**Onde se lê:**

**PARECERES Nºs 490 DE 491, de 2009**

**Leia-se:**

**PARECERES Nºs 490 E 491, DE 2009**

Na página 18031, 2ª coluna, por erro gráfico:

**Onde se lê:**

**EMENDA Nº - CAS**

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2007:

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção progressiva do imposto de renda da pessoa física incidente sobre os rendimentos de aposentadoria e pensão, para os maiores de sessenta e seis anos.

**EMENDA Nº - CAS**

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2007:

Art. 1º “A Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 6º-A:

**Leia-se:**

**EMENDA Nº 1 - CAS**

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2007:

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção progressiva do imposto de renda da pessoa física incidente sobre os rendimentos de aposentadoria e pensão, para os maiores de sessenta e seis anos.

**EMENDA Nº 2 - CAS**

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2007:

Art. 1º “A Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 6º-A:

Na página 18064, 2ª coluna, por erro gráfico:

Onde se lê:

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.533, DE 2003**

**Denomina Rodovia Federal governador  
Henrique Santillo o trecho da BR-060 –  
Goiânia/Brasília; tendo pareceres.**

Leia-se:

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.533, DE 2003**

**Denomina Rodovia Federal governador  
Henrique Santillo o trecho da BR-060 –  
Goiânia/Brasília.**



**PARECER Nº 16, DE 2009-CN****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 2009-CN****PARECER Nº 16, DE 2009-CN****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 2009-CN****PARECER Nº 16, DE 2009-CN**

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Aviso nº 12, de 2009-CN (nº 397-Seses-TCU, na origem), que encaminha ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 581/2009 proferido nos autos do processo nº TC 007.059/2007-7, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 01/4/2009.

Relator: Deputado Ricardo Barros

**I – RELATÓRIO**

Trata-se do Aviso nº 12 de 2009-CN (nº 397-Seses-TCU/2009, na origem), que encaminha ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 581/2009 proferido nos autos do processo nº TC 007.059/2007-7, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 01/4/2009. Tal deliberação está inserida nos autos TC 007.059/2007-7, que cuidam do levantamento de auditoria realizado nas obras de Implantação do Perímetro de Irrigação Propertins, no Estado de Tocantins.

Consta do citado Acórdão nº 581/2009 – TCU - Plenário:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com base no art. 45 da Lei nº 8.443/92 e no art. 251 do Regimento Interno, determinar ao Governo do Estado de Tocantins que:

9.1.1. abstenha-se de efetuar, com recursos federais, quaisquer pagamentos decorrentes do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 62/2004 celebrado com a empresa Magna Engenharia Ltda.;

9.1.2. como consectário da determinação de que trata o subitem anterior, e considerando que os recursos federais destinados ao objeto do contrato ali mencionado já foram integralmente repassados ao estado, adote, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, as providências necessárias à restituição, ao órgão repassador, do valor integral concernente ao citado Termo Aditivo, no montante, as preços originais, de R\$ 458.341,53 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, trezentos e quarenta e um reais e cinquenta e três centavos), devidamente corrigido;

9.2. com base no art. 45 da Lei nº 8.443/92 e no art. 251 do Regimento Interno, determinar ao Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional que, caso o Governo do Estado de Tocantins não efetue, no prazo fixado, a restituição de que trata o subitem 9.1.2 deste Acórdão, adote as providências necessárias à instauração da competente tomada de contas especial, em conformidade com o estabelecido na Instrução Normativa-TCU nº 56/2007, sob pena de responsabilidade solidária;

9.3. tornar insubsistentes as medidas cautelares determinadas nos itens 9.1 e 9.2 do Acórdão nº 2.029/2008-TCU-Plenário;

9.4. conferir a seguinte redação ao item 9.7 do Acórdão nº 2.029/2008-TCU-Plenário:

*"9.7. determinar à Secob que prossiga no processamento e instrução das tomadas de contas especiais de que tratam os itens 9.4 e 9.5 deste Acórdão, observando o seguinte:*

*9.7.1. constitua, nos termos do art. 43 da Resolução-TCU nº 191/2006, dois processos apartados de tomada de contas especial, a partir da extração de cópias das peças necessárias destes autos, sendo um para recomposição do débito decorrente do Contrato nº 300/2002 (subitem 9.5.1 deste Acórdão) e outro para a recomposição do débito decorrente do Contrato nº 92/2001 (subitens 9.5.2 e 9.5.3 deste Acórdão);*

*9.7.2. promova, nos autos apartados constituídos na forma do subitem anterior, a citação dos responsáveis indicados nos subitens 9.5.1, 9.5.2 e 9.5.3 deste Acórdão e analise as respectivas alegações de defesa;*

*9.7.3. ao promover a citação dos responsáveis, considere para imputação dos valores de débito todas as medições já realizadas e adote no cálculo do superfaturamento o BDI aceitável de 35,58% para o Contrato nº 300/2002 e de 33,75% para o Contrato nº 92/2001;*

*9.7.4. previamente à efetivação das citações, submeta à consideração do relator as respectivas propostas de encaminhamento, atendidas as orientações fixadas nos subitens precedentes;"*

9.5. deixar assente que as quantias constantes das tabelas inseridas nos subitens 9.5.1, 9.5.2. e 9.5.3 do Acórdão 2029/2008 estão sujeitas a alterações decorrentes da nova redação conferida ao item 9.7 do referido julgado e serão apuradas pela Secob em conformidade com as orientações fixadas;

9.6. encaminhar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, informando que:

9.6.1. os indícios de irregularidades detectados no Contrato nº 43/2006 foram afastados, não havendo óbices, por parte deste Tribunal, para a continuação da sua execução física e financeira;

9.6.2. as irregularidades detectadas no Contrato nº 300/2002 não foram saneadas, mas em face do avançado estágio de execução contratual recomenda-se o desbloqueio dos recursos para continuidade do contrato, com vistas a não comprometer a implantação de todo o empreendimento; os eventuais prejuízos ao erário decorrentes do referido contrato serão tratados em processo de tomada de contas especial deflagrada pelo item 9.5.1 do Acórdão nº 2029/2008-TCU-Plenário;

9.6.3. as irregularidades detectadas no Contrato nº 62/2004 não foram saneadas, mas em função das determinações tendentes à restauração dos prejuízos acarretados ao erário adotadas por este Tribunal nos itens 9.1 e 9.2 deste Acórdão, toma-se possível o desbloqueio dos recursos financeiros relativos ao contrato em questão;

9.7. determinar à Secob que monitore o cumprimento das determinações constantes dos itens 9.1 e 9.2 deste Acórdão;

9.8. dar ciência desta deliberação ao Governo do Estado de Tocantins e às empresas interessadas;

9.9. arquivar os autos.

É o relatório.

## II – VOTO

O Projeto de Implantação do Perímetro de Irrigação Propertins, ora em exame, está incluído no Anexo VI da Lei nº 11.897, de 2008 (LOA 2009), em razão da existência de indícios de irregularidades graves apontadas nos Contratos nº.s 043/2006; 300/2002 e 62/2004, e nos convênios 416584 e 560913, que alimentavam esses contratos, conforme o Acórdão 2029/2008 TCU.

Diante do exposto, Voto no sentido de que esta Comissão:

**a) tome conhecimento do Aviso nº 12, de 2009-CN, e das peças que o acompanham;**

- b) exclua do Anexo VI da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008 (LOA/2009), com fulcro no art. 96 da Lei nº 11.768/08 (LDO/2009), o projeto 20.607.0379.5932.0017- Implantação do Perímetro de Irrigação Proterfins com 20.000 HA no Estado de Tocantins – no Estado de Tocantins – (PAC), nos termos do projeto de decreto legislativo anexo.**

Sala da Comissão, em                      de                      de 2009.

  
**Deputado Ricardo Barros**  
Relator

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

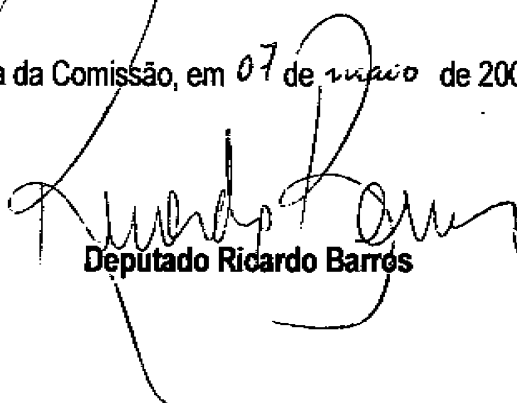
Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008 (LOA/2009) o projeto 20.607.0379.5932.0017- Implantação do Perímetro de Irrigação Probertins com 20.000 HA no Estado de Tocantins – no Estado de Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008 (LOA/2009) o projeto 20.607.0379.5932.0017 - Implantação do Perímetro de Irrigação Probertins com 20.000 HA no Estado de Tocantins – no Estado de Tocantins

Art. 2º - Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 07 de maio de 2009.



Deputado Ricardo Barros

## CONCLUSÃO

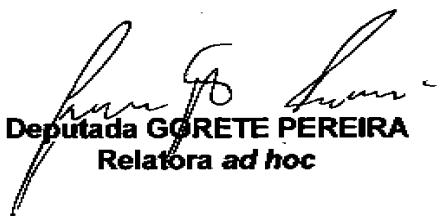
A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Segunda Reunião Extraordinária, realizada em 28 de maio de 2009, **APROVOU**, por unanimidade, o **Relatório** da Deputada GORETE PEREIRA, relatora *ad hoc* (Designado Relator anteriormente o Deputado Ricardo Barros), ao **Aviso n.º 12/2009-CN**, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à **EXCLUSÃO** do projeto 20.607.0379.5932.0017 – Implantação do Perímetro de Irrigação Propertins com 20.000 HA no Estado de Tocantins - no Estado de Tocantins – (PAC), do Anexo VI da Lei n.º 11.897, de 30 de dezembro de 2008 (LOA/2009), com fulcro no art. 96 da Lei n.º 11.768/08 (LDO/2009). Ao Projeto de Decreto Legislativo, no período de 8 a 14/05/2009 (5 dias úteis), não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores Almeida Lima, Presidente, Jayme Campos, Segundo Vice-Presidente, Augusto Botelho, Efraim Moraes, Francisco Dornelles, João Ribeiro, José Nery, Leomar Quintanilha, Marcelo Crivella, Roberto Cavalcanti, Romero Jucá, Rosalba Ciarlini, Sérgio Zambiasi; e os Senhores Deputados, Bruno Rodrigues, Primeiro Vice-Presidente, João Dado, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Assis do Couto, Claudio Cajado, Cleber Verde, Duarte Nogueira, Eudes Xavier, Geraldo Resende, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Humberto Souto, Jerônimo Reis, Jilmar Tatto, João Carlos Bacelar, João Leão, José Ailton Cirilo, José Fernando Aparecido de Oliveira, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Leo Alcântara, Magela, Márcio França, Márcio Reinaldo Moreira, Narcio Rodrigues, Otavio Leite, Pedro Eugênio, Pedro Novais, Ricardo Barros, Rubens Otoni, Valtenir Pereira, Walter Ihoshi, Wellington Roberto e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, 28 de maio de 2009.



Senador ALMEIDA LIMA  
Presidente



Deputada GORETE PEREIRA  
Relatora *ad hoc*



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 2009-CN**

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008 (LOA/2009) o projeto 20.607.0379.5932.0017- Implantação do Perímetro de Irrigação Probertins com 20.000 HA no Estado de Tocantins – no Estado de Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

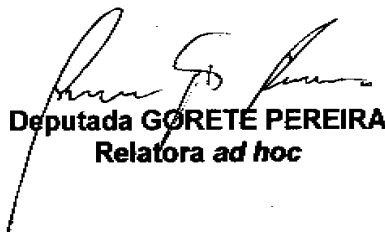
Art. 1º - Fica excluído do Anexo VI da Lei n.º 11.897, de 30 de dezembro de 2008 (LOA/2009) o projeto 20.607.0379.5932.0017 - Implantação do Perímetro de Irrigação Probertins com 20.000 HA no Estado de Tocantins – no Estado de Tocantins

Art. 2º - Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 28 de maio de 2009.



**Senador ALMEIDA LIMA**  
Presidente



**Deputada GÓRETE PEREIRA**  
Relatora *ad hoc*

**PARECER Nº 17, DE 2009-CN****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 2009-CN****PARECER Nº 17, DE 2009-CN****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 2009-CN****PARECER Nº 17, DE 2009-CN**

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Aviso nº 14, de 2009-CN (nº 0461/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 715, de 2009, TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativo à fiscalização realizada nas obras de adequação do trecho rodoviário da BR-101, em Pernambuco, TC 007.535/2008-0."

**I - RELATÓRIO**

Trata o presente parecer do Aviso nº 14, de 2009-CN (nº 0461/2009, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 715, de 2009, TCU (Plenário), sobre fiscalização realizada nas obras de adequação do trecho rodoviário da BR-101, em Pernambuco.

Pelo Acórdão, o Plenário do Tribunal decidiu pelo encaminhamento ao Congresso Nacional da informação de que foram saneadas as irregularidades relativas a um dos contratos constantes no Anexo VI da lei orçamentária em vigor referentes a obras de adequação rodoviária na BR-101, no Estado de Pernambuco. Informa o Tribunal que o DNIT corrigiu o valor do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) em alguns contratos, dentre eles o de nº 254/2006-00.

Com isso, retirando a recomendação para que não fossem destinados recursos orçamentários ao Contrato TT-254/2006-00, decidiu aquela Corte:

"ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, (...) em:

9.1. considerar saneada a irregularidade relativa ao "recolhimento/pagamento de tributos (...) em desacordo com os percentuais previstos no LDI" dos contratos TT-251/2006-00, TT-253/2006-00 e TT-254/2006-00, registrados no Fiscalis 128 e 131, de 2008;"

9.3. informar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que foram saneadas as

irregularidades que motivaram a recomendação de não alocação de recursos orçamentários ao Contrato TT-254/2006-00, relativo às obras de adequação da BR-101/PE;"

## II - VOTO DO RELATOR

Diante das informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União, **voto pela EXCLUSÃO do Contrato TT-254/2006-00, Programa de Trabalho 26.782.1459.7435.0026, Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE – Divisa PE/AL - na BR-101 - no Estado de Pernambuco, do Anexo VI da lei orçamentária para o exercício de 2009, na forma do Proposta de Decreto Legislativo apresentada a seguir.**

Sala da Comissão, em 14 de maio de 2009.



Deputada GORETE PEREIRA  
Relatora

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

**Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2009, obras relativas ao contrato TT-254/2006-00 de adequação de trecho rodoviário na BR-101, Divisa PB/PE – Divisa PE/AL, de responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, Unidade Orçamentária 39252.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica excluído no Anexo VI – Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves, da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, o Contrato TT-254/2006-00, constante no Acórdão nº 715/2009 – TCU – Plenário e referente ao Programa de Trabalho 26.782.1459.7435.0026, Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE – Divisa PE/AL - na BR-101 - no Estado de Pernambuco, de responsabilidade da Unidade Orçamentária 39252, DNIT.

Art. 2º - O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no art. 1º deste decreto legislativo, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º - Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 14 de maio de 2009.

  
**Deputado GORETE PEREIRA**  
Relatora

## CONCLUSÃO


A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Segunda Reunião Extraordinária, realizada em 28 de maio de 2009, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório da Deputada GORETE PEREIRA, ao **Aviso n.º 14/2009-CN**, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à **EXCLUSÃO** do Contrato TT-254/2006-00, Programa de Trabalho 26.782.1459.7435.0026, Adequação de Trecho Rodoviário – Divisa PB/PE – Divisa PE/AL – na BR 101 – no Estado de Pernambuco, do anexo VI da Lei Orçamentária para o exercício de 2009. Ao Projeto de Decreto Legislativo, no período de 15 a 21/05/2009 (5 dias úteis), não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores Almeida Lima, Presidente, Jayme Campos, Segundo Vice-Presidente, Augusto Botelho, Efraim Moraes, Francisco Dornelles, João Ribeiro, José Nery, Leomar Quintanilha, Marcelo Crivella, Roberto Cavalcanti, Romero Jucá, Rosalba Ciarlini, Sérgio Zambiasi; e os Senhores Deputados, Bruno Rodrigues, Primeiro Vice-Presidente, João Dado, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Assis do Couto, Claudio Cajado, Cleber Verde, Duarte Nogueira, Eudes Xavier, Geraldo Resende, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Humberto Souto, Jerônimo Reis, Jilmar Tatto, João Carlos Bacelar, João Leão, José Ailton Cirilo, José Fernando Aparecido de Oliveira, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Leo Alcântara, Magela, Márcio França, Márcio Reinaldo Moreira, Narcio Rodrigues, Otavio Leite, Pedro Eugênio, Pedro Novais, Ricardo Barros, Rubens Otoni, Valtenir Pereira, Walter Ihoshi, Wellington Roberto e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, 28 de maio de 2009.



Senador **ALMEIDA LIMA**  
Presidente



Deputada **GORETE PEREIRA**  
Relatora



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 2009-CN**

**Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2009, obras relativas ao contrato TT-254/2006-00 de adequação de trecho rodoviário na BR-101, Divisa PB/PE – Divisa PE/AL, de responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, Unidade Orçamentária 39252.**

O Congresso Nacional decreta:

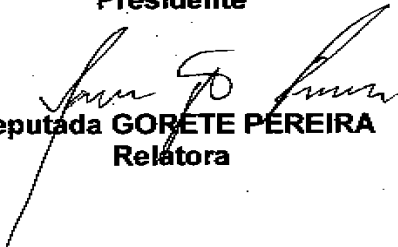
Art. 1º - Fica excluído no Anexo VI – Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, o Contrato TT-254/2006-00, constante no Acórdão nº 715/2009 – TCU – Plenário e referente ao Programa de Trabalho 26.782.1459.7435.0026, Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE – Divisa PE/AL - na BR-101 – no Estado de Pernambuco, de responsabilidade da Unidade Orçamentária 39252, DNIT.

Art. 2º - O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no art. 1º deste decreto legislativo, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º - Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 28 de maio de 2009.

  
**Senado ALMEIDA LIMA**  
Presidente

  
**Deputada GORETE PEREIRA**  
Relatora

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Paulo Duque\* (S)  
**Maioria-PP** - Francisco Dornelles\*\*

### Maranhão

**Maioria-PMDB** - Lobão Filho\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Mauro Fecury\* (S)  
**PTB** - Epitácio Cafeteira\*\*

### Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

### Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**PTB** - Romeu Tuma\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Wellington Salgado de Oliveira\* (S)  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

### Goiás

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

**Minoria-DEM** - Gilberto Goellner\* (S)  
**Bloco-PT** - Serys Slhessarenko\*  
**Minoria-DEM** - Jayme Campos\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

### Ceará

**PDT** - Patrícia Saboya\*  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Morais\*  
**Bloco-PRB** - Roberto Cavalcanti\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Cícero Lucena\*\*

### Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

### Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**Maioria-PMDB** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Minoria-DEM** - Raimundo Colombo\*\*

### Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Minoria-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

### Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Praia\* (S)  
**Bloco-PT** - João Pedro\*\* (S)

### Paraná

**Bloco-PT** - Flávio Arns\*  
**PDT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**Bloco-PT** - Marina Silva\*  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valter Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

### Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PR** - Expedito Júnior\*\*

### Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Maioria-PMDB** - Leomar Quintanilha\*  
**Minoria-DEM** - Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**Maioria-PMDB** - Gilvam Borges\*  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

### Roraima

**Bloco-PT** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*\*

### Mandatos

\*: Período 2003/2011    \*\*: Período 2007/2015

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

(Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) <sup>(15)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

**RELATOR:** Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM)

**Leitura:** 15/03/2007

**Designação:** 05/06/2007

**Instalação:** 03/10/2007

**Prazo final prorrogado:** 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB ) <sup>(1)</sup></b>	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) <sup>(13)</sup>	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) <sup>(10,21)</sup>	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(4,7)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(8)</sup></b>	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(12,18)</sup>	1. João Pedro (PT-AM) <sup>(22)</sup>
Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(2,6,20)</sup>	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Eduardo Suplicy (PT-SP) <sup>(3,11,16,19)</sup>	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Neuto De Conto (PMDB-SC) <sup>(23)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(24)</sup>
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17)	
PDT/PSOL <sup>(9)</sup>	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

**Notas:**

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
22. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 3303-3514

**Fax:** 3303-1176

## 2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**Leitura:** 04/03/2008

**Designação:** 24/03/2008

**Instalação:** 25/03/2008

**Prazo final:** 04/08/2008

**Prazo prorrogado:** 13/03/2008

**Prazo final prorrogado:** 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

### Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
  2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
  3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
  4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
  5. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
  6. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
  7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
- \*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.  
 \*\*. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

### 3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Leitura:** 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	1. Heráclito Fortes (DEM-PI)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	2. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Ideli Salvatti (PT-SC)	1. Inácio Arruda (PC DO B-CE)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Paulo Duque (PMDB-RJ)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) <sup>(1)</sup>
Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(1)</sup>	2. Almeida Lima (PMDB-SE)
Romero Jucá (PMDB-RR)	
<b>PTB</b>	
Fernando Collor (AL)	1. Gim Argello (DF)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (AM)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

**Notas:**

1. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, designado membro suplente em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).



#### 4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Leitura:** 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(1)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(1)</sup>
Gilberto Goellner (DEM-MT) <sup>(1)</sup>	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(1)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PT-PR)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Francisco Dornelles (PP-RJ)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti (RR) <sup>(1)</sup>	1. João Vicente Claudino (PI) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias (PR)	

**Notas:**

1. Indicações das Lideranças.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

**Número de membros:** 6

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Gerson Camata

**Leitura:** 05/03/2008

**Instalação:** 06/11/2008

**Prazo final prorrogado:** 30/06/2009

---

### MEMBROS

---

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

---

**Notas:**

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

\*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

\*\*. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3511

**Fax:** 3303-1176

**E-mail:** ems@senado.gov.br

## **2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.602, de 2008, aprovado em 9.12.2008)

**Número de membros:** 9

**COORDENADOR:** Hamilton Carvalhido

**RELATOR-GERAL:** Eugenio Pacelli de Oliveira

**Leitura:** 25/03/2008

**Designação:** 01/07/2008

**Prazo final:** 20/02/2009

**Prazo final prorrogado:** 02/09/2009

### **MEMBROS**

---

Antonio Corrêa

---

Antonio Magalhães Gomes Filho

---

Eugenio Pacelli de Oliveira

---

Fabiano Augusto Martins Silveira

---

Félix Valois Coelho Júnior

---

Hamilton Carvalhido

---

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

---

Sandro Torres Avelar

---

Tito Souza do Amaral

---

**3) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE**

**Finalidade:** Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Pedro

**RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro

**Leitura:** 25/03/2008

**Instalação:** 10/04/2008

**Prazo final:** 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

#### 4) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello

**RELATOR:** Senadora Rosalba Ciarlini

**Leitura:** 02/07/2008

**Designação:** 26/08/2008

**Instalação:** 27/08/2008

**Prazo final:** 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(2,3)</sup>	1. Senador João Vicente Claudino

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

2. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).

3. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

## 5) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

**Finalidade:** Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**Leitura:** 10/03/2009

**Designação:** 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1.
	2.
	3.
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
<b>PDT</b>	
	1.



**6) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU**

**Finalidade:** Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1.
	2.
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
	1.
<b>PDT</b>	
	1.
<b>PTB</b>	
	1.

**7) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA**

**Finalidade:** Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

**Número de membros:** 6

MEMBROS
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>
<b>PTB</b>

**8) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL**

**Finalidade:** Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
	1.
	2.
	3.
	4.
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1.
	2.
	3.
	4.
<b>PTB</b>	
	1.
<b>PDT</b>	
	1.

**9) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE****Finalidade:** Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

**Número de membros: 7**

---

**MEMBROS**

---

**Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )**

---

---

**Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )**

---

---

**Maioria ( PMDB, PP )**

---

---

**PTB**

---

**10) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE**

**Finalidade:** Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

**Número de membros: 7**

---

**MEMBROS**

---

---

**Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )**

---

---

**Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )**

---

---

**Maioria ( PMDB, PP )**

---

---

**PTB**

---

**Notas:**

\*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

**COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA  
CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE**

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)  
(publicado no DSF de 14.02.2009)

**Número de membros: 5**

**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles

**Instalação:** 03/03/2009

---

**MEMBROS**

---

---

Senador Pedro Simon (PMDB)

---

Senador Francisco Dornelles (PP)

---

Senador Marco Maciel (DEM)

---

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

---

Senador Aloizio Mercadante (PT)

---

**Secretário(a):** Dirceu Vieira Machado Filho

**Telefone(s):** 3303.4638

**E-mail:** dirceuv@senado.gov.br

**COMISSÃO TEMPORÁRIA (ART. 374 DO REGIMENTO INTERNO)**

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

**Número de membros:** 11

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko

**RELATOR-GERAL:** Senador Renato Casagrande

**RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS:** Senador Tião Viana

**RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL:** Senador Romeu Tuma

**RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES:** Senador Marconi Perillo

**RELATOR-PARCIAL - PROVAS:** Senador Valter Pereira

**RELATOR-PARCIAL - RECURSOS:** Senadora Serys Slhessarenko

**Instalação:** 20/05/2009

**MEMBROS****Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )**

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

**Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )**

Senador Tião Viana (PT)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

**Maioria ( PMDB, PP )**

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

**PTB**

Senador Romeu Tuma

**PDT**

Senadora Patrícia Saboya

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,  
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

**PRAZOS**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS:** 21.05.2009 a 18.06.2009 (art. 374, III)

**RELATÓRIOS PARCIAIS:** 19.06.2009 a 02.07.2009 (art. 374, IV)

**RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL:** 03 a 09.07.2009 (art. 374, V)

**PARECER FINAL:** 10 a 16.07.2009 (art. 374, VI)



## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(6)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT) <sup>(38)</sup>	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(37)</sup>
Delcídio Amaral (PT) <sup>(36)</sup>	2. Renato Casagrande (PSB) <sup>(33)</sup>
Aloizio Mercadante (PT) <sup>(30)</sup>	3. João Pedro (PT) <sup>(11,35)</sup>
Tião Viana (PT) <sup>(41)</sup>	4. Ideli Salvatti (PT) <sup>(39)</sup>
Marcelo Crivella (PRB) <sup>(40)</sup>	5. Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(34,72)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(29)</sup>	6. Expedito Júnior (PR) <sup>(4,28)</sup>
César Borges (PR) <sup>(32)</sup>	7. João Ribeiro (PR) <sup>(31)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Francisco Dornelles (PP) <sup>(60,66)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(62,65)</sup>
Garibaldi Alves Filho (PMDB) <sup>(59,64)</sup>	2. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(58,61)</sup>
Gerson Camata (PMDB) <sup>(67,71)</sup>	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(3,63)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(55)</sup>	4. Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(1,63)</sup>
Neuto De Conto (PMDB) <sup>(8,15,54,56)</sup>	5. Lobão Filho (PMDB) <sup>(9,53,70)</sup>
Pedro Simon (PMDB) <sup>(57,69)</sup>	6. Paulo Duque (PMDB) <sup>(2,63)</sup>
VAGO <sup>(68)</sup>	7. VAGO <sup>(68)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Eliseu Resende (DEM) <sup>(48)</sup>	1. Gilberto Goellner (DEM) <sup>(46)</sup>
Antonio Carlos Júnior (DEM) <sup>(18,46)</sup>	2. Demóstenes Torres (DEM) <sup>(17,42)</sup>
Efraim Moraes (DEM) <sup>(44)</sup>	3. Heráclito Fortes (DEM) <sup>(49)</sup>
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(50)</sup>	4. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(46)</sup>
Adelmir Santana (DEM) <sup>(14,16,43)</sup>	5. Kátia Abreu (DEM) <sup>(45)</sup>
Jayme Campos (DEM) <sup>(13,47)</sup>	6. José Agripino (DEM) <sup>(5,51)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(23)</sup>	7. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(26)</sup>
João Tenório (PSDB) <sup>(24)</sup>	8. Sérgio Guerra (PSDB) <sup>(19,22,73)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB) <sup>(23,74)</sup>	9. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(27)</sup>
Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(23)</sup>	10. Eduardo Azeredo (PSDB) <sup>(25,75)</sup>
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
João Vicente Claudino <sup>(52)</sup>	1. Sérgio Zambiasi <sup>(12,52)</sup>
Gim Argello <sup>(52)</sup>	2. Fernando Collor <sup>(52)</sup>

**PDT**

Osmar Dias (20)

1. Jefferson Praia (10,21)

**Notas:**

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
23. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
27. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
34. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
39. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
41. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
43. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
44. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
60. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
63. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 022/2009).
67. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 022/2009).
68. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4605 e 33113516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) (3)</b>	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
<b>PDT PSDB PMDB (1)</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3303-4605 e 33113516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Flávio Arns (PT) (3,18,36)	1. Fátima Cleide (PT) (27)
Augusto Botelho (PT) (29)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (30)	3. Eduardo Suplicy (PT) (33)
Marcelo Crivella (PRB) (35)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Expedito Júnior (PR) (34)	5. Ideli Salvatti (PT) (26,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (31,60,62)	6. VAGO (31)
Renato Casagrande (PSB) (31,58,65)	7. José Nery (PSOL) (31,63,64)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (57,68)	1. Lobão Filho (PMDB) (55)
Gilvam Borges (PMDB) (9,50)	2. Romero Jucá (PMDB) (56)
Paulo Duque (PMDB) (6,54)	3. Valdir Raupp (PMDB) (49)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (51)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (48)
Mão Santa (PMDB) (52)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (53)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM) (38)	1. Heráclito Fortes (DEM) (45)
Rosalba Ciarlini (DEM) (41)	2. Jayme Campos (DEM) (43)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,39)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,44)
Raimundo Colombo (DEM) (37)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Lúcia Vânia (PSDB) (24,46)	5. Marisa Serrano (PSDB) (25,67)
Eduardo Azeredo (PSDB) (21,66)	6. João Tenório (PSDB) (22)
Papaléo Paes (PSDB) (20)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (23,42)
<b>PTB <sup>(8)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,61)
<b>PDT</b>	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

**Notas:**

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
21. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
22. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
23. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
26. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
27. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
30. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
31. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
36. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
38. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
39. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
42. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
45. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
62. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
63. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade, PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
64. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Efraim Moraes (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (3,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (9)	2. Marisa Serrano (PSDB) (2)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) (1)</b>	
Flávio Arns (PT) (6)	1. Paulo Paim (PT) (7)
<b>PMDB</b>	
Paulo Duque (5)	1. Leomar Quintanilha (10)
<b>PDT PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (4)

### Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
4. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM) (12)	1. Raimundo Colombo (DEM) (2,4)
Papaléo Paes (PSDB) (11)	2. João Tenório (PSDB) (2,9)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) (1)</b>	
Augusto Botelho (PT) (5)	1. Marcelo Crivella (PRB) (2,10)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa (8)	1. Paulo Duque (3)
<b>PDT PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6)	1. João Durval (PDT) (7)

### Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(1)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Wellington Salgado de Oliveira
<b>PDT PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

**Notas:**

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(6)</sup></b>	
Marina Silva (PT) (37,71)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,32)
Aloizio Mercadante (PT) (10,39)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,36)
Eduardo Suplicy (PT) (37)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (35)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,34,74)
Ideli Salvatti (PT) (37)	5. César Borges (PR) (30,52)
Exedito Júnior (PR) (31,52)	6. Serys Slhessarenko (PT) (19,38,77)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB) (54,63)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,64)
Almeida Lima (PMDB) (58,63)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (61,67)
Gilvam Borges (PMDB) (59,63)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (60,66,78)
Francisco Dornelles (PP) (62,63)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,69,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,63)	5. Valdir Raupp (PMDB) (40,57,65)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,56,68)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,63)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Kátia Abreu (DEM) (45)	1. Efraim Morais (DEM) (50)
Demóstenes Torres (DEM) (42)	2. Adelmir Santana (DEM) (49)
Jayme Campos (DEM) (51)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,47)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (44)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,46)
Alvaro Dias (PSDB) (25,72)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Sérgio Guerra (PSDB) (29,75)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (25)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,70)
Tasso Jereissati (PSDB) (25)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (28,73)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
Romeu Tuma (48)	1. Gim Argello (41)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias (12,13,23)	1. Patrícia Saboya (11,22,53)

**Notas:**

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
32. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
36. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



39. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Shlessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE****Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Flávio Arns (PT) <sup>(33)</sup>	1. João Pedro (PT) <sup>(1,35)</sup>
Augusto Botelho (PT) <sup>(33)</sup>	2. Ideli Salvatti (PT) <sup>(34)</sup>
Fátima Cleide (PT) <sup>(33)</sup>	3. Eduardo Suplicy (PT) <sup>(12,31)</sup>
Paulo Paim (PT) <sup>(33,45,66)</sup>	4. José Nery (PSOL) <sup>(37)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(32)</sup>	5. Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(36,67)</sup>
Marina Silva (PT) <sup>(38)</sup>	6. João Ribeiro (PR) <sup>(36,71)</sup>
Exedito Júnior (PR) <sup>(30)</sup>	7. VAGO <sup>(36)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB) <sup>(59)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(63)</sup>
VAGO <sup>(8,16,64,70)</sup>	2. Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(63)</sup>
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(54)</sup>	3. Pedro Simon (PMDB) <sup>(63)</sup>
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(62)</sup>	4. Neuto De Conto (PMDB) <sup>(53)</sup>
Gerson Camata (PMDB) <sup>(60)</sup>	5. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(56)</sup>
Francisco Dornelles (PP) <sup>(5,9,55)</sup>	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) <sup>(15,17,57)</sup>
VAGO <sup>(58,65)</sup>	7. Lobão Filho (PMDB) <sup>(61)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(4,46)</sup>	1. Gilberto Goellner (DEM) <sup>(39)</sup>
Marco Maciel (DEM) <sup>(51)</sup>	2. Kátia Abreu (DEM) <sup>(11,48)</sup>
Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(6,19,50)</sup>	3. Jayme Campos (DEM) <sup>(49)</sup>
Heráclito Fortes (DEM) <sup>(41)</sup>	4. Efraim Morais (DEM) <sup>(40)</sup>
José Agripino (DEM) <sup>(13,43)</sup>	5. Eliseu Resende (DEM) <sup>(14,18,52)</sup>
Adelmir Santana (DEM) <sup>(44)</sup>	6. Maria do Carmo Alves (DEM) <sup>(2,47)</sup>
Alvaro Dias (PSDB) <sup>(24)</sup>	7. Eduardo Azeredo (PSDB) <sup>(26,68)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(23)</sup>	8. Marconi Perillo (PSDB) <sup>(27)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(29,69)</sup>	9. Papaléo Paes (PSDB) <sup>(28)</sup>
Marisa Serrano (PSDB) <sup>(25)</sup>	10. Sérgio Guerra (PSDB) <sup>(22)</sup>
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi <sup>(7,42)</sup>	1. João Vicente Claudino <sup>(42)</sup>
Romeu Tuma <sup>(42)</sup>	2. Mozarildo Cavalcanti <sup>(42)</sup>
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque <sup>(20)</sup>	1. Jefferson Praia <sup>(10,21)</sup>

**Notas:**Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
23. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
27. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
30. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
31. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ç GLDBAG).
37. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

39. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
40. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
41. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
42. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
44. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
52. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
53. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).

#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO**

**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(7)</sup>	1. VAGO <sup>(7)</sup>
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO <sup>(7)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. VAGO <sup>(7)</sup>
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. VAGO <sup>(1,6)</sup>
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(5)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO <sup>(7)</sup>
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(7)</sup>	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA****Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br



## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB) <sup>(26)</sup>	1. Fátima Cleide (PT) <sup>(22)</sup>
Marina Silva (PT) <sup>(7,26)</sup>	2. César Borges (PR) <sup>(24)</sup>
João Pedro (PT) <sup>(20)</sup>	3. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(25)</sup>
João Ribeiro (PR) <sup>(23)</sup>	4. Delcídio Amaral (PT) <sup>(21)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(38)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(38)</sup>
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(38)</sup>	2. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(5,11,40)</sup>
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(39)</sup>	3. Almeida Lima (PMDB) <sup>(38)</sup>
Valter Pereira (PMDB) <sup>(38)</sup>	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(38)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) <sup>(29)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(34)</sup>
Kátia Abreu (DEM) <sup>(31)</sup>	2. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(1,35)</sup>
Heráclito Fortes (DEM) <sup>(33)</sup>	3. Maria do Carmo Alves (DEM) <sup>(3,27)</sup>
Eliseu Resende (DEM) <sup>(32)</sup>	4. Jayme Campos (DEM) <sup>(9,30)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB) <sup>(10,19)</sup>	5. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(4,14)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(15)</sup>	6. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(18)</sup>
Marisa Serrano (PSDB) <sup>(16)</sup>	7. Mário Couto (PSDB) <sup>(17)</sup>
<b>PTB</b>	
Gim Argello <sup>(6,28)</sup>	1. Sérgio Zambiasi <sup>(28)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia <sup>(8,13,36,41)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(12,37,42)</sup>

### Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho  
**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO  
**Telefone(s):** 3311-3935  
**Fax:** 3311-1060  
**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

**Finalidade:** Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B)	2. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO <sup>(4)</sup>	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO <sup>(3)</sup>	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho  
**Telefone(s):** 3311-3935  
**Fax:** 3311-1060  
**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO**

**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO <sup>(8)</sup>	2. VAGO <sup>(8)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO <sup>(3,4,6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(5,7)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

### Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

**Finalidade:** Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**RELATOR:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Marina Silva (PT) <sup>(1)</sup>	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

**Notas:**

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(6)</sup></b>	
Flávio Arns (PT) <sup>(22)</sup>	1. João Pedro (PT) <sup>(19)</sup>
Fátima Cleide (PT) <sup>(22)</sup>	2. Serys Shessarenko (PT) <sup>(20)</sup>
Paulo Paim (PT) <sup>(22)</sup>	3. Marcelo Crivella (PRB) <sup>(11,24,30)</sup>
VAGO <sup>(2,23,48)</sup>	4. Marina Silva (PT) <sup>(24,45)</sup>
José Nery (PSOL) <sup>(21)</sup>	5. Magno Malta (PR) <sup>(24,48)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(38,44)</sup>	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(36)</sup>
Gerson Camata (PMDB) <sup>(33)</sup>	2. Romero Jucá (PMDB) <sup>(35)</sup>
VAGO <sup>(40,43)</sup>	3. Valter Pereira (PMDB) <sup>(37)</sup>
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(39)</sup>	4. Mão Santa (PMDB) <sup>(42)</sup>
Paulo Duque (PMDB) <sup>(10,12,34)</sup>	5. Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(41)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM) <sup>(3,32)</sup>	1. Heráclito Fortes (DEM) <sup>(29)</sup>
Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(27)</sup>	2. Jayme Campos (DEM) <sup>(25)</sup>
Eliseu Resende (DEM) <sup>(4,28)</sup>	3. Maria do Carmo Alves (DEM) <sup>(26)</sup>
VAGO <sup>(8,46)</sup>	4. Adelmir Santana (DEM) <sup>(9,13,31)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB) <sup>(18)</sup>	5. VAGO <sup>(16,47)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(18)</sup>	6. Mário Couto (PSDB) <sup>(17)</sup>
VAGO <sup>(1,5)</sup>	7. Papaléo Paes (PSDB) <sup>(18)</sup>
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque <sup>(14)</sup>	1. Jefferson Praia <sup>(15)</sup>

**Notas:**

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).



10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Shessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Shessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
26. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
27. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
33. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (Of. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.

45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).

46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).

47. Em 16.04.2009, vago em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.

48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1,5)</sup>	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shlessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (6)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

**Notas:**

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1. VAGO

**Notas:**

\*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(9)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT) <sup>(41)</sup>	1. Flávio Arns (PT) <sup>(43,68)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(46,73)</sup>	2. Marina Silva (PT) <sup>(39)</sup>
João Ribeiro (PR) <sup>(38,70)</sup>	3. Renato Casagrande (PSB) <sup>(45,75)</sup>
João Pedro (PT) <sup>(40)</sup>	4. Magno Malta (PR) <sup>(44)</sup>
Tião Viana (PT) <sup>(42,54,69)</sup>	5. Augusto Botelho (PT) <sup>(22,47,49,67)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB) <sup>(1)</sup>	1. Almeida Lima (PMDB) <sup>(5,65)</sup>
Francisco Dornelles (PP) <sup>(62)</sup>	2. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(6,76,77)</sup>
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(64)</sup>	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(2)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(3,72,74)</sup>	4. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(19,24,61)</sup>
Paulo Duque (PMDB) <sup>(4)</sup>	5. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(10,21,63)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Efraim Moraes (DEM) <sup>(58)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(11,53)</sup>
Demóstenes Torres (DEM) <sup>(57)</sup>	2. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(7,50)</sup>
Marco Maciel (DEM) <sup>(18,29,56)</sup>	3. José Agripino (DEM) <sup>(23,27,55)</sup>
Heráclito Fortes (DEM) <sup>(8,51)</sup>	4. Romeu Tuma (PTB) <sup>(52,78,79,80)</sup>
João Tenório (PSDB) <sup>(33,66)</sup>	5. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(37)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB) <sup>(33)</sup>	6. Arthur Virgílio (PSDB) <sup>(17,35,71)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(36)</sup>	7. Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(34)</sup>
<b>PTB <sup>(12)</sup></b>	
Fernando Collor <sup>(13,14,15,16,25,26,28,30,48)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti <sup>(48)</sup>
<b>PDT</b>	
Patrícia Saboya <sup>(31,59)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(20,32,60)</sup>

**Notas:**

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
32. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
35. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
36. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
39. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
40. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
44. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
70. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).



78. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).

79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. N° 094/09-GLDEM).

80. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of. N° 165/2009/GLPTB).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO**

**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(3,4,6)</sup>	1. VAGO <sup>(7)</sup>
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO <sup>(7)</sup>
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO <sup>(5)</sup>

### Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO  
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(1,4)</sup>	1. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(5)</sup>	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1.

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
<b>PMDB PP</b>	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
VAGO <sup>(1)</sup>	2. Romero Jucá (PMDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Augusto Botelho (PT)	1. Tião Viana (PT)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

**Notas:**

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. N° 054/2009 - CRE).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) (2)</b>	
Serys Slhessarenko (PT) (21)	1. Marina Silva (PT) (17)
Delcídio Amaral (PT) (21,32,55)	2. Paulo Paim (PT) (19,32,58)
Ideli Salvatti (PT) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (24)
Inácio Arruda (PC DO B) (18)	4. Expedito Júnior (PR) (20)
Fátima Cleide (PT) (16)	5. Eduardo Suplicy (PT) (23)
João Ribeiro (PR) (25)	6. João Pedro (PT) (22)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Francisco Dornelles (PP) (53,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,46)
Gilvam Borges (PMDB) (54)	2. Lobão Filho (PMDB) (30,51)
Paulo Duque (PMDB) (47)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,45)
Mão Santa (PMDB) (5,9,43)	4. Valter Pereira (PMDB) (50)
Valdir Raupp (PMDB) (48,56)	5. VAGO (49,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (44)	6. Almeida Lima (PMDB) (52,60,63)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (26)
Eliseu Resende (DEM) (27)	2. Efraim Moraes (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (36)	3. Adelmir Santana (DEM) (33)
Jayme Campos (DEM) (34)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (28)
Kátia Abreu (DEM) (7,35)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,31)
Mário Couto (PSDB) (41,62)	6. Cícero Lucena (PSDB) (13)
João Tenório (PSDB) (42,57)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (14,59)
Flexa Ribeiro (PSDB) (13)	8. Alvaro Dias (PSDB) (13,61)
Marconi Perillo (PSDB) (40)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
<b>PTB (4)</b>	
Fernando Collor (37)	1. Gim Argello (37)
<b>PDT</b>	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
14. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
17. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
18. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
19. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
24. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofzio Mercadante.
25. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
26. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
27. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
31. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
32. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
33. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
35. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
37. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

43. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
56. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
57. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
César Borges (PR) <sup>(24)</sup>	1. Delcídio Amaral (PT) <sup>(7,27)</sup>
Serys Shlessarenko (PT) <sup>(2,28)</sup>	2. Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(23,50)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(26)</sup>	3. VAGO <sup>(23)</sup>
José Nery (PSOL) <sup>(25)</sup>	4. VAGO <sup>(23)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(33,41)</sup>	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(44)</sup>
Valter Pereira (PMDB) <sup>(1,48)</sup>	2. Pedro Simon (PMDB) <sup>(47)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(4,11,45)</sup>	3. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(42)</sup>
Almeida Lima (PMDB) <sup>(43)</sup>	4. Gerson Camata (PMDB) <sup>(46,49,51)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM) <sup>(30)</sup>	1. Gilberto Goellner (DEM) <sup>(29)</sup>
Marco Maciel (DEM) <sup>(36)</sup>	2. Jayme Campos (DEM) <sup>(38)</sup>
Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(37)</sup>	3. Demóstenes Torres (DEM) <sup>(9,12,34)</sup>
Adelmir Santana (DEM) <sup>(31)</sup>	4. Kátia Abreu (DEM) <sup>(6,14,32)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(18)</sup>	5. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(22)</sup>
Marconi Perillo (PSDB) <sup>(19)</sup>	6. Sérgio Guerra (PSDB) <sup>(10,13,17)</sup>
Papaléo Paes (PSDB) <sup>(21)</sup>	7. Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(20)</sup>
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Gim Argello <sup>(35)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti <sup>(35)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia <sup>(8,15,40)</sup>	1. João Durval <sup>(16,39)</sup>

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

**Telefone(s):** 3311-4282

**Fax:** 3311-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT) <sup>(22)</sup>	1. Paulo Paim (PT) <sup>(22)</sup>
João Pedro (PT) <sup>(20)</sup>	2. Fátima Cleide (PT) <sup>(4,6,18)</sup>
Augusto Botelho (PT) <sup>(19,31,49)</sup>	3. Expedito Júnior (PR) <sup>(17)</sup>
César Borges (PR) <sup>(21,54)</sup>	4. Serys Slhessarenko (PT) <sup>(23,52)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(2,11,36,44)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(41,42)</sup>
Neuto De Conto (PMDB) <sup>(34,48)</sup>	2. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(40,46)</sup>
Gerson Camata (PMDB) <sup>(37,43)</sup>	3. Renan Calheiros (PMDB) <sup>(38,45)</sup>
Valter Pereira (PMDB) <sup>(47,50)</sup>	4. Paulo Duque (PMDB) <sup>(35,39)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) <sup>(27)</sup>	1. Demóstenes Torres (DEM) <sup>(3,30)</sup>
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(26)</sup>	2. Heráclito Fortes (DEM) <sup>(32)</sup>
Kátia Abreu (DEM) <sup>(25)</sup>	3. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(7,28)</sup>
Jayme Campos (DEM) <sup>(8,10,33)</sup>	4. José Agripino (DEM) <sup>(29)</sup>
VAGO <sup>(13,53)</sup>	5. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(16)</sup>
Mário Couto (PSDB) <sup>(14)</sup>	6. João Tenório (PSDB) <sup>(12)</sup>
Marisa Serrano (PSDB) <sup>(12)</sup>	7. Marconi Perillo (PSDB) <sup>(15)</sup>
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Romeu Tuma <sup>(9,24)</sup>	1. Sérgio Zambiasi <sup>(24,51)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno da titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
18. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009, GLDBAG).
24. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
25. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
32. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
43. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 31/2009).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, vago em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -  
**Telefone(s):** 3311-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

### **10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
VAGO <sup>(4)</sup>	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(3)</sup>
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO <sup>(4)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Telefone(s):** 3311-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

# 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) (4)</b>	
Marcelo Crivella (PRB) (20)	1. Delcídio Amaral (PT) (18)
Renato Casagrande (PSB) (22)	2. Flávio Arns (PT) (20)
Magno Malta (PR) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,45)	4. João Ribeiro (PR) (19,46)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (35)	1. Valter Pereira (PMDB) (34)
Lobão Filho (PMDB) (39)	2. Romero Jucá (PMDB) (36)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,40,43,48)
Valdir Raupp (PMDB) (38,47)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (29)	1. Gilberto Goellner (DEM) (26)
Demóstenes Torres (DEM) (3,31)	2. Eliseu Resende (DEM) (23)
José Agripino (DEM) (6,12,24)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (27)	4. Kátia Abreu (DEM) (30)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (17,28)
Flexa Ribeiro (PSDB) (17,28)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (14,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,17,44)
<b>PTB (5)</b>	
Sérgio Zambiasi (25)	1. Fernando Collor (25)
<b>PDT</b>	
Patrícia Saboya (13,33)	1. Cristovam Buarque (32)

## Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
18. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
22. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
23. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
29. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).  
 44. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).  
 45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).  
 46. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).  
 47. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).  
 48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).  
 49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira  
**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -  
**Telefone(s):** 3311-1120  
**Fax:** 3311-2025  
**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

### 11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira  
**Telefone(s):** 3311-1120  
**Fax:** 3311-2025  
**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS****Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTEs</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO <sup>(5)</sup>
VAGO <sup>(5)</sup>	2. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(2,5)</sup>	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

**Notas:**

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Mão Santa não mais pertencer à Comissão.
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO  
CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR****(Resolução nº 17, de 1993)**

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) <sup>(1)</sup>	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 05/03/2009**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

**2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
	1.
	2.
	3.
	4.
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1.
	2.
	3.
	4.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
<b>PTB</b>	
	1.
<b>PDT</b>	
	1.
<b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

**Atualização:** 03/04/2009**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR****(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Demóstenes Torres (DEM/GO) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>(2)</sup>	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) <sup>(1)</sup>	PTB

**Atualização:** 17/04/2008**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.

2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

**4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****Número de membros:** 12 titulares**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB****DEM**

Marco Maciel (PE)

**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

**PT**Fátima Cleide (RO) <sup>(1)</sup>**PTB**VAGO <sup>(2)</sup>**PDT**

Patrícia Saboya (CE)

**PR**

Expedito Júnior (RO)

**PSB**

Renato Casagrande (ES)

**PRB**

Marcelo Crivella (RJ)

**PC DO B**

Inácio Arruda (CE)

**PP****PSOL**

José Nery (PA)

**Atualização:** 05/03/2009**Notas:**

1. Indicada para ocupar a vaga destinada ao PT, conforme Of. 013/2009-GLDPT, lido na sessão do dia 03.03.2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, conforme Of. nº 088/2009/GLPTB.

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

#### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Mão Santa (PMDB-PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado André de Paula (DEM-PE)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)



## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

## **CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

### **COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

## REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL COMPOSIÇÃO

**18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)**

**Designação: 27/04/2007**

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP) <sup>12</sup>  
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE) <sup>12</sup>  
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS) <sup>12</sup>

### SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
<b>Maioria (PMDB)</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>DEM</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO <sup>6</sup> (DEM/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS <sup>4</sup> (PDT/PR)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY <sup>8</sup> (PSOL/PA)

### DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) <sup>10</sup>	1. MOACIR MICHELETTO <sup>7</sup> (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) <sup>11</sup>
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO <sup>5</sup> (PPS/RJ)
GERALDO THADEU <sup>9</sup> (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO <sup>1</sup> (PP/SP)
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 28.05.2009)

<sup>1</sup> Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

<sup>4</sup> Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

<sup>5</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

<sup>6</sup> O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

<sup>7</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

<sup>8</sup> Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

<sup>9</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

<sup>10</sup> Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

<sup>11</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

<sup>12</sup> Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

## **MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**PRESIDENTE:** Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

## COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Deputado Severiano Alves

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG – 020055</b>	<b>GESTÃO – 00001</b>
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



**EDIÇÃO DE HOJE: 192 PÁGINAS**